

Universidade Católica Portuguesa

Instituto de Estudos Políticos



A Relação entre os Cidadãos e a Assembleia da República em Portugal: Análise comparativa num contexto pós-materialista

Joana Isabel de Oliveira Rodrigues

Aluna nº 100511003

Supervisora: Prof. Doutora Elisabete Azevedo-Harman

**Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais: Segurança e Defesa,
especialização em Ciência Política**

2014

Número de palavras: 44 869

Índice

Resumo.....	6
Agradecimentos.....	7
Capítulo 1. Introdução.....	10
I. Metodologia.....	14
Capítulo 2. Enquadramento teórico.....	18
Capítulo 2.1. Pós-materialismo: impacto nas relações cidadãos-instituições - o que está a acontecer com os cidadãos?.....	21
Capítulo 2.2. Relação Parlamento-Cidadão.....	53
Capítulo 2.2.1. Os Contextos britânico, alemão e espanhol.....	53
Capítulo 2.2.2. A Assembleia da República Portuguesa.....	63
I. A Supervisão.....	75
II. Os Partidos e a Representação.....	79
III. Os eleitores portugueses.....	86
IV. Confiança no Parlamento.....	90
V. Novas tecnologias.....	104
VI. O Futuro da Assembleia da República.....	109

Capítulo 3. Análise comparativa.....	112
I. Perfil do cidadão.....	116
II. O Cidadão e as Instituições Políticas.....	152
III. Cidadãos e Deputados: Convergência de interesses.....	161
Capítulo 4. Considerações finais.....	167
Referências bibliográficas.....	176
Anexos.....	181

Abreviaturas

AR - Assembleia da República

BE - Bloco de Esquerda

CDS/PP - Partido Popular

CDU - Coligação Democrática Unitária

CEE - Comunidade Económica Europeia

CE - Comunidade Europeia

CIES-IUL - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia

CESOP - Centro de Estudos de Sondagens e Opinião

EVS - European Values Study

GP - Grupos Parlamentares

IPU - Inter-parliamentary Union

MP - Membro do Parlamento

NMS - Novos Movimentos Sociais

PCP - Partido Comunista Português

PE - Parlamento Europeu

PEV - Partido Ecologista “Os Verdes”

PJLs - Projectos de lei

PM - Primeiro-ministro

PPLs - Propostas de lei

PS - Partido Socialista

PSD - Partido Social-Democrata

PSOE - Partido Socialista Obrero Español

PAOD - Período antes da Ordem de Trabalhos

UE - União Europeia

Resumo

As democracias ocidentais têm sido palco de transformações sociais profundas. As décadas de paz que a Europa tem vivido desde da Segunda Guerra Mundial caracterizam-se por uma expansão democrática e um desenvolvimento económico sem precedentes. Em simultâneo, os comportamentos dos cidadãos passaram por alterações comportamentais substanciais, revelando padrões novos de acção, intervenção e contestação política.

Primeiro, Inglehart e, depois, Dalton, estudaram este fenómeno e defendem uma nova corrente, um novo paradigma social, apelidado de pós-materialismo. A evolução da sociedade introduziu novos comportamentos e assistiu-se ao surgimento de novas formas dos cidadãos expressarem e defenderem os seus interesses. Denota-se que protestos são mais pacíficos, mas são também mais alternativos. Novas formas de protesto procuram constituir originais entraves ao funcionamento das instituições políticas e públicas. Os jovens europeus expressam uma mentalidade diferente das gerações anteriores. Cresceram num meio confortável e pacífico e demonstram outras expectativas perante a sociedade e a relação com os seus governantes. Entendem o Estado como fonte de imposições e restrições, as quais necessitam de ser questionadas. Demonstram uma relação de cepticismo em relação à elite política. A presente dissertação tenciona contribuir para compreender se Portugal se insere nesta realidade europeia. A análise procura avaliar a relação que a Assembleia da República Portuguesa estabelece com os seus cidadãos, e ao mesmo tempo a dissertação procura contribuir para a caracterização do eleitorado português em comparação com eleitorados de outros países europeus.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a todos o que, de uma forma ou de outra, me ajudaram e incentivaram a cumprir esta meta tão importante. Em primeiro lugar, obrigada à minha família e amigos que me deram muito apoio durante todo o processo e nunca me deixaram perder o ânimo para continuar. Em segundo, queria agradecer à minha orientadora, cujo primeiro livro que me deu lançou-me nesta viagem que agora culmina. Mas este é só mais um passo e não o fim da viagem.

**“A política é demasiado importante para
ser deixada à mercê dos políticos.”**

T. S. Eliot

Capítulo 1. Introdução

Qual o nível de abertura e preparação das instituições políticas portuguesas, nomeadamente da Assembleia da República, à participação activa da sociedade civil face à aurora de uma nova expressão social e valorativa que se regista nos países industrializados, o chamado «pós-materialismo»? A ciência política depende da sua capacidade de compreender a realidade e prever o comportamento humano. Com o crescimento do número de democracias no mundo, a realidade política tem se alterado com rapidez e profundamente. Hoje, nos países considerados industrializados (ou pós-industrializados), ocorrem mudanças na configuração social e laboral, que se reflectem nas condições e estilos de vida. Novos valores, novas clivagens sociais e novas formas de organização denunciam sociedades em mudança. As gerações europeias privilegiavam, maioritariamente, em valores materiais, procurando apenas uma vida confortável para si e para os seus. No entanto, o desenvolvimento económico e social europeu das décadas pós-guerra permitiram que os cidadãos europeus assumissem a sua sobrevivência como garantida, sustentados por um período extenso de paz e isento de ameaças. Os cidadãos puderam assim 'usufruir' da abundância, da educação e dum estado social. Os cidadãos comuns passaram a viver num mundo globalizado. Esta nova realidade desenvolveu novas formas de pensar e refletiu-se em como o cidadão comum passou a entender o seu quotidiano. Abrindo caminho para uma nova série de valores designados pós-materiais. Cada vez mais, os cidadãos europeus evidenciam preocupação com a qualidade de vida e a preservação ambiental, preferindo mesmo sacrificar algum crescimento económico em prol destes valores. Regista-se uma menor deferência à autoridade, menos dependência das normas sociais (bem como a sua renovação), crescente individualismo e liberdade. No campo político, estas alterações também se observam.. As formas tradicionais de participação na política perdem relevância para outras, mais alternativas. Os níveis de *turnout* cronicamente mais baixos e ligações a partidos menos fortes

dão lugar a um crescente recurso a reivindicação por meio de movimentos sociais, petições, boicotes, ocupações e manifestações pacíficas, ou até ataques informáticos. As velhas instituições políticas e os velhos moldes não parecem adequar-se mais a estas novas configurações. Associando a esta divisão entre valores materiais e pós-materiais, Dalton (2008) distingue entre Velha Política e Nova Política, como que descrevendo duas formas distintas de fazer política. Conclui que “*os pós-materialistas favorecem a expansão do processo democrático e o envolvimento mais directo dos cidadãos no processo político.*”¹ (Dalton, 2008, pág. 94). Com efeito, as democracias destes países enfrentam novos desafios e procuram adaptar-se.

Face a tais transformações, é oportuno questionar - , Onde se insere o Portugal neste contexto? Existem pós-materialistas em Portugal? E que preparação terão as instituições políticas portuguesas quando confrontadas com estas mudanças? Que abertura terão ao público?

Pretende-se contribuir para a percepção se a Assembleia da República se adaptou a à sociedade civil, face a estes novos desenvolvimentos no comportamento dos cidadãos. Escolheu-se esta instituição, pois tem um papel central na política nacional e está na génese da relação do público com as elites políticas. Estarão os deputados portugueses próximos do seu eleitorado? Poderá a Assembleia da República abrir-se mais à sociedade civil e incentivar mais participação? Ao mesmo tempo, procura-se analisar a sociedade portuguesa num enquadramento europeu, e tentar determinar se mostra sinais de uma saudável consolidação democrática e do despontar pós-industrial e, se sim, em que grau. Portugal é, frequentemente, colocado no mesmo patamar que a maioria dos países europeus (dentro da União Europeia), no entanto ainda regista níveis comparativamente baixos de educação e de desempenho económico, não esquecendo o relativamente curto período de democracia em plenas funções. É por isso pertinente analisar se

1

Tradução livre de “*post-materialists favor expanding the democratic process and more directly involving citizens in the political process.*”.

os portugueses confiam nas suas instituições? Que imagem têm da sua classe política? Que pensam da sua democracia? A tese através de uma análise quantitativa recorrendo procura analisar as possíveis respostas para estas perguntas.

O primeiro capítulo será dedicado à revisão da literatura. Nele, revisita-se o que se o conceito do pós-materialismo combinado com a análise da discussão sobre a relação entre cidadãos e Parlamentos. Procede-se a uma breve descrição do percurso da Assembleia da República desde a revisão constitucional de 1982. O pós-materialismo baseia-se em novos comportamentos e novas formas de participação política (mais intensa), o que tem repercussões nas relações entre os eleitores e os seus parlamentos. A conjugação desses conceitos no contexto português completará a análise.

O capítulo II contém uma análise comparativa, baseada em dados empíricos, dividida em três eixos de interesse :o apoio à democracia, a confiança nas instituições políticas e os valores e comportamentos sociais.. Os países escolhidos para comparação são o Reino Unido, Alemanha e Espanha. Grande parte dos dados será proveniente do *European Values Study*. Este estudo aplica um questionário destinado a saber mais sobre, entre outros aspectos, o apoio à democracia, a confiança nas instituições políticas e os valores e comportamentos sociais. A primeira vaga de informação foi recolhida em 1981 e o questionário tem sido reaplicado a cada 9 anos. Já foi aplicado em quase meia centena de países (apesar de não todos consistentemente em todas as vagas), cobrindo uma admirável proporção da população europeia (até agora foram realizadas cerca de 70 000 entrevistas). As vagas disponíveis a utilizar para a selecção de países em causa serão as de 1989-1993 e 1999-2004. Outra fonte importante será o Eurobarómetro, com dados dos relatórios publicados entre 2004 e 2013. Será ainda utilizado um estudo feito aos deputados e aos eleitores pelo CESOP, com dados entre 2008 e 2013, que permitem comparar as respostas dos dois grupos. Outros indicadores económicos, políticos e sociais complementares² serão retirados

2

das bases de dados do Banco Mundial, do Eurostat e do *Transparency International*, compreendendo o período entre 1999 e 2013. O primeiro eixo de análise é dedicado a procurar vestígios pós-materialistas entre os eleitores portugueses. Uma série de perguntas conjugadas permitirá traçar um perfil do cidadão português e ver até que ponto é que se encaixa no enquadramento pós-materialista. Em segundo lugar, afere-se o nível de confiança na Assembleia e interesse na política por parte dos cidadãos portugueses, para determinar o nível de proximidade dos últimos com a sua instituição parlamentar. Em terceiro lugar, contrapõem-se estas noções com a opinião dos deputados, de modo a perceber em que pontos se tocam e descobrir, porventura, áreas em que a relação se pode tornar mais próxima ou pode encaixar uma maior participação cívica.

O capítulo III discute-se as observações empíricas à luz dos conceitos teóricos. e discute-se a relação cidadão-Parlamento em Portugal. em conclusão o estudo discute algumas sugestões que poderão eventualmente melhorar a congruência entre os parlamentares e os cidadãos, esperando, com isso, contribuir para uma maior qualidade da democracia portuguesa.

Esses indicadores ajudam a dar conta do contexto português e comparam com os outros países, para dar uma imagem das circunstâncias económicas políticas e sociais em que cada democracia funciona.

I. Metodologia

Numa tentativa de perceber melhor as atitudes e percepções dos portugueses face à sua Assembleia da República e aos seus deputados, tentar-se-á inseri-las num contexto de comparação com três outros países. A análise comparativa será maioritariamente quantitativa. Todavia, sempre que houver lacunas em termos de dados deste tipo, poderão ser preenchidas com avaliações qualitativas, através de outros recursos, que possam ajudar a completar o quadro. As principais fontes serão o *European Values Study* e o Eurobarómetro. Alguma informação complementar será retirada das bases de dados do Eurostat, do Banco Mundial, da organização *Transparency International* e de agências especializadas das Nações Unidas, onde se poderá garantir uma informação mais fidedigna. Tirar-se-á partido de um estudo realizado pelo Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, do Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL), e outro, do Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica (CESOP), que partilham a temática discutida. Ambos serão úteis, pois recolhem informação entre cidadãos e junto dos membros do parlamento, em separado, permitindo estabelecer comparações directas entre os dois grupos.

As comparações serão estabelecidas entre Portugal, Espanha, Alemanha e Reino Unido. Espanha foi escolhida por ser um país que reúne condições semelhantes a Portugal, isto é, teve a sua democratização quase na mesma altura e é um país do Sul da Europa, com uma cultura similar e alguns valores/crenças comuns aos portugueses. A Alemanha e o Reino Unido aparecem como contrabalanço ao par Portugal-Espanha, uma vez que são países com condições muito diferentes, do Norte da Europa e de uma cultura mais distinta. O Reino Unido tem a democracia mais antiga do mundo ainda em funções e a sua vida política assenta muito na tradição. A Alemanha, por outro lado, é uma democracia mais recente, mas não menos funcional. Esta

selecção de países pode ajudar a estabelecer comparações relevantes e encontrar tendências interessantes, quanto ao comportamento da população face à política dos seus países.

Em primeiro lugar, escolheu-se o *European Values Study*, pois vem sendo feito há algum tempo e é abrangente em termos de assuntos que toca e dos países que participam³. É um estudo que se dedica a investigar os valores sociais e morais que sustentam a cultura política das populações nestes países. Havia a possibilidade de se utilizar o *World Values Survey (WVS)*⁴, que é até geograficamente mais abrangente e faz perguntas do mesmo género, mas a disponibilidade das respostas não é tão certa e os países escolhidos para estabelecer comparação falham muitas das vagas completas até agora (especialmente Portugal), pelo que se provou mais seguro optar pelo EVS. Foram recolhidas 4 vagas de dados. Começou em 1981, a segunda vaga realizou-se em 1990, a terceira em 1999 e a última em 2008, perfazendo perto de 30 anos de dados. O EVS tem várias perguntas que nos podem dar algumas imagens de comportamentos designados pós-materialistas nas populações, tais como interesse e/ou conhecimento da vida política do seu país e atitudes face à democracia e à protecção do ambiente ou a importância atribuída às liberdades individuais. Será possível traçar um cenário abrangente do quotidiano, percepções e preferências destes cidadãos. Os países escolhidos participam os quatro na mesma vaga só de 1990 em diante. Será, pois, onde começará a análise. O horizonte temporal da tese é desde a consolidação democrática portuguesa, marcada no ano de 1982, mas cujo processo não se cinge a único momento, pelo que começar a analisar desde 1990 também poderá proporcionar uma corrente de

3

Este estudo começou a ser realizado em 1981. Inicialmente, nem todos os países europeus participaram (apenas 10), mas outros foram se juntando progressivamente. Em 2008, a vaga mais recente a ser publicada, o EVS beneficiou da participação de 47 países.

4

O WVS foi realizado em 100 países (apesar de não participarem todos em todas as vagas) e engloba mais de 90% da população mundial. Houve seis vagas de 1981-84, 1989-93, 1994-99, 1999-2004, 2005-08 e a última a ser publicada ainda em 2014.

informação num horizonte temporal relativamente alargado. O Reino Unido aparece como Grã-Bretanha nas três vagas do EVS que se vão utilizar.

Em segundo lugar, o Eurobarómetro, tal como o EVS, também contém informação preciosa sobre os comportamentos e percepções do eleitorado. Como funciona a nível europeu, tem dados de todos os Estados-membros da UE, onde se incluem os países da lista em mão. Além disso, tem recolhido dados com uma periodicidade estável. Escolhe-se esta base de dados, pois, além disto, tem perguntas específicas que dão uma noção da imagem que os eleitorados possuem de cada uma das suas classes políticas. Isto poderá dar uma noção do grau de proximidade/afastamento entre os membros do parlamento (mais do que relativamente aos governantes, pois a tese centra-se no desempenho da Assembleia da República) e o eleitorado.

Em terceiro lugar, como já foi mencionado, recorrer-se-á a dados de um estudo promovido pelo CESOP junto dos membros do Parlamento que tem sido efectuado desde 2008 e que contém informação muito útil referente às posições dos deputados face ao eleitorado e face às suas atitudes no desempenho das suas funções. A recolha de dados mais recentes teve lugar em Fevereiro/Março de 2013, da qual tomou parte a autora desta dissertação. Além disso, o CESOP fez o obséquio de incluir uma pergunta específica neste último questionário destinada a criar informação primária propositadamente para esta tese (ver questionário em anexo). Para efeitos de escolha de uma só pergunta que fosse concisa e ao mesmo tempo, desse uma boa parte de informação relevante, pesquisou-se o trabalho de Alcántara Sáez, um professor de ciência política na Universidade de Salamanca, que se tem dedicado à investigação focada no lado da opinião da classe política e, em específico, dos deputados na Assembleia.

Como tal, foi escolhida a seguinte pergunta:

“Pensando no trabalho que desempenha como deputado, qual o grau de importância que atribui a cada um dos seguintes aspectos? Utilize uma escala onde 1 significa “Nenhuma importância”, 2 “Pouca importância”, 3 “Bastante importância” e 4 “Muita importância”.

- a. Representar a nação*
- b. Elaborar leis*
- c. Resolver os problemas do país*
- d. Controlar a actuação do governo*
- e. Defender os interesses do seu partido*
- f. Elaborar orçamentos*
- g. Representar os interesses do seu distrito eleitoral.”*

O objectivo é demonstrar como conhecer a opinião pública pode contribuir para a classe política adaptar-se às necessidades da sua população, como a informar e educar o eleitorado, tomando-o mais activo na participação cívica.

Capítulo 2. Enquadramento teórico

A revisão de literatura estabelece o enquadramento teórico que sustenta esta dissertação, estando organizada em duas partes principais. A primeira parte faz referência à teoria e informação disponível sobre o pós-materialismo e a transformação social em marcha nas sociedades pós-industriais. A segunda parte debruça-se sobre a relação entre o Parlamento e os cidadãos. É analisada a sua evolução nas últimas décadas, e os esforços empreendidos para uma maior aproximação ao seu público. Esta parte contempla ainda os contextos dos países selecionados para estabelecer uma análise comparativa. Inclui a transição e consolidação da democracia portuguesa, bem como a forma como a Assembleia da República está organizada, em que medida isso influencia o seu funcionamento e a relação com os eleitores portugueses.

O pós-materialismo representa um advento de participação política. Os cidadãos referidos como pós-materialistas revelam mais cepticismo em relação às suas instituições e, paradoxalmente, denotam uma necessidade de se exprimirem de forma mais direta, assim como um desejo de se envolverem mais no processo de decisão. Os pós-materialistas não querem deixar ao acaso as decisões que influenciam a sua vida, sendo menos subservientes, mais reivindicativos e querendo ser ouvidos pelas autoridades nas causas pelas quais lutam. A teoria sobre relações entre cidadãos e Parlamento tem recolhido mais interesse recentemente (o que não será uma coincidência). Em vários países, em particular nas democracias ocidentais e industrializadas, a importância da opinião pública tem obtido um lugar mais central na cena política. As novas tecnologias possibilitam uma maior abertura, menos tempo de espera e uma relação mais próxima dos parlamentares e do seu trabalho. Mais do que nunca, os Parlamentos abrem-se ao público e procuram estabelecer laços de confiança com os eleitores.

A evolução da democracia portuguesa foi tardia e repleta de momentos de incerteza. Quando outras democracias ocidentais já estavam amadurecidas, a portuguesa aprendia a

gatinhar, vacilante. Em pouco menos de quatro décadas, a democracia portuguesa floresceu e consolidou-se. Desde então, a Constituição portuguesa foi revista várias vezes (7 finalizadas e a 8ª em preparação), o regimento da Assembleia da República sofreu inúmeras reformas e Portugal tornou-se membro da União Europeia. Neste contexto, as instituições procuraram encontrar a sua identidade dentro do sistema político português. No caso particular da Assembleia da República, esta foi uma instituição que se debateu por encontrar uma voz, que passou de um órgão meramente legislativo para ser encarado como forma de legitimação da democracia perante os eleitores. A Assembleia da República não se tem furtado a este desafio, todavia as exigências sobre ela são crescentes.

Larry Diamond, no seu artigo *Toward Consolidation* analisa o papel da sociedade civil no processo de consolidação democrática, clarificando a sua importância no seio de uma democracia e as suas funções na cena política. Mais importante ainda, sistematiza a utilidade da sociedade civil em termos de *democracy-building*. Diamond descreve a sociedade civil como sendo o “reino da vida social organizada que é voluntário, gerado e (amplamente) sustentado por si próprio, autónomo em relação ao Estado, e que cumpre uma dada ordem de leis partilhadas. Distingue-se da «sociedade» em geral, no sentido em que os cidadãos agem colectivamente numa esfera pública para exprimir os seus interesses, paixões, e ideias, trocar informação, atingir objectivos mútuos, fazer exigências ao Estado e responsabilizar os políticos. A sociedade civil é uma entidade intermedária, entre a esfera privada e o Estado. (...) Os agentes na sociedade civil precisam de protecção de uma ordem legal institucionalizada para proteger a sua autonomia e liberdade de acção. Assim, a sociedade civil, não só restringe o poder do Estado, mas legitima a sua autoridade quando ela é baseada no estado de direito.”⁵ (Diamond,

5

Tradução livre de “(...) realm of organized social life that is voluntary, self-generating, (largely) self-supporting, autonomous from the state, and bound by a legal order or set of shared rules. It is distinct from «society» in general in that it involves citizens acting collectively in a public sphere to express their interests, passions, and ideas, exchange information, achieve mutual goals, make demands on the state, and hold state officials accountable. Civil society is an intermediary entity, standing between the private sphere and the state. (...) Actors in civil society need the protection of an institutionalized legal order to guard their autonomy and freedom of

1995, pág. 228). A sociedade civil é, portanto, uma camada intermédia entre diversos grupos de uma sociedade que atua como um dos vértices do sistema democrático e pode servir para equilibrar o jogo político. No entanto, a sociedade civil em Portugal é historicamente muda e passiva, salvo raras exceções. Por sua vez a consolidação democrática é descrita como um *“processo pelo qual a democracia se torna tão ampla e profundamente aceite entre os seus cidadãos que se torna muito improvável que caia. Envolve mudanças comportamentais e institucionais que normalizam a política democrática e reduzem a incerteza. (...) Expansão do acesso dos cidadãos, desenvolvimento da cidadania e cultura democráticas, alargamento do recrutamento e treino de liderança, e outras funções que a sociedade civil desempenha. Mas, acima de tudo, e mais urgente que tudo, requer institucionalização política.”*⁶ (Diamond, 1995, pág. 238). Assim, Diamond realça a importância da qualidade das instituições para o bom funcionamento da democracia. É considerado que a consolidação democrática em Portugal foi concluída em 1982, aquando da revisão constitucional que acabou com o Conselho da Revolução. Não obstante, a democratização é um processo dinâmico e contínuo, sendo que a adesão à União Europeia em 1986 (Comunidade Económica Europeia na altura) constituiu outro grande passo no aprofundamento da democracia portuguesa. Por isso, o limite inferior da janela temporal de análise realizada nesta dissertação será desde 1982, estendendo-se até ao presente. Portugal encontra-se, desde então, no que Cristina Leston-Bandeira denomina de “amadurecimento” da democracia, um estado pós-consolidação, mas ainda de criação de hábitos e tradições democráticas, e de progressiva melhoria da eficiência das instituições (mantendo em mente que o ideal da democracia pressupõe um regime em constante evolução).

action. Thus civil society not only restricts state power but legitimates state authority when that authority is based on the rule of law.”

6

Tradução livre de *“process by which democracy becomes so broadly and profoundly legitimate among its citizens that it is very unlikely to break down. It involves behavioral and institutional changes that normalize democratic politics and narrow uncertainty. (...) expansion of citizen access, development of democratic citizenship and culture, broadening of leadership recruitment and training, and other functions that civil society performs. But most of all, and most urgently, it requires political institutionalization.”*

Capítulo 2.1. O Pós-materialismo: impacto nas relações cidadãos-instituições - O que está a acontecer com os cidadãos?

Os cidadãos das sociedades pós-industrializadas denotam comportamentos que parecem apontar para uma ruptura com as gerações anteriores. No entanto, será adequado relacionar estes comportamentos com uma postura fundamentalmente diferente, que introduz uma mudança nos valores sociais e morais destas sociedades? Poderá este novo paradigma ser associado a uma sociedade pós-materialista?

As teorias pós-materialistas assentam num conjunto abrangente de literatura, que foi inicialmente explorada por Inglehart e posteriormente desenvolvida por outros importantes autores, sendo de destacar o caso de Dalton no âmbito desta dissertação. A investigação de Dalton sobre esta matéria envolve uma extensa revisão da teoria, e é baseada em séries temporais longas e transversais a vários países, que cobrem períodos relativamente recentes. A ideia do fim da História avançada por Hegel no século XIX e recuperada por Francis Fukuyama, em 1992, defende que todos os regimes do mundo caminham para um sistema democrático e que, chegado esse ponto, vigorará a paz e a História deixará de se desenrolar, pois não haverá mais conflitos entre países. Apesar do aumento relativo das democracias no mundo ser uma realidade, é inverosímil que o conflito e a História acabem. Dalton rejeita esta ideia, concentrando-se no estudo da evolução das democracias no mundo, que estão em desenvolvimento constante. Neste processo, o conflito não só é desejado, como é considerado essencial ao progresso, no sentido em que significa debate de ideias e opiniões. O estudo de Dalton trata do processo de democratização na perspectiva dos cidadãos, inserido no âmbito da recente disciplina de *Citizen Politics* (Política da Cidadania). Seguindo a linha de Inglehart para investigação das alterações sociais e axiológicas das sociedades em países industrializados, Dalton analisa as novas formas de expressão da sociedade civil e de comunicação entre esta e a elite política.

A democratização e o envolvimento dos cidadãos na esfera política são processos contínuos e em transformação. Dentro da classe académica, há quem alegue que este envolvimento tem vindo a diminuir, enquanto outros falam de um crescente cepticismo face à classe política, aos partidos e às instituições públicas. O que, na verdade, se testemunha é uma mudança na configuração social e laboral que tem reflexos nas condições e estilos de vida. No entanto, a motivação que lhe é subjacente pode ser mais complexa do que o mero desinteresse. Dalton tenta explicar este fenómeno com base no princípio da alteração fundamental nas características socioeconómicas dos países pós-industriais que conduz a alterações do comportamento das massas sociais. Estas alterações revestem-se de quatro principais faces distintas: (i) a alteração no envolvimento do público na política; (ii) a alteração dos valores e atitudes do público; (iii) a mudança na política partidária; e (iv) um aumento da eficácia das instituições políticas que, por sua vez, tornou o público mais crítico do seu desempenho.

Nas décadas que se seguiram à II Guerra Mundial, as populações das democracias ocidentais começaram a dar sinais de menos participação política acompanhada de um desencantamento generalizado para com as suas instituições políticas. Russell Dalton, no seu livro *Citizen Politics: Public opinion and political parties in advanced industrial democracies* (2008), analisa a fundo a participação da sociedade civil na política em cinco esferas diferentes: o voto, a participação em campanha, a participação em associações cívicas, o contacto direto com representantes em assuntos individuais e, finalmente, o protesto. Segundo os dados⁷ utilizados, os cidadãos, apesar de manterem o voto como principal modo de participação, procuram formas alternativas de se envolverem politicamente, especialmente através da criação/participação em associações cívicas. O protesto ou manifestação como modo de participação política vem ganhando popularidade nas sociedades pós-industrializadas. Neste contexto, o *status-quo* político

7

Dalton faz uma análise a um grupo de quatro países: a França, a Alemanha, o Reino Unido e os EUA.

tem sido bastante desafiado, sendo que os cidadãos premeiam modos cada vez mais criativos, mas também mais pacíficos, de demonstrar insatisfação.

Ser um cidadão ativo envolve um nível básico de responsabilidade que implica adquirir um certo nível de conhecimento, compreensão e interesse na vida política. Existe uma grande controvérsia quanto às reais capacidades das massas para se envolverem e perceberem o processo político. Das teorias de cidadania mais conhecidas, destaca-se o Modelo do Supercidadão, defendido por Stuart Mill, Locke e Tocqueville, segundo o qual a democracia funcionaria verdadeiramente apenas com um eleitorado educado, informado e sofisticado. No entanto, as primeiras estatísticas americanas de opinião pública dos anos 50/60 revelaram um público muito diferente desta concepção inicial - com falta de estrutura ideológica e falta de consistência entre as crenças individuais e a posição assumida em determinados temas, bem como nas suas posições políticas ao longo do tempo⁸. Neste seguimento, veio a Teoria Elitista da Democracia⁹, que combina democracias em funcionamento com eleitores pouco sofisticados, apontando para uma heterogeneidade entre o eleitorado relativamente ao seu interesse na política. Isto significa que numa sociedade há uma massa de eleitores que, apesar de poderem participar na política, não demonstram muito interesse em fazer parte integrante dela, nem procurando estar informados. Esta teoria apresenta a ideia de que participação excessiva também pode conduzir ao colapso do regime democrático. O cidadão ideal não é aquele que é ativo, mas sim o potencialmente ativo¹⁰. Num certo nível, a participação (de toda ou da maioria da sociedade civil) tornar-se-ia impossível de gerir. Porém, Dalton afirma que esta é uma teoria incompleta que, apesar de ter por base dados empíricos, faz uma análise pouco profunda deste tema. Em contrapartida, avança com o que apelida de Processo de Mobilização Cognitiva, argumentando que a sociedade americana mudou

8

Cf. *Electoral myth and reality: the 1964 election* (1964), por Philip Ernest Converse; Aage R. Clausen e Warren E Miller.

9

muito desde a década de 50, segundo uma perspectiva de redução dos custos de se informar sobre política e o de aumento da capacidade em compreender a política. Isto tudo sob a premissa de que quanto mais educada uma população é, mais interesse manifesta na política. O desenvolvimento da comunicação social foi determinante, em especial da televisão. Se considerarmos que esta teoria foi delineada nos anos 80 e a isto juntamos o recente desenvolvimento das novas tecnologias e das redes sociais, o potencial para uma participação política intensa aumentou exponencialmente.

Quadro 1: Tipos de contacto entre cidadãos e a classe política

Tipo de participação	Tipo de influência	Alcance	Conflito	Iniciativa necessária	Cooperação com outros
Voto	Pressão alta/pouca informação	Colectivo	Sim	Pouca	Pouca
Participação em campanha	Pressão alta/pouca a muita informação	Colectivo	Sim	Alguma	Alguma a muita
Participação em associações cívicas	Baixa a alta pressão/ muita informação	Colectivo	Sim/Não	Alguma a muita	Alguma a muita
Contacto direto c/ representantes em assuntos pessoais	Pressão baixa/ muita informação	Particular	Não	Muita	Pouca
Protesto	Pressão alta/muita informação	Colectivo	Muito	Alguma a muita	Alguma ou muita

Fonte: *Citizen Politics: Public opinion and political parties in advanced industrial democracies* (2008)

Dalton destaca cinco diferentes formas de participação política dos cidadãos e classifica-as relativamente a cinco dimensões relevantes na transformação social. Em democracia, o voto é o instrumento de participação política por excelência, permitindo periodicamente aos eleitores

Para saber mais sobre o protesto dentro da teoria elitista da democracia, ler Huntington (1981), Crozier, Huntington e Watanuki (1975).

Para aprofundar o conhecimento nesta teoria, consultar *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations* (1963), da autoria de Gabriel A. Almond e Sidney Verba.

manter ou alterar os seus governantes e, constituindo assim, a melhor forma de estudo das suas atitudes políticas. Apesar do voto continuar a ser a principal forma de participação política, a sua popularidade parece seguir uma tendência decrescente nos países desenvolvidos, surgindo a questão da existência de um desinteresse cada vez maior na política. No entanto, segundo Dalton, um *turnout* mais baixo não significa necessariamente menor interesse nem menos conhecimento sobre política, mas sim uma nova forma de participação. De facto, os eleitores nestes países parecem desacreditar uma participação que lhes é redutora e procuram formas alternativas de o fazer.

No âmbito desta pesquisa, Dalton analisou a participação em eleições (*turnout*) entre a década de 50 e 90. Aparentemente, o *turnout* está relacionado com o sistema partidário, sendo mais elevado em caso de maior polarização ideológica¹¹, a estrutura partidária e o peso e o número de partidos, assim como com a estrutura legislativa¹². O autor faz referência aos estudos de Lipset e Rokkan (1967), que sugerem duas revoluções: a Revolução Nacional, com o alastrar dos Estados-nação no séc. XVIII e XIX, que introduziram clivagens baseadas na raça ou grupos étnicos e no conflito Igreja-Estado; e a Revolução Industrial, no séc. XIX, que foi palco para as clivagens apoiadas na classe social (proprietários e trabalhadores) e no conflito Terra-Indústria. Estes quatro aspectos divisórios têm desenhado a maior parte dos conflitos sociais nos países industrializados, e muitos partidos tiveram aqui a sua origem - constituindo inicialmente grupos sociais que, por conveniência, se institucionalizaram. Historicamente, estes conflitos sociais costumam ter reflexo nos resultados de eleições futuras, mas aparentemente essa ligação está a perder-se. Paralelamente, regista-se o surgimento de novos partidos com o propósito de fazer face às novas exigências do eleitorado. Dalton separa as clivagens do que chama a Velha Política e a

11

Cf. (Powell 1986; Crepaz 1990)

12

Cf. Jackman (1987)

Nova Política. A Velha Esquerda identifica-se com a classe trabalhadora e os sindicatos, os grupos seculares e urbanos. Ao mesmo tempo, a Velha Direita defende os empresários e a classe média, muitas vezes com pendor religioso ou rural. Mas a Era pós-industrial trouxe questões que originam divisões transversais a estes grupos, onde os rótulos clássicos não encaixam, como é o caso da homossexualidade e o ambiente. O autor refere que, nestes países, os partidos ainda seguem as normas da Velha Política, tentando no entanto abranger estas novas causas. O curso futuro é incerto, apesar de se esperarem novos alinhamentos partidários e novas configurações. Neste seguimento, é relevante analisar as bases sociais associadas ao apoio partidário. Um cidadão informado toma decisões políticas com base nas suas convicções e no seu discernimento. No entanto, as características sociais podem influenciar as decisões individuais de voto, uma vez que os grupos sociais influenciam os seus elementos também a este nível. Dalton explica que, não obstante as discrepâncias entre decisões de voto e preferências partidárias serem ainda marcadas pela classe social, regista-se a emergência de uma nova classe entre a classe média e a classe trabalhadora. Esta classe, designada “*salariat*”, manifesta interesses alternativos e espelha as novas configurações sociais nas suas decisões de voto e na sua posição partidária, esta última cada vez mais ambígua. Adicionalmente, existe outra fonte de divisão no voto - a religião. No entanto, verifica-se que credos muito diversos alinham-se em ambos os lados do espectro político.

A participação na campanha é encarada como uma extensão do voto. O eleitor que é militante ou apoiante de um partido pode prolongar o seu apoio ao auxiliar o mesmo na corrida eleitoral. No entanto, a análise de Dalton aponta para uma tendência decrescente da fidelidade aos partidos nos países analisados e, em geral, nos países industrialmente avançados. As relações dos eleitores com os partidos parecem tornar-se cada vez utilitaristas, dependendo mais de posições em determinados assuntos que os cidadãos querem ver defendidas do que de uma partilha da sua ideologia. Uma possível explicação para este comportamento é o aumento da influência dos *media* nas eleições, que pode substituir a participação na campanha como fonte de informação.

Assim, os *media* passam de simples intermediários a criadores de opinião pública. Factualmente, os eleitores denotam uma preferência crescente pela comunicação social como meio de formação das suas opiniões políticas, em detrimento de uma participação direta na campanha do partido que apoiam.

A participação em associações cívicas representa o nível mais básico, mais cru, de democracia de raiz, que em inglês é apelidado de “*grassroots*”. Apesar de, nos países analisados pelo autor, esta participação mostrar-se já intensa, esta parece estar a aumentar e a abranger novas áreas da vida pública. Além disso, os próprios modos de associação são inovadores.

“Quando os cidadãos são impedidos de exercer a sua influência política pelos canais de participação legítimos, a política de protesto é uma opção.”¹³ (Dalton, 2008, pág. 48). Nas sociedades pós-industriais, o protesto tem abrangido uma parcela maior da sociedade, ao mesmo tempo que são procuradas formas alternativas de o fazer - cada vez mais pacíficas e sistemáticas. É uma forma de expressão política em expansão. Dalton apresenta um diagrama com quatro níveis de protesto, partindo do mais convencional e aceitável em democracia até ao ilegal e violento. Conclui, por fim, que houve um aumento das formas de protesto menos convencionais. Para tentar perceber as motivações subjacentes aos protestos nestes países, Dalton refere o modelo da privação (*deprivation approach*) que relaciona a origem dos protestos com a “frustração” e a “alienação política”. Este indica que as pessoas menos instruídas são as que mais se envolvem em protestos não convencionais. Por outro lado, apresenta também o modelo dos recursos¹⁴, que encara o protesto como um recurso democrático alternativo. As formas de protesto menos convencionais são encaradas como resultantes da competição normal por se tentar fazer ouvir. Contrariamente ao anterior, este modelo aponta para que quem proteste sejam as classes

13

Tradução livre de “*When citizens are blocked from exercising political influence through legitimate participation channels, protest politics exists as an option.*”

14

médias e altas e/ou os cidadãos mais esclarecidos. De forma a estudar esta relação, Dalton tem em conta a educação, a idade, o sexo, as ligações a sindicatos, a satisfação política e o posicionamento esquerda/direita dos cidadãos. Observa assim que a satisfação política não desempenha um papel significativo, uma vez que a maioria dos cidadãos reconhece utilidade no protesto, independentemente da sua avaliação do desempenho do Governo. Cidadãos do sexo masculino ou mais instruídos são, na verdade, mais propensos a aderir ao protesto. Neste conjunto de dados empíricos, o *resource model* encaixa melhor na realidade pós-materialista. Com a idade, os indivíduos manifestam-se de forma cada vez mais convencional. No entanto, Dalton adiciona que os jovens, cada vez mais instruídos nestes países, intensificam a sua participação política, projetando que isso se reflita mais tarde nas suas vidas. Em suma, as formas de protesto não-convencionais têm tendência a disseminar-se.

Portugal teve alguns exemplos destas formas mais criativas de manifestação. A título de exemplo, aconteceu que alguns cidadãos pedissem recibos em nome do Primeiro-Ministro/ Ministro das Finanças, em protesto contra o pacote de medidas de combate à evasão fiscal e em forma de manifestação de descontentamento contra as medidas de austeridade introduzidas. Ataques de *hackers* a páginas oficiais do Governo e dos partidos têm-se tomado mais comuns, atraindo atenção mediática e transmitindo a mensagem de insatisfação de forma muito clara. Estes protestos não convencionais costumam ser pacíficos e originais, pelo que se espalham rapidamente e contribuem para uma consciencialização da causa em debate. No entanto, continuam a ser os esquerdistas a levar a cabo mais protestos. Dalton chama atenção para o facto de que, pelos dados empíricos discutidos, a participação política mostra sinais de intensificação e diversificação, ao contrário do assumido anteriormente. O protesto passou a ser amplamente aceite e, partindo daí, generalizou-se. Isto significa que se abriram canais de comunicação alternativos às elites políticas nestas sociedades. Com isto, intensifica-se a complexidade dos problemas e das ligações entre agentes sociais, mais exigências à democracia e ao cidadão, o que

pode adensar diferenças entre mais e menos instruídos na capacidade de satisfazer as suas reivindicações. Isto significa que, paradoxalmente, a participação crescente pode ser contraproducente para o funcionamento saudável da vida política. Como já referido, a teoria elitista da democracia defende que a participação política pode ser em demasia e, com isso, tornar-se prejudicial. Todavia, Dalton sublinha que populações mais esclarecidas e mais combativas são um sinal positivo e, muitas vezes, funcionam em prol de uma acção mais democrática. Destaca também a participação em atividades cívicas como uma boa fonte de informação e educação, movendo os cidadãos a terem uma ideia progressivamente mais clara dos desafios que o seu país enfrenta na esfera política e a procurarem contribuir com soluções adequadas.

No meio destes novos comportamentos que surgem, é pertinente analisar o perfil do novo cidadão. Para os caracterizar, Dalton apresenta o modelo do voluntarismo cívico¹⁵, com três tipos de influência: as características pessoais (relacionado com a posição social, nível de maturidade e sexo); os efeitos de grupo (ligação a partido político ou associações cívicas); e as atitudes políticas (satisfação com o processo democrático e posicionamento à esquerda/direita). Estes campos têm a sua própria influência, mas também se inter-relacionam. Uma regressão múltipla dá conta da influência exercida destes factores sobre três aspectos da participação: o voto, a participação em campanhas e a participação em movimentos cívicos. Conclui-se que o aumento na sofisticação política não significa necessariamente maior participação em todas as formas analisadas. Outra tendência traçada é a de que um eleitorado mais educado pode procurar formas de participação alternativas ao voto e à campanha, nomeadamente o surgimento de movimentos sociais/cívicos. As diferenças na participação mostram-se mais qualitativas que quantitativas.

Os valores regem o comportamento humano e estão também frequentemente presentes nas decisões políticas dos cidadãos. Nas sociedades pós-industriais, os sistemas valorativos têm

15

sofrido alterações, “*as relações hierárquicas e a deferência perante a autoridade estão a dar lugar à descentralização, autoexpressão e mais participação nas decisões que afectam a vida do indivíduo.*”¹⁶ (Dalton, 2008, pág. 78). Para Dalton, Inglehart (1977, 1990; Abramson e Inglehart 1995) é o autor que fornece uma compreensão mais completa da mudança de valores ao longo das últimas décadas, distinguindo duas premissas basilares. A primeira é a da escassez, sob a qual os indivíduos priorizam os seus valores consoante a sua abundância/escassez. Procuram satisfazer primeiro as necessidades que se prendem com bens mais escassos, avançando depois para bens mais abundantes. A segunda é a da socialização, que diz que o contexto pré-adulto condiciona fortemente os indivíduos nos valores que adoptam para a sua vida. Partindo de Maslow (1954), Inglehart estabelece uma hierarquia de valores, partindo de uma maior preocupação com os valores materiais e evoluindo para a questão dos valores pós-materiais, uma vez os primeiros preenchidos. A ordem estabelecida compreende, por ordem crescente, as necessidades básicas (comida, água, etc.), a segurança, o sentimento de pertença e, por último, a satisfação intelectual e estética. Fazendo uso destas distinções, Dalton estabelece uma série de valores materiais e pós-materiais que analisa segundo a sua importância nos países pós-industrializados. Identificou assim uma progressão efetiva dos valores materiais para os pós-materiais, com uma correlação clara entre o crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) e o peso relativo dos valores pós-materiais. Os resultados mostram também que a idade pesa na priorização destes valores, apesar de estas diferenças se esbaterem com o crescimento económico. A educação é outro factor importante - quanto mais educação, maior predominância dos valores pós-materiais. Perspectiva-se que estas camadas da população constituam as elites futuras e propaguem os valores pós-materiais.

16

As principais mudanças registadas nos valores sociais são menor deferência à autoridade, menos dependência das normas sociais e crescente individualismo e liberdade. Os pós-materialistas fazem questão de viver nos seus próprios termos e não têm medo de o exigir às autoridades. A matriz dos assuntos políticos na ordem do dia também parece ser diferente, movendo-se para causas mais características do pós-materialismo (ambiente, qualidade de vida, etc.). No entanto, mesmo as matérias que já eram profundamente discutidas, como é o caso da igualdade social, ganham novas perspectivas. Igualdade social deixa de ter um significado estritamente material de redistribuição de rendimentos, para passar a tratar-se também dos direitos de grupos, como os homossexuais ou a igualdade entre sexos. Os pós-materialistas são mais ativos na política. Apesar de votarem menos, participam mais, mas de diferentes maneiras. *“Mais pessoas valorizam a oportunidade de participar nas decisões que afectam as suas vidas mais do que valorizam as instituições e os procedimentos que asseguram a estabilidade e a ordem, em detrimento da potencial contribuição do cidadão”*¹⁷ (Dalton, 2008). Utilizando esta divisão entre valores materiais e pós-materiais, em paralelo com as diferenças entre Velha Política e Nova Política, Dalton descreve duas formas fundamentalmente distintas de fazer política. O autor pensa que estas modificações no tecido político serão benéficas para a democracia: *“Os grupos pós-materialistas são agentes da expansão do processo de democratização nas democracias industrializadas”*¹⁸ (Dalton, 2008).

À parte desta evolução de valores, os assuntos mais discutidos dizem respeito à política que se faz num país. A nível socioeconómico existe, por exemplo, a eterna questão do peso do Estado na vida comum. As opiniões mostram que os cidadãos continuam a conceber o Estado

17

Tradução livre de *“More people value the opportunity to participate in the decisions affecting their lives more than they value institutions and procedures that ensure stability and order at the possible cost of citizen input.”*

18

Tradução livre de *“Postmaterial groups are agents for expanding the democratization process in advanced industrial democracies.”*

como o principal fornecedor de garantias e benefícios sociais. Em geral, os cidadãos destes países querem pagar menos impostos, mas usufruir de mais despesa pública, um paradoxo comum na opinião pública. A globalização e a imigração em massa para estes países trouxeram também novidades nas questões raciais, étnicas e de igualdade. Observa-se que as divisões e a falta de tolerância entre grupos étnicos são atitudes em franca redução. A diversidade é bem-vinda e chega a ser celebrada dentro destes grupos. O mesmo acontece nas diferenças de prestígio, poder e influência entre homens e mulheres, que se esbatem também neste contexto. Outra questão muito popular nestas sociedades é a preocupação ecológica, sendo que a preservação ambiental tem tomado uma importância cada vez maior nas políticas praticadas. Os seus cidadãos mostram-se dispostos a sacrificar crescimento económico em prol de um ambiente mais limpo e são reivindicativos neste campo, o que é sinalizador desta nova forma de fazer política. No que toca a questões sociais que, muitas vezes, envolvem choques de valores, assiste-se a uma evolução no caminho da maior abertura, maior secularismo e menor sujeição à autoridade ou às normas sociais.

As visões quanto à política externa foram as que sofreram alterações mais profundas. A ordem mundial mudou e, com isso, as preocupações dos cidadãos. A aprovação da ONU e das suas missões de paz é praticamente unânime neste conjunto de países. Na Europa, a UE é genericamente aceite como um projeto com balanço positivo. Dalton pensa que não há garantias sobre o rumo das posições sobre a política externa nos países pós-industrializados. No entanto, aponta que estas parecem seguir o caminho da maior cooperação e do internacionalismo. Mesmo com os recentes percalços e desentendimentos da cena internacional, a tendência geral parece ser a de um mundo integrado que não poderá negar a necessidade de os países cooperarem mais entre si.

Quanto às posições no espectro político Esquerda/Direita têm demonstrado que os países europeus posicionam-se mais ao centro, enquanto os EUA são o país mais à direita. Numa

perspectiva histórica, as posições políticas parecem seguir uma rota liberal. Contudo, os próprios conceitos de Esquerda e Direita sofrem mudanças, assim como as causas que defendem, sendo difícil ter uma ideia do caminho futuro.

Finalmente, a opinião pública mostra-se mais variada e reivindicativa, pondo novos e diversos desafios aos seus governos e procurando influenciar as suas políticas. O que verdadeiramente se destaca nos assuntos discutidos e ideias defendidas é a sua vertente libertária e as diferenças na sua essência, mais focada em valores e preocupações pós-materialistas. “*Um dos desafios dos governos contemporâneos é como adaptar o processo democrático a este diferente padrão de representação de interesses.*”¹⁹ (Dalton, 2008, pág. 119).

Antes de Dalton, já Inglehart tinha estudado estes comportamentos nos anos 70, revendo posteriormente as suas hipóteses e suportando-as com mais dados. Artigos mais recentes atualizam e aprimoram ainda mais a sua informação. *Modernization, Cultural Change, and the Persistence of Traditional Values* (2000) e *Changing Values among Western Publics from 1970 to 2006* (2008) são dois dos documentos que ajudam a dar um quadro do que pensa e como age este novo cidadão pós-materialista. Inglehart estabelece o enquadramento teórico inicial do fenómeno pós-materialista. Os seus trabalhos disponibilizam bastante informação, apoiada pela formulação de várias hipóteses relativas a comportamentos que se revelaram há décadas. A antiguidade é apreciada, mas a continuidade é desejável. Nesse sentido, torna-se um importante complemento teórico a Dalton, que tem estudos mais recentes, com uma maior abrangência e qualidade de dados, e com a revisão de algumas afirmações e hipóteses de Inglehart.

Inglehart foi o pioneiro da ideia de pós-materialismo, chamando-lhe Teoria da Modernização Cultural. Nos anos 70, começou a detectar as primeiras mudanças com a geração dos *baby-boomers*, cidadãos que cresceram no período de paz prolongada depois da Segunda

19

Tradução livre de “*One challenge facing contemporary governments is how to adapt the democratic process to this different pattern of interest representation.*”

Grande Guerra e que viveram sob ameaças à sua sobrevivência, ao contrário dos seus pais. Os anos 60 (e também ainda os anos 70) foram tempos de uma revolução cultural. Por esta altura surgiram formas inovadoras de relacionamento interpessoal, de vida em comunidade e de relação com a autoridade, como o movimento hippie e o Maio de 68. Em pano de fundo tinha lugar a Guerra Fria. Em 2000, o autor tomou a tentar verificar a sua teoria, com dados relativos a um intervalo de tempo prolongado (3 vagas: 1981/2, 1990/1, 1995/8)²⁰. Reuniu dados de 65 países, o que representa cerca de 75% da população mundial, para atestar que “*o desenvolvimento económico tem consequências sistemáticas e, até certo ponto, previsíveis em termos culturais e políticos*”²¹ (Inglehart, 2000, pág. 20). O estudo foi feito segundo dois eixos: valores tradicionais/seculares e valores de subsistência/expressão pessoal. “*A industrialização leva à especialização ocupacional, níveis de educação crescentes, níveis de rendimento crescentes e eventualmente leva a mudanças imprevistas - mudança nas funções associadas ao género, nas atitudes perante a autoridade e nas normas sexuais; taxas de fertilidade decrescentes; participação política mais abrangente e públicos que são mais dificilmente controlados.*”²² (Inglehart, 2000, pág. 21). A industrialização proporcionou uma menor dependência dos fenómenos naturais e assegurou a sobrevivência, pelo que estas sociedades começaram a manifestar outro tipo de preocupações. Atualmente, há mais energia aplicada na comunicação e a processar informação do que a produzir bens materiais. A sociedade organiza-se em rede, com mais autonomia na decisão individual e

20

As estatísticas são provenientes do *World Values Survey*. Alguns dados adicionais foram tirados do *European Values Study*, para cobrir alguma da informação em falta no primeiro.

21

Tradução livre de “(...) *economic development has systematic and, to some extent, predictable cultural and political consequences*”.

22

Tradução livre de “*Industrialization leads to occupational specialization, rising educational levels, rising income levels, and eventually brings unforeseen changes - changes in gender roles, attitudes towards authority and sexual norms; declining fertility rates; broader political participation; and less easily led publics.*”

ênfase na expressão pessoal (um aspecto central). “As suas prioridades valorativas mudam de uma ênfase esmagadora na segurança física e material para um aumento da ênfase no bem-estar subjetivo e na qualidade de vida”²³ (Inglehart, 1977, 1997, pág. 22). Outra peça central é o nível de confiança dentro da sociedade, visto como essencial à criação de instituições grandes, complexas e descentralizadas.

Neste campo da evolução cultural, existem duas escolas de pensamento mais preponderantes: uma que aposta na convergência de valores provocada pela globalização e modernização²⁴ e outra que advoga que os valores tradicionais persistem, apesar de alterações económicas e políticas. É possível que estejam, de facto, a acontecer as duas coisas ao mesmo tempo, mas a níveis diferentes. Por um lado, existe uma convergência de valores que resulta da grande interação que existe entre quase todas as culturas do mundo e, por outro, esta uniformização leva ao desejo de preservar certas tradições típicas de cada cultura.

Na sua análise, o autor encontrou diferenças significativas entre países ricos e pobres, quanto a crenças e normas políticas, sociais e religiosas. As sociedades pré-industriais confirmam a hipótese, apresentando uma grande disseminação de valores tradicionais, de família e patriarcais, de alta tolerância ao autoritarismo e forte influência religiosa. Os dois eixos tradição/secularidade e subsistência/expressão pessoal explicam cerca de 70% da variância entre países²⁵. Sobre as sociedades mais tradicionais, Inglehart expressa-se da seguinte forma: “*Quase nunca discutem política (...) Dão mais ênfase à conformidade social do que ao esforço*

23

Tradução livre de “*Their value priorities shift from an overwhelming emphasis on economic and physical security toward an increasing emphasis on subjective well-being and quality-of-life*”.

24

Durante muito tempo pensou-se que as sociedades subdesenvolvidas deveriam adoptar os princípios das modernizadas. O Washington Consensus é um bom exemplo de “receitas” pré-definidas de desenvolvimento.

25

individual, acreditam em parâmetros absolutos de bom e mau, apoiam a deferência à autoridade, têm níveis elevados de orgulho nacional e uma perspectiva nacionalista.”²⁶ (Inglehart, 2000, pág. 25). Sobre os pós-capitalistas: *“Quando a sobrevivência é incerta, a diversidade cultural parece ameaçadora. (...) Pelo contrário, quando a sobrevivência começa a ser garantida, a diversidade étnica e cultural torna-se crescentemente aceite - com efeito, depois de certo ponto, a diversidade não só é tolerada, como pode ser valorizada positivamente por ser interessante e estimulante.*”²⁷ (Inglehart, 2000, pág. 28). Todos estes antagonismos estão muito presentes na dicotomia materialistas/pós-materialistas. O desenvolvimento económico parece impulsionar as sociedades nessa direção, independentemente da sua cultura base ou matriz de valores sociais. A religião parece perder terreno, mas a herança cultural mantém-se viva nas sociedades, influenciando o modo de transição para o pós-materialismo. A confiança interpessoal está significativamente relacionada com o nível do PIB *per capita*²⁸. Isto é justificado com uma ideia de Putnam (1993), que defende que a organização local e horizontal, em pequenos núcleos, favorece a confiança no outro, enquanto organizações grandes, centralizadas e hierarquizadas promovem o contrário. Inglehart interpreta que as diferenças culturais integram uma componente religiosa que se dilui na cultura. Diz também que, não obstante a globalização ser uma realidade,

O eixo tradição/secularidade apresenta uma correlação $r=0.95$ e o de subsistência/expressão pessoal, $r=0.96$, ambos valores muito elevados (r é o valor da correlação que varia de 0 - nenhuma correlação - a 1 máxima correlação).

26

Tradução livre de *“They seldom or never discuss politics (...) They emphasize social conformity rather than individualistic striving, believe in absolute standards of good and evil, support deference to authority, and have high levels of national pride and a nationalistic outlook. Societies with secular-rational values have the opposite preferences on all these topics.”*

27

Tradução livre de *“When survival is uncertain, cultural diversity seems threatening. (...) Conversely, when survival begins to be taken for granted, ethnic and cultural diversity become increasingly acceptable - indeed, beyond a certain point, diversity is not only tolerated, it may be positively valued because it is interesting and stimulating.”*

28

O grau de correlação é $r=0,6$ (entre 0 e 1).

o cariz nacional persiste, influenciado pelas instituições educacionais e culturais dessa sociedade. O nível de educação, surpreendentemente, parece não pesar nestas divisões. Uma combinação de factores culturais e económicos parece explicar estas diferenças. Um aspecto interessante é que a religião organizada parece estar a perder poder²⁹, ao mesmo tempo que se testemunha um aumento da procura espiritual. O documento recomenda, pois, uma revisão da teoria da modernização cultural para que abranja também estes factores mais subjetivos.

Mais recentemente, Inglehart (2008) voltou a este assunto, usufruindo de uma série temporal ainda mais longa, de forma a rever as linhas básicas da sua teoria da modernização cultural. Depois de ter sugerido, em 1971³⁰, que uma mudança de valores estaria em pauta, Inglehart examinou dados de três décadas, entre 1970 até 2006³¹, para aferir essas alterações sociais, mediante a dicotomia entre valores materiais e pós-materiais. Os primeiros valores apoiam-se na necessidade de segurança física e económica e os segundos na autonomia e na autoexpressão. Num desenvolvimento da sua teoria em 1977³², adiantou duas premissas que podem suportar a tendência transformativa das sociedades nos países industrializados: a da escassez e da socialização, já mencionadas.

29

Existe uma exceção nas sociedades ex-comunistas, que, depois de muitos anos de credo proibido, assistem a um ressurgimento da religião.

30

Para mais informação, ver o artigo *The silent revolution in Europe: intergenerational change in post-industrial societies* (1971), da autoria de Ronald Inglehart, publicado pela *American Political Science Review*.

31

As fontes eleitas para a informação estatística foram o World Values Survey e o Eurobarómetro.

32

Depois do artigo inicial de 1971, Inglehart escreveu um livro *The silent revolution: changing values and political styles among Western publics*, em 1977, onde desenvolveu, em mais profundidade, o estudo deste fenómeno.

O autor sugere que indivíduos que, durante a sua infância/juventude, temeram pela sua segurança/sobrevivência, crescem para serem adultos materialistas, que se preocupam com o desempenho económico em detrimento de outros valores mais abstractos. Uma vez tomando a sobrevivência como garantida, os indivíduos tendem a preocupar-se mais com a estética, a diversidade e a participação política. *“Durante as quatro décadas após 1970, devemos observar uma grande alteração nas motivações destas sociedades, com os pós-materialistas a tornarem-se tão numerosos quanto os materialistas, trazendo uma correspondente mudança de foco dos assuntos económicos para uma ênfase crescente na qualidade de vida e na expressão pessoal.”*³³ (Inglehart, 2008, pág. 133). Isto significa que o crescimento económico ajuda a desencadear uma mudança nos valores de uma sociedade de materialistas para pós-materialistas. Um pormenor importante na tese de Inglehart é que sociedades que sofrem colapsos económicos tendem a tornar-se mais materialistas, pelo que esta evolução não é irreversível. A modernização é, pois, probabilística e não determinista. *“A nossa teoria implica que os efeitos negativos de curto-prazo, tal como uma recessão, terão tendência a empurrar os grupos [etários] para baixo em resposta a certas condições; mas com recuperação, eles regressarão ao seu nível anterior, pelo que no longo-prazo serão tão pós-materialistas quanto no princípio. (...) Mas no longo-prazo, as flutuações positivas e negativas tendem a cancelar-se mutuamente”*³⁴ (Inglehart, 2008, pág. 135). Factualmente, regista-se uma evolução progressiva da matriz axiológica nos países desenvolvidos.

Frequentemente, surge a questão se a idade potencia alterações destas disposições perante a vida. Nas suas observações iniciais, Inglehart observava que as gerações mais novas davam

33

Tradução livre de *“(...) during the four decades following 1970, we should observe a major shift in the motivations of these societies, with post-materialists becoming as numerous as materialists, bringing a corresponding shift away from economic issues toward increasing emphasis on quality of life and expressive issues.”*

34

Tradução livre de *“Our theory implies that negative short-term effects such as major recession will tend to push all cohorts downward in response to current conditions; but with recovery, they will return to their former level, so that in the long run they will remain about as post-materialist as they were at the start. (...) But in the long run, positive and negative fluctuations tend to cancel each other out”.*

maiores sinais de pós-materialismo. Como tal, havia que descobrir se a importância secundária dos bens materiais estaria relacionada com a despreocupação natural da juventude ou influenciada pela pouca maturidade que lhe está associada. Existe uma certa tendência para os indivíduos se tornarem mais materialistas à medida que envelhecem, no entanto não é tão significativa quanto as mudanças registadas entre faixas etárias. O que é observado é que os valores pós-materialistas ganham importância. No entanto, os valores materialistas podem permanecer nestas sociedades. Na sua análise, o autor observa que, de facto, os indivíduos não se tornam materialistas com a idade: *“os grupos etários mais jovens permanecem relativamente pós-materialistas, não obstante as flutuações do curto-prazo, e, num período de mais de 35 anos, não vemos uma tendência para os elementos de um dado grupo etário se tornarem mais materialistas à medida que envelhecem - aliás, a maioria dos grupos etários é ligeiramente mais pós-materialista no fim da série temporal do que era no princípio.”*³⁵ (Inglehart, 2008, pág. 135). Segundo estes resultados, quem é pós-materialista, tem tendência manter estes mesmos valores. O autor encontra também uma diferença significativa entre os países de baixo-rendimento ou com disputas internas e os países de alto-rendimento - nos países de alto-rendimento a adopção de valores pós-materialistas é mais alargada. Encontra polarizações, segundo os dois eixos essenciais: o da tradição/secular-racional e o da sobrevivência/autoexpressão. As sociedades agrárias aparecem ligadas aos valores tradicionais e as sociedades industrializadas são onde proliferam mais os valores seculares-racionais.

Distinguindo os dois tipos lado-a-lado, Inglehart explica as características materialistas: *“Sob ameaça de invasão, tumulto interno ou colapso económico, as pessoas procuram figuras de autoridade que possam protegê-los do perigo. (...) Em condições de insegurança, as pessoas*

35

Tradução livre de *“(...) the younger cohorts remain relatively post-materialist despite short-term fluctuations, and over a period of 35 years we find no overall tendency for the members of given birth cohorts to become more materialist as they age - indeed most cohorts are slightly more post-materialist at the end of this time series than they were at the start.”*

*podem estar dispostas a submeter-se a um governo autoritário, porquanto, com níveis crescentes de segurança quanto à sua vida, tornam-se menos dispostas a isso. (...) A acumulação económica motivada pela segurança económica foi o objectivo central da sociedade industrial. Ironicamente, a sua conquista foi a que pôs em movimento um processo de mudança cultural gradual que tornou esses objectivos menos centrais - e agora provoca uma rejeição das instituições hierárquicas que ajudaram a atingi-la.”*³⁶ (Inglehart, 2008, pág. 140). Por outro lado, descrevendo as características pós-materialistas: “*maior tolerância a grupos exteriores, incluindo estrangeiros, gays e lésbicas. Os valores da autoexpressão dão grande prioridade à protecção ambiental, tolerância à diversidade e exigências crescentes de participação na tomada de decisão na vida económica e política. (...) de ênfase no trabalho árduo para ênfase na imaginação e tolerância como valores importantes para ensinar a uma criança. (...) confiança interpessoal elevada e níveis relativamente elevados de bem-estar subjetivo. (...) abandono da deferência a todas as formas de autoridade externa.”*³⁷ (Inglehart, 2008, pág. 140).

As alterações culturais são, portanto, uma realidade, refletindo um processo intergeracional, associado aos níveis crescentes de segurança e garantia de sobrevivência. Parece ocorrer quando as condições em que dada geração é criada são significativamente melhores que a

36

Tradução livre de “*Under threat of invasion, internal disorder or economic collapse, people eagerly seek strong authority figures that can protect them from danger. (...) Under conditions of insecurity, people may be willing to submit to authoritarian rule, but with rising levels of existential security they become less willing to do so.(...) Economic accumulation for the sake of economic security was the central goal of industrial society. Ironically, their attainment set in motion a process of gradual cultural change that has made these goals less central - and now is bringing a rejection of the hierarchical institutions that helped attain them.”*

37

Tradução livre de “*(...) broader syndrome of tolerance of outgroups, including foreigners, gays and lesbians. Self-expression values give high priority to environmental protection, tolerance of diversity and rising demands for participation in decision making in economic and political life. (...) from emphasis on hard work toward emphasis on imagination and tolerance as important values to teach a child. (...) high on interpersonal trust and have relatively high levels of subjective well-being. (...) shift away from deference to all forms of external authority.”*

anterior, e em que a sua segurança é tida como dado adquirido. Apesar de não haver garantia que isto seja verdade para outras realidade, a expansão das economias emergentes podem levar à mesma tendência, apesar de esta estar afectada à cultura destes países.

Sobre esta matéria, outra referência é Boaventura de Sousa Santos, que escreveu sobre democracia participativa e inclui Portugal em muitos dos seus estudos. *Subjetividade, Cidadania e Emancipação* (1991) dá-nos o contexto teórico das transformações sociais na sociedade contemporânea, que este autor diagnostica como um desequilíbrio entre regulação e emancipação. A regulação baseia-se numa junção de três princípios: o do Estado de Hobbes; o do mercado de Locke e o da comunidade de Rosseau. O desequilíbrio teve origem no desenvolvimento exacerbado do princípio do mercado, em detrimento dos outros dois. Começou com o capitalismo liberal; depois foi um pouco refreado pelo EstadoProvidência, introduzindo algum equilíbrio entre mercado e Estado; mas, mais recentemente, assistiu-se um ressurgimento do capitalismo liberal, o neoliberalismo. O princípio da comunidade foi marginalizado neste cenário. Por outro lado, a emancipação assenta em outras três facetas de racionalização e secularização da vida comum: a racionalização cognitivo-experimental da ciência e da tecnologia moderna; a racionalidade moral e a prática do direito moderno; e a racionalidade estético-expressiva das artes e literaturas modernas. O autor defende que a racionalidade cognitivo-experimental acabou por se sobrepor às outras, pondo em causa a sua evolução saudável, bem como a evolução das relações dinâmicas entre elas. A maior expressão do desequilíbrio atual entre estas forças, segundo Boaventura dos Santos, será a teoria política liberal, cujas duas subjetividades são difíceis de compatibilizar: a sociedade vista como um todo na figura do Estado como organismo centralizado e vista numa perspectiva atomizada, a dos cidadãos autónomos. “*O Estado, sendo embora um sujeito monumental, visa tão-só garantir a segurança da vida (Hobbes) e da propriedade (Locke) dos indivíduos na prossecução privada dos seus interesses particulares segundo as regras próprias e naturais da propriedade e do mercado, isto é, da sociedade civil.*” (Santos, 1991, pág.

138). Assim, a teoria política liberal explicita que (i) indivíduos autónomos e livres não são necessariamente considerados cidadãos (o sufrágio universal só se generalizou já na segunda metade do século XX), (ii) o conceito de cidadania abrange apenas a de carácter civil e político, sendo a participação reduzida ao voto, (iii) a visão de Rosseau de comunidade, baseada no contrato social (acordo horizontal cidadão-cidadão), foi marginalizada e (iv) concebe a sociedade civil como um todo indivisível, concebendo organizações cívicas e empresas como associações de pessoas equivalentes. O autor diz que o aspecto voluntário desta participação é muito diferente em associações cívicas (verdadeiramente voluntário) e em empresas (onde não existe grande poder). Igualmente, denuncia o desequilíbrio entre cidadania e subjetividade: *“Ao consistir em direitos e deveres, a cidadania enriquece a subjetividade e abre-lhes novos horizontes de autorrealização, mas, por outro lado, ao fazê-lo por via de direitos e deveres gerais e abstractos que reduzem a individualidade ao que nela há de universal, transforma os sujeitos em unidades iguais e intercambiáveis no interior de administrações burocráticas públicas e privadas (...) A igualdade da cidadania colide, assim, com a diferença da subjetividade”* (Santos, 1991, pág. 141). Neste sentido, a cidadania não é um todo indivisível, mas compreende muitos tipos diferentes de direitos, deveres e instituições - construídas por grupos sociais diferentes, com os seus processos de desenvolvimento próprios. Na definição liberal de Marshall, *“a cidadania é o conteúdo da pertença igualitária a uma dada comunidade política e afere-se pelos direitos e deveres que o constituem e pelas instituições a que dá azo para ser social e politicamente eficaz.”* (Santos, 1991, pág. 146). As lutas sociais trouxeram um alargamento da cidadania, proporcionando redes de segurança social que deram mais espaço à subjetividade. Paralelamente, aumentaram a burocracia, a vigilância sobre os indivíduos, promoveram uma maior atomização do espaço urbano. Este último, perdeu, assim, muitas das redes sociais de contacto e interajuda e, de certa forma, tornou os cidadãos mais dependentes do consumo e da produção, bem como transformou o lazer num “gozo programado”. Neste contexto, o autor defende que se desenvolveu uma cultura de “comprar feito”, ou seja, em que a felicidade é oferecida como um pacote de

consumo de bens, não proporcionado o desenvolvimento da vertente emocional. A cidadania sem subjetividade convida à uniformização e isso favorece a identificação com os poderes vigentes e, conseqüentemente, o seu domínio perante o cidadão. O autor pensa em novas formas de cidadania que se concentrem mais em critérios e formas de participação, em vez de em direitos e deveres e que, com isso, permitam maior subjetividade. *“O compromisso social-democrático amarrou de tal modo os trabalhadores e a população em geral à obsessão e às rotinas da produção e do consumo que não deixou nenhum espaço para o exercício da autonomia e da criatividade, com as manifestações daí decorrentes, desde o absentismo laboral à psiquiatrização do quotidiano. Por outro lado, a cidadania social e o seu Estado Providência transformaram a solidariedade social numa prestação abstracta de serviços burocráticos benevolmente repressivos, concebidos para dar resposta à crescente atomização da vida social mas, de facto, alimentando-se dela e reproduzindo-a de um modo alargado. Por último, o compromisso social-democrático, já de si assente numa concepção restrita (liberal) do político, acabou, apesar das aparências em sentido contrário, por reduzir ainda mais o campo político. A diferença qualitativa entre as diferentes opções políticas em presença foi reduzida até à quase irrelevância. A representação democrática perdeu o contacto com os anseios e as necessidades da população representada e fez-se refém dos interesses corporativos poderosos. Com isto, os cidadãos alhearam-se da representação sem, no entanto, terem desenvolvido novas formas de participação política, exercitáveis em áreas políticas novas e mais amplas.”* (Santos, 1991, pág. 152). O princípio do mercado colonizou o de Estado. O Estado-Providência alimentou uma visão “fordista” do trabalho, em que concepção e execução aparecem separadas e em que a produção perde relevância para o consumo. Os ganhos de produtividade desempenham um papel fulcral e determinam tanto o aumento dos salários como o dos benefícios sociais. Com isto, *“A aspiração de autonomia, criatividade e reflexividade é transmutada em privatismo, dessocialização e narcisismo”* (Santos, 1991, pág. 160). Boaventura dos Santos vê no movimento estudantil dos anos 60 um bom exemplo desta confrontação de valores, ao contrapor o consumismo e o

produtivismo com uma postura antiprodutivista e pós-materialista. A produção e a reprodução social foram alargadas ao debate e participação política e foi posto um termo à hegemonia dos operários nas lutas pela emancipação social, legitimando, assim, novos sujeitos sociais transversais às classes. Nos anos 80, a Sociologia debruçou-se sobre o surgimento de novos sujeitos sociais e novos movimentos sociais (NMS), caracterizados por uma parte significativa da população cujos interesses entraram em colisão com a ordem política e social vigente. Ao contrário do que acontecia no passado em que as lutas se definiam entre classes, estes NMS são grupos sociais tinham como objectivo defenderem os interesses colectivos. Estes movimentos radicam na sociedade civil e não no Estado e mantêm a sua distância em relação a este último, aos partidos e aos sindicatos tradicionais, apesar de alinharem no jogo da democracia representativa. Alguns exemplos típicos são os movimentos ecológicos, feministas, antirracistas, de consumidores e pacifistas. É curioso que, de forma paralela, estes NMS denunciam o domínio social capitalista e criticam a emancipação social socialista (como foi definida por Marx). São grupos sociais transclassistas, que vivem sob um novo paradigma social *“menos assente na riqueza e no bem-estar material do que na cultura e na qualidade de vida”* (Santos, 1991, pág. 164). Subjacente a eles, está um fenómeno paradoxal de maior globalização e maior localização, quer em termos de regulação, quer em termos de emancipação. A regulação social passa a apoiar-se nas interações na família, nos espaços públicos e nas relações proporcionadas pela produção (relações entre colegas da mesma organização). No que toca à emancipação, alguns movimentos defendem interesses específicos de um grupo social, mas muitos defendem o interesse colectivo da Humanidade. A vida quotidiana mostra-se, então, rica em oportunidades de intervenção ou de luta por uma vida e um mundo melhores. *“A novidade dos NMSs não reside na recusa da política mas, ao contrário, no alargamento da política para além do marco liberal da distinção entre Estado e sociedade civil. (...) Uma nova qualidade de vida pessoal e colectiva assente na autonomia e no auto-governo, na descentralização e na democracia participativa, no cooperativismo e na produção socialmente útil.”* (Santos, 1991, pág. 170). Estes movimentos dão

vida à obrigação política horizontal entre cidadãos, mediante novas formas de participação cívica. Estas baseiam-se em desenhos político-jurídicos que, ao contrário dos direitos gerais, favoreçam a autonomia e combatam a dependência burocrática, que *“personalizem e localizem as competências interpessoais e colectivas em vez de as sujeitar a padrões abstractos; (...) Daí a preferência por estruturas descentralizadas, não hierárquicas e fluídas, (...) Daí também a preferência pela ação política não institucional, fora do compromisso neocorporativista, dirigida à opinião pública, com forte utilização dos meios de comunicação social, envolvendo quase sempre atividades de protesto e confiando na mobilização de recursos que elas proporcionam.”* (Santos, 1991, pág. 171). Aprofundam a luta pela cidadania com recurso a métodos diferentes. Boaventura dos Santos assume-se, contudo, favorável à visão mais optimista e que, apesar de estes NMSs indicarem progressos, é difícil saber ainda o seu verdadeiro impacto. É também incerto se a tensão entre a democracia representativa e estas novas maneiras de organização será benéfica ou prejudicial. Relativamente a Portugal, o autor explica que os anos do Estado-Novo colocaram um sério entrave ao florescimento desta mentalidade, que os velhos movimentos são novidade e que os NMSs são, em geral, muito fracos ou inexistentes em determinadas causas. Só na altura do período revolucionário é que os portugueses despertaram para esta forma de participação. *“Devido à revolução, os velhos e novos movimentos sociais nasceram, por assim dizer, ao mesmo tempo e, durante um curto período, conviveram em regime de grande tensão e contradição social, em disputa pela forma de democracia a privilegiar, democracia representativa ou democracia participativa. (...) Acresce que, sendo nova, a democracia representativa não esgotou ainda a sua capacidade de mobilização”* (Santos, 1991, págs. 174/5). Acrescenta que, por essa altura, os velhos-novos movimentos sociais se sobrepuseram aos NMSs, o que pode ter sido motivado pela supressão da sua necessidade pelos velhos movimentos, pela falta de tradição de luta classicista que se formou entretanto noutras sociedades. Aí, os NMSs trouxeram formas inovadoras de organização e de combate aos poderes hegemónicos, tendo

consequências na cultura e agenda política. Mais tarde, os anos 90 foram de aprofundamento deste tipo de experiências.

A articulação da tríade subjetividade, cidadania e emancipação aparecem, portanto, como vértices necessários a um funcionamento saudável da vida comum. Segundo o autor, uma sociedade saudável tem um equilíbrio entre os três vértices que é difícil de obter numa democracia. Introduce, portanto, uma proposta de uma nova forma de pensar a democracia, uma nova teoria da democracia ou teoria democrática pós-moderna, que passa pela politização dos espaços de interação social³⁸, que implica a promoção de autoridade partilhada dentro desses contextos. Assim, procura-se revitalizar a cidadania, por meio do reforço do princípio de comunidade, da autonomia conjugada com a solidariedade e da igualdade sem a uniformização. Nas suas palavras: *“A complementação ou o aprofundamento da democracia representativa através de outras formas mais complexas de democracias pode conduzir à elasticização e aumento do máximo de consciência possível, caso em que o capitalismo encontrará um modo de convivência com a nova configuração democrática, ou pode conduzir, perante a rigidificação desse máximo, a uma ruptura ou, melhor, a uma sucessão de micro-rupturas que apontem para uma ordem social pós-capitalista. (...) A renovação da teoria democrática assenta, antes de mais, na formulação de critérios democráticos de participação política que não confinem esta ao acto de votar. Implica, pois, uma articulação entre democracia representativa e democracia participativa.”* (Santos, 1991, pág. 179).

Na mesma linha de Dalton e de Inglehart, Pippa Norris escreveu um volume intitulado *Democratic Phoenix: Reinventing Political Activism* (2002). Esta obra analisa, ao mesmo tempo, abrangente e extensivamente os novos comportamentos da sociedade civil, as suas organizações/movimentos de intervenção e os seus mecanismos de eleição. A organização do livro divide-se

38

Mais concretamente, o espaço político tradicional da teoria política liberal, que compreende tudo o que se considera cidadania; o espaço doméstico; o espaço laboral (da produção) e o espaço mundial.

em três partes: a primeira dedicada a documentar as tendências que surgiram na segunda metade do século XX no que diz respeito ao exercício do direito de voto (*turnout*), e à militância em partidos e voluntariado em associações cívicas; a segunda analisa que características têm as pessoas que incorrem em cada uma das atividades descritas; na terceira parte, Norris explora os novos canais de comunicação, mobilização e envolvimento que os cidadãos procuram nas sociedades pós-industriais, bem como o impacto da integração das novas tecnologias na comunicação das instituições com o público. A autora procura assim teorizar sobre as novas formas de ativismo que se observam nas sociedades pós-industrializadas, comparar as formas de participação mais populares e examinar a política de protesto entre os grupos de ativistas que agora surgem - estes “novos cidadãos”. Norris aponta para a necessidade de renovação da teoria sobre a participação política, uma vez que um aparente desinteresse crescente do eleitorado (como é o exemplo dos *turnouts* cada vez mais reduzidos) pode, na realidade, significar uma renovação do paradigma de participação cívica. Pelo contrário, os cidadãos parecem estar mais interessados em participar e ávidos de dar a sua opinião, procurando oportunidades alternativas para se fazer ouvir. A autora chega a considerar a emergência de uma nova sociedade civil global que luta em conjunto por causas que as fronteiras não podem separar.

Pippa Norris questiona muito do que se tem dito sobre o aparente desinteresse na política que se regista nas sociedades pós-industrializadas. De facto, o seu discurso é um pouco diferente do de Inglehart e Dalton. Dedicar-se a estudar, a uma escala global, os comportamentos dos eleitores atuais, olhando com mais atenção para os votos, os partidos e a natureza do ativismo político, que parece estar a mudar face ao tradicional. Com a ajuda dos dados de desenvolvimento humano, Norris conseguiu confirmar a hipótese da tese de modernização cultural avançada por Inglehart. No entanto, afirma que existem mais matizes dentro destes acontecimentos do que se pensa. Noutras regiões do mundo como a Ásia e a América Latina, níveis crescentes de educação e rendimento traduzem-se em maior participação nas eleições. Nos países europeus pós-

industriais, Norris regista uma quebra de curto-prazo nas taxas de *turnout*, mas diz que esse facto parece ter sido bastante exagerado ao ser retratado como um afastamento definitivo das populações da vida política e que deve ser analisado com circunstâncias conjunturais, mais do que mudanças sociais a longo-prazo. Adiciona que a suburbanização e o secularismo, entendidos como causas prováveis na teoria da modernização, são de um período temporal que não se coaduna com estas variações nas votações. Uma explicação alternativa pode ser a globalização, que provocou uma erosão do conceito de soberania do Estado-nação ou a generalização dos partidos *catch-all*, que, por terem uma ideologia menos marcada, podem ter desincentivado o voto. Para Norris, o voto depende mais de uma relação custo-benefício do que da pura falta de interesse. Aqui, o desenho das instituições é admitidamente importante para os resultados que se querem obter. O *turnout* é favorecido em países com um sistema eleitoral proporcional, com distritos eleitorais reduzidos, com eleições nacionais regulares, mas espaçadas entre si, com partidos políticos competitivos e concursos presidenciais. Em democracias estabelecidas, Norris encontrou que a variável que mais impacto (positivo) tem no *turnout* é a obrigatoriedade, o que não acontece em Portugal, nem em nenhuma das outras democracias escolhidas para a análise comparativa. De resto, no geral, as motivações para o voto prendem-se muito com a questão afectiva, isto é, os eleitores fazem-no por dever cívico ou para defender o seu partido ou causa. Depois de parametrizar outras variáveis relacionadas com o grau de modernização ou o contexto institucional, a estrutura social, as agências mobilizadoras e as atitudes culturais ainda influenciavam muito o *turnout* de curto-prazo. Da mesma forma, os grupos etários mais jovens provaram-se menos passíveis de votarem, em comparação com os de meia-idade. A autora estuda também o impacto dos partidos nesta realidade, pois são uma peça importante no incentivo à participação democrática. Neste âmbito, mais uma vez, assistiu-se a um afastamento dos partidos nas sociedades pós-industrializadas, mas o caso é diferente nos países emergentes. Norris achou também uma ligação entre a teoria da modernização e a militância em partidos. Diz que os países onde o acesso à televisão não é ainda universalizado, têm uma probabilidade maior de militância

mais acérrima nos partidos. Isto é explicado pela necessidade de mais colaboradores para as campanhas cara-a-cara. Num país com meios de comunicação social mais desenvolvidos, há possibilidades acrescidas de chegar ao eleitorado por essa via, sem necessidade de presença física. Ao nível individual, a autora viu que o interesse, as atitudes políticas e as redes sociais são mais determinantes para a pertença a partidos do que variáveis como o sexo, idade, classe e educação. Mais adiante, focando-se no capital social na óptica de Putnam (1993), Norris defende que o principal contributo para o seu crescimento é a confiança crescente entre indivíduos da mesma sociedade, ao invés do associativismo, como se sugeria. Na participação em sindicatos (um dos meios tradicionais de ativismo e associativismo que tem perdido força), a autora liga o afastamento pontual a razões mais institucionais do que propriamente um afastamento da luta laboral. Na religião, assiste-se a uma quebra significativa de seguidores na Europa Ocidental. Numa perspectiva global, parece haver uma ligação entre as sociedades menos desenvolvidas e uma maior religiosidade. Da mesma forma, pertencer a um sindicato ou a um grupo associado à Igreja aumenta a probabilidade de votar e de pertencer a outras associações.

No campo do ativismo político, encontra-se efetivamente uma menor participação no voto e nas associações cívicas, mas não no protesto. Esta é uma forma de participação e mobilização em expansão. As petições, as manifestações e os boicotes têm-se tornado populares e muito comuns nas últimas décadas. Isto acontece com especial incidência nas sociedades pós-industrializadas e, dentro delas, mais entre os mais educados e com profissões liberais, no entanto, é um fenómeno geral (*mainstream*). Para completar, a participação nos chamados Novos Movimentos Sociais, como Boaventura dos Santos (1991) descreve, está negativamente relacionada com o *turnout* e positivamente com a militância num partido, com o ativismo cívico e o protesto. Tal como outros autores, Norris também adverte para pouca qualidade da base de dados disponível para se fazer qualquer análise empírica, quando se fala em valores e tendências sociais, geralmente temas mais abstractos. Para concluir, ressalva que, mesmo que muito

complexa, a transformação social é visível, sendo uma realidade onde a sociedade mais educada deixa para trás ligações a agências de mobilização motivadas por lealdade, para passarem a praticar a pertença por escolha individual. Com isto, as velhas formas de ativismo não estão mortas, são sim complementadas por novos métodos, brotando de um desejo do público em ter mais influência na política do seu país. *“Nas sociedades pós-industriais, as gerações mais jovens, em particular, tornaram-se menos dispostas que os seus pais e avós a canalizar as suas energias políticas para agências tradicionais como partidos ou igrejas, e mais passíveis de se exprimir através de uma variedade de atividades de escolha ad hoc, contextuais ou específicas, progressivamente por meio de novos movimentos sociais, ativismo cibernético e redes políticas transnacionais.”*³⁹ (Norris, 2002, pág. 222). O ativismo político surge como uma fénix democrática renascida das cinzas, uma forma diferente de interagir em sociedade.

Para completar o contexto destas sociedades em mudança, Peter Drucker, no seu último livro intitulado *Uma Sociedade Funcional* (2012), analisa as novas tendências que se registam no comportamento social, a transformação no mercado laboral, bem como as consequências que isso poderá trazer para o quotidiano. Que mudanças são essas? *“Na história ocidental, de tantos em tantos séculos verifica-se uma transformação profunda. Transpomos aquilo a que chamo «linha divisória». No espaço de poucas décadas, toda a sociedade se reorganiza: a sua visão do mundo, os seus valores básicos, as suas estruturas sociais e políticas, as suas artes e as suas instituições fundamentais.”* (Drucker, 2012, pág. 253). Drucker começa a sua reflexão com uma apreciação da relação entre o indivíduo e a sociedade. Diferentes modelos de sociedade surgiram ou foram “experimentados” tendo as suas influências permanecido até hoje. Apesar disto, Drucker pensa que a verdadeira mudança de paradigma social desde a Revolução Industrial chega agora entre o

39

Tradução livre de *“In postindustrial societies, the younger generations, in particular, have become less willing than their parents and grandparents to channel their political energies through traditional agencies exemplified by parties and churches, and more likely to express themselves through a variety of ad hoc, contextual, and specific activities of choice, increasingly via new social movements, internet activism, and transnational policy networks.”*

final do século XX e início do XXI. Chega a sociedade pós-capitalista, a sociedade do conhecimento. Com a evolução da tecnologia, o assalariado que fazia um trabalho automatizado e com pouca responsabilidade transformou-se num ser pensante no qual são delegadas tarefas mais complexas, integrado numa cadeia hierárquica cada vez mais intrincada. Não há conhecimentos mais importantes que outros, cada um tem o seu papel na sociedade, que é virtualmente insubstituível, a não ser que por outro profissional com o mesmo tipo de conhecimento. Os cargos deixam de estar associados a uma superioridade/inferioridade intrínseca para se reduzirem apenas à contribuição do indivíduo para uma dada tarefa. Deixa de haver o patrão e o subalterno, para haver uma equipa. *“A estrutura pluralista moderna é, em termos gerais, independente do controlo político, da constituição política, da teoria social ou da economia, exigindo uma teoria política e social própria. (...) Do funcionário típico de uma grande empresa da atualidade, espera-se que use a cabeça para tomar decisões e que utilize com responsabilidade os seus conhecimentos.”* (Drucker, 2012, pág. 165). Se já existem este tipo de exigências no local de trabalho, porque não também na vida cívica? É o surgimento da chamada sociedade em rede, caracterizada por um contacto progressivamente mais complexo, difuso, confuso e sobrecarregado entre os intervenientes. As organizações tornam-se cada vez maiores e abarcam mais colaboradores a trabalhar em coordenação. Deixam de se estabelecer de uma forma vertical como antigamente e começam a procurar uma estrutura mais horizontal, em que a tomada de decisão é partilhada, mas também o risco e a responsabilidade. Outro aspecto importante é que, neste contexto, a lealdade dos trabalhadores (cidadãos) tem de ser conquistada e não forçada ou por ameaça de coerção. Estas sociedades não se fazem de patrões e subordinados, mas de júniores e séniores e são caracterizadas por uma grande mobilidade social e geográfica. O papel dos homens e das mulheres tem tendência a finalmente se equilibrar, pois não existe diferença entre as capacidades mentais, como havia entre as capacidades físicas. Nesta sociedade, o indivíduo no seu papel de receptor final, que antes tinha pouca escolha sobre o que recebia como produto, apercebe-se, pela primeira vez, que tem capacidade para tomar responsabilidade sobre o seu

impacto nas fases anteriores da cadeia de produção, e pode mudá-las. Daí, a generalização dos boicotes e das manifestações. A perspectiva material é tornada secundária. *“O dinheiro é tão importante para os trabalhadores do conhecimento como para todas as outras pessoas, mas eles não o aceitam como referência máxima, nem consideram o dinheiro como substituto do desempenho ou da realização profissionais. Num acentuado contraste com os trabalhadores do passado, para quem um emprego era, acima de tudo, um meio de sustento, a maioria dos trabalhadores do conhecimento vê o seu trabalho como uma forma de vida.”* (Drucker, 2012, pág. 329). No entanto, num mundo global, de mobilidade intensa, a competição também se pode tornar feroz e contínua ao longo da vida profissional do indivíduo. Drucker dá a seguinte solução: *“Os trabalhadores do conhecimento precisam, por conseguinte, de desenvolver, de preferência enquanto ainda são novos, uma vida não competitiva e uma comunidade própria, bem como alguns interesses paralelos sérios, sejam eles trabalho voluntário na comunidade, tocar na orquestra local ou assumir um papel ativo na administração local, caso vivam numa pequena cidade. Este interesse externo dar-lhes-á a oportunidade de darem um contributo e de se realizarem pessoalmente.”* (Drucker, 2012, pág. 331). Isto abrirá espaço para o cidadão se envolver mais na sua comunidade e, com isso, na política.

Capítulo 2.2. Relação Parlamento-Cidadão

No que toca à vertente ligada ao estudo das instituições políticas em si, o Parlamento, apesar de ser um órgão central do sistema político numa democracia, é frequentemente remetido para segundo plano nos estudos de ciência política. Corpo legislativo por excelência, assume igualmente outros papéis não menos importantes. Os estudos sobre o Parlamento são ainda insuficientes em número e em conteúdo. Além do mais, os estudos existentes que se focam na actividade parlamentar são sobretudo dirigidos à relação com o governo ou com os partidos, deixando pouco espaço para aprofundar a ligação entre o Parlamento e o público.

Capítulo 2.2.1. Os Contextos britânico, alemão e espanhol

Os contextos políticos são essenciais para perceber as instituições políticas de cada país. É importante conhecer a relação que têm como o seu público. Norton (2002) contribuiu para preencher este vazio na ciência política na Europa Ocidental. Esta é provavelmente a obra comparativa mais completa que há sobre a relação Parlamento-Cidadãos até à data. Em específico, Norton ajuda-nos com uma visão simplificada das relações Parlamento-Cidadão no Reino Unido, Alemanha e Espanha, países presentes na análise comparativa da presente dissertação.

Norton avança que os parlamentos da Europa Ocidental são muito dominados pelos partidos. Isto pode, por vezes, truncar a função de escrutínio ao governo; *“os parlamentos na Europa Ocidental são normalmente reactivos ou influenciadores de políticas, mais do que activos ou criadores de políticas.”*⁴⁰ (Norton, 2002, pág. 1). Segundo as funções parlamentares avançadas

40

Tradução livre de *“parliaments in western Europe are usually reactive, or policy influencing, bodies rather than active, or policy making, bodies.”*

por Packenham (1970), deputados que se dedicam a uma representação específica⁴¹ cobrem funções de estafeta (*errand running*), ou seja, de “articulação de interesses”. Podem funcionar também como “válvula de segurança” (se a pessoas se sentirem ouvidas, podem nem querer avançar mais com a queixa/problema). Também contribuem para a legitimação, ao tornar público o trabalho no Parlamento ou tornarem-se mais visíveis no seu distrito eleitoral. “*Alguma legitimidade pode derivar, não só de o membro do parlamento se tornar acessível mas também simplesmente por ser visível.*”⁴² (Norton, 2002, pág. 5). O contacto do deputado com o seu círculo pode servir de barómetro da opinião pública e alertar o executivo para certos problemas. Pode também trazer-lhe uma vantagem eleitoral. No entanto, alguns dizem que a dedicação ao seu círculo pode fazê-lo negligenciar o trabalho como parlamentar. Tem de haver um equilíbrio entre as duas tarefas. Norton defende que o contacto entre o parlamento e os seus cidadãos é muito influenciado pela cultura política.

No Reino Unido, a Câmara dos Comuns é originária do séc. XIII, inicialmente dividida em Câmara dos Comuns (*House of Commons*) e Câmara dos Lordes (*House of Lords*). Aqui se criaram os primeiros partidos de que há registo. É um Parlamento bastante pautado pela tradição e onde a relação entre o deputado e os seus constituintes sempre teve muito peso. As funções identificadas dos parlamentares são de: “válvula de segurança”, ao permitir aos cidadãos expressarem a sua opinião; fornecedor de informação, quando esclarece dúvidas aos cidadãos; representante local, em que os deputados participam em eventos locais; advogado, quando dá

41

Quando os parlamentares defendem os interesses de grupos ou indivíduos, em particular. Em oposição, vem a representação geral, em que os membros do parlamento agem em prol da colectividade (ex: partidos).

42

Tradução livre de “*Some legitimacy may thus derive not only from the member of parliament being accessible but also simply from being visible.*”

apoio a uma dada causa; benfeitor, que dá benefícios ou facilita situações a cidadãos que o pedem; amigo poderoso, sendo que pode intervir em nome do cidadão e promotor dos interesses colectivos da população do seu distrito eleitoral.

Nos anos 60, chegavam cerca de 10 000 cartas por semana a Westminster. Nos anos 90, eram 40 000 por dia! Entretanto, com a procura a aumentar, foram disponibilizados mais recursos aos deputados (*secretarial allowance*). Foi também introduzido o momento de “*surgery*”, um tempo dedicado exclusivamente a receber eleitores do seu círculo eleitoral. Como resultado, os deputados passam muito mais tempo por mês no seu distrito, no presente, do que anualmente na primeira metade do séc. XX. Entretanto, o sistema já se automatizou. Aos que enviam cartas de opinião, responde-se a agradecer. Aos que pedem que interceda por eles com algum ministro, reencaminha-se e, por fim, traz-se o assunto a público na sessão plenária se os esforços anteriores não se provarem suficientes. Esta manobra só se usa em último caso. Todavia, é muito útil, uma vez que a resposta é pública, mais detalhada e fica registada. Dados evidenciam que, em cada ano, entre 150 000 a 250 000 cartas são trocadas entre ministros e deputados.

Nos últimos tempos, os MPs têm-se aproximado mais dos seus eleitores. As funções que mais desempenham são de “válvula de segurança”, de representante local ou de amigo poderoso. Isto ocupa bastante tempo ao deputado. “*A ligação eleitor-deputado é uma parte importante do processo político no Reino Unido. O deputado é o meio de contacto mais importante entre cidadãos e o governo central no Reino Unido.*”⁴³ (Norton, 2002, pág. 29). O contacto entre deputado e o seu distrito eleitoral é considerado muito importante pelos dois lados. No entanto, o público pensa ser mais importante do que outras funções de representação do M.P. As funções mais importantes para os deputados são o serviço ao círculo, a protecção do distrito e ajudar as

43

Tradução livre de “*The constituent-MP link is an important part of the political process in the UK. The MP is the most important means of contact between citizen and central government in the UK.*”

peças. Os britânicos costumam conhecer o seu MP. Um estudo⁴⁴ mostrou que o contacto promove a percepção de que o MP está a fazer um bom trabalho. Em geral, a percepção é de que o seu MP está a fazer um bom trabalho individual, mas isso não acontece na avaliação do parlamento como um todo (ou pelo menos, tem um maior desvio-padrão). Uma pequena minoria contacta com o seu MP e mais de 1/3 não expressa opinião sobre o assunto. Hoje em dia, espera-se que os deputados tratem de assuntos muito variados, alguns bastante complexos, com recursos limitados.

No parlamento inglês, recorrer a petições prova-se um exercício ineficiente. Apesar de existirem há muito tempo, não são alvo de debate no parlamento britânico e apenas submetidas a quem de respeito. Foi sugerido ter pessoal dedicado exclusivamente a elas em 2001, mas até à data, não há modificações. O autor menciona que podem ser alvo de expectativas inflacionadas por parte do público. O trabalho do deputado no distrito tem um custo de oportunidade elevado para o restante trabalho colectivo em Westminster. No entanto, entre trabalho parlamentar e do distrito, em geral, o MP prefere o segundo. Para tal, foram providenciadas as “*non-sitting Fridays*”⁴⁵, em que os deputados podem dedicar-se ao seu círculo eleitoral. Esta ligação, na prática, facilita o contacto cidadão-parlamento e cidadão-governo (com o MP como intermediário). O *lobbying* aumentou e constitui grande parte da correspondência dos MPs. O *stress* financeiro também pode ter contribuído para o aumento da pressão pública. Houve uma alteração na forma como os MPs respondem ao contacto dos cidadãos. Antes, eram indiferentes e abastados. Hoje em dia, são muito mais atentos e modestos. Manter o contacto com os seus distritos ajuda a uma boa imagem do trabalho do deputado. Mas o custo de oportunidade é

44

Cf. Crewe (1975).

45

As *non-sitting Fridays* são 10 sextas-feiras escolhidas em cada período legislativo, em que os deputados são dispensados do Parlamento para poderem dedicar-se aos seus círculos eleitorais.

elevado, em termos qualitativos e quantitativos, e há ainda o perigo do localismo. Norton atribui o desencantamento do público com o parlamento às emissões televisivas das sessões plenárias, à falta de popularidade do governo e à tendência que existe em confundir parlamento com governo. Ainda acrescenta: “*o crescimento do sector público pode ter sido necessário mas não o suficiente para espoletar o contacto com os deputados. O que Inglehart chamou de mobilização cognitiva por parte dos eleitores é o que proporciona as condições suficientes.*”⁴⁶ (Norton, 2002, pág. 39).

O parlamento alemão (*Bündestag*) é dos mais complexos na Europa. A Alemanha é uma democracia parlamentar, que funciona com o modelo *principal-agent*⁴⁷, derivado da teoria económica. Isto pode trazer alguns conflitos de interesses (individuais e colectivos) em competição ou de informação assimétrica. A complexidade dos problemas políticos torna difícil a decisão pelo voto, já que os *principals* não conseguem monitorizar toda a actividade dos *agents* (ou podem ter uma imagem distorcida das restrições a que os últimos estão sujeitos). Por isso, a boa comunicação entre uns e outros é tão importante. “*A qualidade da relação de representação entre eleitores e deputados (ou o parlamento como um órgão colectivo) é vista frequentemente como de importância crucial para a legitimidade e estabilidade de um sistema político. Assume-se frequentemente que os parlamentos contribuem para a integração da sociedade e para a legitimação das decisões políticas, do governo e do regime, ao proporcionarem um fórum institucional para a representação da diversidade social e a expressão de descontentamento.*”⁴⁸

46

Tradução livre de “*The growth of the public sector may have been necessary but not sufficient to trigger contact with MPs. What Inglehart has termed cognitive mobilization on the part of citizens provided the sufficient conditions.*”

47

No modelo *principal-agent*, existe um responsável (*principal*) e um agente. O responsável precisa que o agente faça alguma coisa por si, mas não pode supervisionar ou controlar o agente. Então, cria um sistema de incentivos de tal forma que garanta que o agente tenha interesse em incorrer no comportamento que o responsável deseja.

48

(Norton, 2002, pág. 44). A relação entre os cidadãos alemães e o *Bündestag* baseia-se na Basic Law, na Constituição e nas normas formais e informais. Por ser federal, a representação tem 3 níveis: 16 parlamentos de cada estado (*Landtag*); o Parlamento Federal (*Bündestag*) e o Parlamento Europeu. O sistema parlamentar está bastante entrosado com o sistema partidário. É característico do sistema alemão ter os partidos muito institucionalizados e estão relativamente descentralizados. Os líderes regionais têm um poder significativo no processo de representação e de delegação. Por lei⁴⁹, os líderes e órgãos executivos têm de prestar contas periodicamente perante os militantes. Os MPs têm, pois, incentivos para manter o contacto com a sociedade civil e com os seus distritos. Os que não o fazem são criticados pelos demais.

O sistema eleitoral alemão é de representação proporcional, com dois níveis: um plural, feito pelo meio de candidatos associados a cada distrito e outro onde os partidos mais votados têm direito a lugares adicionais, mediante uma lista fechada. Isto foi desenhado numa tentativa de exacerbar o bom e diminuir o mau do sistema proporcional. Existem 328 distritos eleitorais, que representam, em média, 120 000 eleitores. Este é o rácio mais desfavorável na UE. Os deputados representam o país com um todo (656 MPs no *Bündestag*), mas todos devem ser próximos dos seus círculos, não obstante a forma como foram eleitos. Assim, um só círculo pode ser representado por mais do que um deputado. Além disso, os cidadãos também têm acesso a membros dos parlamentos dos outros dois níveis. Os deputados do *Bündestag* consideram que as suas funções primárias são de legislação e escrutínio ao governo. A função de escrutínio está bastante desenvolvida. Várias entidades estão envolvidas, coordenando a sua actividade para

Tradução livre de “*The quality of the agency relationship between voters and Members of Parliament (or parliament as a collective body) is often believed to be of crucial importance for the legitimacy and stability of a political system. Parliaments are often assumed to contribute to the integration of society and the legitimization of political decisions, government and regime by providing an institutional forum for the representation of societal diversity and the expression of dissent.*”

49

Political Parties Act, de 1967.

manter o governo em constante cheque. Nisto, o trabalho com o distrito costuma ser relegado para um papel mais secundário. Não obstante, os deputados consideram-no muito importante e nele despendem muito do seu tempo. O próprio sistema está desenhado de uma forma que favorece tal comportamento. Os MPs são frequentemente contactados por eleitores, na sua maioria a nível individual. Para fazer face às necessidades do público, têm acesso a recursos financeiros e tecnológicos. O sucesso eleitoral dos partidos, no entanto, está mais relacionado com o desempenho dos líderes nacionais dos partidos e de uma boa gestão dos meios de comunicação social do que com o trabalho local feito próximo dos cidadãos. O federalismo permite uma divisão de trabalho entre os vários níveis legislativos alemães, ou seja, os deputados regionais tratam mais dos problemas com os eleitores locais, deixando espaço para os do *Bündestag* e do Parlamento Europeu tratarem dos nacionais ou até supranacionais. Mesmo assim, os MPs ao nível nacional têm um volume de trabalho considerável. A maioria (79%) declara não ter tempo para as suas vidas privadas e, em geral, sentem-se sobrecarregados.

O *Bündestag* tem uma Comissão destinada exclusivamente às petições públicas. Este órgão é autónomo, frequentemente visto como apolítico e tem independência no direito de informação. Por outro lado, cada processo costuma demorar vários meses. O volume das petições é significativo e assuntos controversos ou potencialmente embaraçosos podem ser travados pelos partidos. É publicado anualmente um relatório com a natureza das queixas e os seus resultados. Na Alemanha, o meio preferido para difusão de informação política é a televisão, seguida da rádio e jornais. O uso destes meios permitiu chegar a todo o país, mas também contribuiu para expectativas mais irrealistas perante o *Bündestag*. Os deputados alemães parecem não ter sofrido um aumento de exigência dos seus eleitores tão forte quanto os britânicos, mas há que referir que os primeiros têm à disposição outras instituições que se ocupam de uma parte importante deste trabalho (é o caso de tribunais administrativos, por exemplo). No entanto, houve um aumento significativo da submissão de petições. Norton conclui que não se relaciona com um Estado mais

pesado, como refere no caso do parlamento britânico, mas sim com os novos temas tipicamente pós-materialistas, promovidos por iniciativas de cidadãos e novos movimentos sociais. “Assim, o aumento parece ser fruto de uma nova geração de cidadãos mais educados com um grau mais elevado de mobilização cognitiva, mais confiança na sua eficácia política e, com isso, a emergência de novos temas na agenda política.”⁵⁰ (Norton, 2002, pág. 64).

A análise de Norton não cobre o parlamento espanhol, pelo que se recorre a Méndez-Lago e Martínez (2002). O artigo analisa a percepção da representação no lado dos cidadãos e no lado dos deputados, bem como o papel desempenhado pelos partidos em Espanha. O estudo concentra-se no foco e estilo de representação. O foco refere-se a quem os deputados verdadeiramente representam. O estilo prende-se com que critérios usam quando tomam decisões sobre legislação.

Espanha foi alvo de interrupções políticas que dificultaram e atrasaram o desenvolvimento de uma cultura democrática. No fim do século XIX, início do séc. XX, a participação das massas na política não foi bem-sucedida, pelo que se iniciou um período ditatorial que durou até aos anos 70. A transição espanhola foi fruto de um pacto entre reformistas do regime franquista (no poder) e as forças de oposição. A Constituição foi aprovada em 1978. Esta estabelece uma monarquia constitucional, com duas câmaras: o *Congreso de los Diputados* e o Senado. O primeiro representa a população espanhola como um todo e o segundo destina-se às regiões autónomas em que o país está dividido. Os senadores (quatro por província) são eleitos por sufrágio directo, num sistema eleitoral maioritário. Os deputados são eleitos por lista fechada, em regime de representação proporcional, com distritos eleitorais correspondentes às 17 regiões. O Parlamento teve um papel central na transição, juntamente com as elites políticas. A forte cultura partidária já existia noutras democracias, tendo sido adoptada no novo regime. Mas a representação não é

50

Tradução livre de “The increase therefore seems to be the result of a new generation of better educated citizens with a higher degree of cognitive mobilisation, more confidence in their political efficacy and the related emergence of new issues on the political agenda.”

apenas fruto do historicismo. O sistema eleitoral, a estrutura institucional, a cultura política e a ideologia dos partidos também a influenciam.

Por altura da consolidação democrática, o parlamento teve a sua visibilidade diminuída, devido à posição dominante do partido socialista nos anos 80 à entrada na então CEE (actual UE). Também então se descentralizou o país com a criação do *Estado de las Autonomías*, cada uma com a sua própria assembleia e governo regional. Nos anos 90, a instituição parlamentar tomou a ganhar relevância num cenário de negociação e coligação. O regulamento da câmara baixa favorece mais os grupos parlamentares do que os deputados a título individual. Os partidos têm em si a tarefa de selecção de novos candidatos. Neste sistema, tal como no português, os partidos monopolizam a representação política. No entanto, não são acompanhados de igual apoio popular. Os níveis de militância e de identificação com um partido são baixos, mas os partidos continuam a ter a última palavra. Os cidadãos espanhóis vêem os seus representantes mais como nacionais, na sua totalidade (42%), mas uma boa porção ainda os percebe como representantes primários do seu distrito eleitoral (28%). Cerca de 24% ainda acha que representam o seu partido. Do lado dos deputados, estes consideram que representam o país. Poucos acham que representam os eleitores do seu partido e ainda menos acham que representam o seu partido. Os eleitores não parecem ligar as vontades dos partidos com as suas próprias. Acham que os deputados são mais influenciados pelos líderes nas suas decisões do que pelos outros membros do partido, pelos grupos de pressão, pelos eleitores, pelo governo ou até pelos média. *“De acordo com estes dados, o público espanhol percebe um défice de representatividade e sente que os deputados não prestam muita atenção aos seus problemas.”*⁵¹ (Méndez-Lago & Martínez, 2002, pág. 73). Quanto à disciplina partidária, os deputados concordam que exista, mas a maioria é da opinião que poderia haver alguns assuntos em que o

51

Tradução livre de *“According to these data the Spanish public perceive a lack of representativeness and do not feel that MPs pay much attention to their problems.”*

deputado possa votar de acordo com a sua escolha pessoal. No lado do público, a visão é contrária e a tendência parece ser de acharem cada vez mais que os deputados devem agir consoante a sua vontade. A consolidação democrática trouxe consigo a profissionalização do cargo de M.P. Cerca de metade dos deputados (54%) concorda com a sua profissionalização, mas existem diferenças importantes relacionadas com a ideologia. Os partidos de esquerda concordam em maior proporção e os da direita são da opinião que os deputados não devem desistir das suas actividades anteriores para desempenharem as suas funções no parlamento. Os cidadãos revelam-se a favor da profissionalização dos MPs (58%).

O contacto com os cidadãos é um tema controverso. Os deputados declaram que contactaram com os eleitores (98%), mas apenas 5% dos cidadãos diz ter tido algum contacto com um MP no mesmo período. O contacto parece, pois, escasso e dirigido apenas a uma pequena porção de eleitores. Os meios preferidos são, por ordem decrescente, as reuniões locais do partido, o telefone e o *email*. Mesmo que pouco frequente, os deputados têm mais contacto com cidadãos individuais do que com outros grupos de interesses (ex: sindicatos), grupos profissionais ou religiosos. Os média assumem o papel de principal canal de comunicação e fonte de informação, especialmente a televisão. Medindo a satisfação, mais uma vez há incongruências entre deputados e eleitorado. Os primeiros estão, em geral, satisfeitos com o seu trabalho, enquanto o segundo transmite descontentamento; *“uma tendência consistente nos anos 90, em que mais de metade dos cidadãos espanhóis achava que os deputados não representavam os interesses dos seus eleitores ou representavam, mas numa perspectiva muito limitada.”*⁵² (Méndez-Lago & Martínez, 2002, pág. 84). Um pormenor interessante é que os mais jovens, não só se mostram mais descontentes, mas também têm uma maior percentagem de pessoas sem opinião. Houve vários escândalos de corrupção que também ajudaram a desacreditar a classe política. Os cidadãos

52

Tradução livre de “consistent trend over the 1990s according to which more than half of the Spanish citizens

pensam que as motivações dos deputados para se candidatarem têm mais que ver com os seus próprios desejos de poder do que motivações altruístas. No entanto, isto não significa que os partidos sejam demonizados. O apoio é difuso, mas efectivo. Para terminar, *“os sinais desta crise (descontentamento, falta de bases sociais nos partidos, desconfiança face à política) são porventura mais distintos em Espanha do que noutras democracias ocidentais estabelecidas. A falta de um legado democrático histórico provavelmente alimentou estas tendências, pelo que partidos e políticos não têm uma base de apoio como a que existe em outros países com um passado democrático mais prolongado.”*⁵³ (Méndez-Lago & Martínez, 2002, pág. 88).

Em suma, os parlamentos têm um peso relativamente central nestes contextos e os partidos têm um papel primordial no seu funcionamento. Espanha tem em comum com Portugal o seu passado ditatorial e o atraso relativo no desenvolvimento de uma cultura política democrática. Mesmo assim, as suas transições foram diferentes, o que terá as suas consequências. Estes regimes autoritários procuraram desmobilizar a sociedade, desencorajando a participação política e dificultando uma futura cultura de participação. Também como no cenário português, a classe política espanhola foi alvo de vários escândalos de corrupção, o que contribuiu para o cepticismo. O Reino Unido e a Alemanha são democracias mais estabelecidas, mas com traços típicos de uma democracia europeia. Têm parlamentos fortes onde os partidos também têm uma posição central.

Capítulo 2.2.2. A Assembleia da República portuguesa

A análise da AR portuguesa, peça central desta dissertação, requer um estudo mais cuidado. Os estudos aos parlamentos são escassos e, no caso do português, este défice é ainda

53

Tradução livre de “The signs of this crisis (discontent, lack of social roots of political parties, distrust in politics) are perhaps more distinct in Spain than they are in other Western established democracies. The lack of historical legacy of democratic practice probably enhanced these tendencies since parties or individual politicians do not have the reservoir of support that they do in other countries with a longer democratic background.”

mais evidente. Não obstante, a última década tem sido relativamente mais prolífica no estudo da relação entre o público e a Assembleia. Existem dois livros mais marcantes, que são as obras mais completas sobre a Assembleia Portuguesa: *Da Legislação à Legitimação: o Papel do Parlamento Português* (2002), uma edição adaptada da tese de doutoramento de Cristina Leston-Bandeira; e *O Parlamento Português: Uma Reforma Necessária* (2002), por André Freire, com a colaboração de outros autores. Cristina Leston-Bandeira tem dedicado muito do seu estudo a instituições políticas, com especial foco nos Parlamentos e nos países do Sul da Europa. Tem vários artigos publicados sobre o Parlamento português, analisando a sua evolução ao longo do tempo e a sua relação com os cidadãos. Esta autora veio ajudar a preencher uma lacuna na literatura em ciência política sobre a análise de instituições políticas nestes países, especialmente no estudo dos Parlamentos. Tem contribuído para a compreensão do funcionamento dos parlamentos e a sua abertura para com o eleitorado. Explora até que ponto os parlamentos estão próximos do seu eleitorado, correspondem às necessidades da população e defendem os seus interesses na iniciativa legislativa. Além disso, os seus artigos são em inglês, o que ajuda a disseminação das suas ideias no meio académico e compensa o facto de que a literatura existente seja maioritariamente escrita nas línguas originais.

Por sua vez, André Freire tem aprofundado os seus estudos neste tema da abertura das instituições, especialmente do parlamento. No livro *O Parlamento Português: Uma reforma necessária* (2002), conta com a contribuição de vários autores: António de Araújo, Cristina Leston-Bandeira, Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães. Trata da Assembleia da República, analisando as suas faltas e até que ponto necessita de reforma (cuja conclusão é que precisa). Dentro dessa linha, avança com algumas sugestões de medidas com fim à “*dignificação*” do parlamento português. O livro discorre sobre dois défices importantes detectados na AR: o défice de competência - os deputados estão pouco preparados em termos técnicos para as questões com que lidam e o défice de identidade - entre povo e deputados. O trabalho dos deputados é

dominado pela dicotomia entre dois lados em constante competição: por um lado, a competência técnica e, por outro, a representatividade política. O crescimento da comunicação social trouxe outras fontes de criação de opinião pública, o que pode alimentar a personalização do poder e prejudicar o estatuto individual dos deputados. Explica que a função tribunicia do parlamento pode estar a ser sequestrada pelas inúmeras colunas de opinião nos jornais e comentários políticos televisivos.

Portugal é uma democracia relativamente recente. Teve a sua democratização em 1974, abrindo o desfile das transições democráticas da Terceira Vaga de Democratização de Samuel Huntington. Comparando com a sua vizinha Espanha, teve um processo de democratização mais incerto e menos consistente. Stepan e Linz (1996) avaliam ambos estes processos exaustivamente. Os autores consideram que Portugal teve a transição mais incerta e mais passível de regressão: uma transição levada a cabo por militares sem uma estrutura hierárquica rígida. Isto pode conduzir (muitas vezes acontece) à tentativa de preservação de bolsas de poder por parte dos militares. Isto pode inviabilizar ou atrasar o processo de democratização, ou pior, fazer o país cair numa ditadura militar. Espanha, pelo contrário, teve a forma mais segura de transição: o pacto entre as forças autoritárias e as novas forças democráticas de oposição. Foi um processo consistente, que, apesar de alguns momentos de incerteza, manteve-se sempre num caminho progressivo na rota da democracia. A forma da transição influencia profundamente o desempenho posterior do regime. Além disso, ambos os países se encontravam numa posição social e económica enfraquecida pela altura das suas transições: *“Os países da Europa do Sul eram estruturalmente capazes e escolheram conscientemente concentrar-se primeiro na política, em segundo nas políticas de segurança social e só mais tarde nas reformas estruturais.”*⁵⁴ (Stepan &

54

Tradução livre de *“The southern European countries were structurally able and consciously chose to concentrate first on politics, second on social welfare policies, and only later on structural economic reforms.”*

Linz, 1996, pág. 139); o que os autores consideram a sequência óptima para este tipo de transformação num país. Espanha defrontou problemas de coesão social adicionais.

Portugal tem uma tradição democrática pouco consistente. As primeiras tentativas no princípio do século XX foram mal-sucedidas e retomadas só em 1974. Desde então, a democracia portuguesa tem percorrido um caminho mais suave, não sem os seus sobressaltos. O papel da AR nos primeiros anos de democracia foi crucial, devido à sua contribuição na criação das primeiras leis de estruturação do sistema político e sócio-económico. Recuando um pouco, numa análise aos primeiros 20 anos do funcionamento da Assembleia em Portugal, Leston-Bandeira (2001) destaca uma primeira década bastante conturbada, em que a democracia procurou consolidar-se, mas foi constringida pela cultura política ainda imberbe, a falta de profissionalização das figuras no seu centro e o passado autoritário. Depois dessa, seguiu-se uma década marcada por uma estabilidade mais tranquilizadora. Efectuaram-se mudanças na direcção da democracia plenamente funcional, garantindo que o regime permaneceria, independentemente das dificuldades. Leston-Bandeira refere-se à cultura política portuguesa da seguinte forma: “*A cultura política provavelmente não se desenvolveu da mesma forma que as instituições políticas e a profissionalização da política em Portugal ainda está longe de ser uma realidade. Depois de duas décadas, o hiato entre as instituições políticas e a cultura política permanece a característica dominante que mostra a inexperiência da democracia portuguesa.*”⁵⁵ (Leston-Bandeira, 2001, pág. 154). Os constitucionalistas portugueses tentaram conferir uma estrutura partidária forte ao regime português aquando da democratização, numa tentativa de amenizar estes efeitos. Por isso, Portugal usufruiu de um sistema partidário forte e estável. Isso, por um lado, é bom, pois é uma componente essencial para a estabilidade política. Por outro, pode bloquear um

55

Tradução livre de “*Political culture has probably not developed in the same way as political institutions and professionalisation of politics in Portugal is still a long way from reality. After two decades, the gap between the political institutions and the political culture remains the main characteristic showing the newness of Portuguese democracy.*”

pouco a comunicação entre os cidadãos e as instituições, sendo que ela é feita, quase exclusivamente, através dos partidos (no caso da AR, através dos grupos parlamentares) que podem, por vezes, agir como constrangimentos, mais do que facilitadores.

Na legislatura em que houve maioria do PSD⁵⁶, houve um certo recuo do peso da Assembleia, acompanhado de uma perda de visibilidade nos média e uma imagem mais negativa dos deputados. Desde então, tem havido um desenvolvimento de ambas as funções da AR, como arena e como transformadora⁵⁷, “*A prática, desde então, mostrou que o parlamento tem respondido muito mais imediata e directamente às contribuições da sociedade.*”⁵⁸ (Leston-Bandeira, 2001, pág. 154). A Assembleia fortaleceu-se e viu aumentar o seu papel de instituição de legitimação, quando antes se cingia mais ao de legislação. Todavia, esta evolução não foi acompanhada por um aumento nas capacidades humanas e materiais, cuja mera sugestão costuma ser muito criticada pela opinião pública. A cultura política das primeiras décadas de democracia parece não se ter desenvolvido tanto quanto as instituições.

O sistema político português é considerado semi-presidencial. Desde 1976, ano da primeira versão da Constituição Portuguesa, houve 7 revisões constitucionais. A primeira em 1982, foi uma tentativa de retirar o pesado cariz ideológico presente devido ao ambiente que se vivia

56

O primeiro-ministro de então era Cavaco Silva, conhecido pelo cavaquismo, um estilo de liderança bastante pragmático e de cariz neo-liberal. O seu executivo tencionava levar a cabo reformas que encontraram muita resistência na Assembleia da República.

57

A assembleia como arena significa que a legislatura é controlada externamente, geralmente pelos partidos políticos. A assembleia transformadora implica que a legislatura é controlada de dentro, geralmente pelas comissões e grupos parlamentares.

58

Tradução livre de “*Practice since has shown parliament responding in a much more immediate and direct way to*

aquando da criação da versão inicial de 1976. Outra, em 1989, de modo a liberalizar a economia. Novamente em 1992 e em 1997, para adaptar o texto constitucional aos tratados europeus de Maastricht e Amesterdão. Em 2001, a revisão destinou-se a incorporar a Convenção do Tribunal Penal Internacional. A de 2004 alterou o estatuto das Regiões Autónomas e, finalmente, em 2005, a última serviu para estabelecer condições de aprofundar a União Europeia. Uma nova revisão está a ser preparada desde 2010, mas ainda não concluída. O Parlamento português é constituído por uma câmara única, a Assembleia da República, que desempenha um papel central na criação de legislação e de controlo ao executivo. Actualmente, tem 230 deputados, cuja eleição se faz através de um sistema de lista com representação proporcional (método de Hondt).

“O sistema político não favorece uma relação próxima entre parlamento e cidadão.” (Leston-Bandeira, 2002, pág. 145). A principal causa disto é este sistema eleitoral que se mantém inalterado desde 1976. O sistema eleitoral condiciona a organização dos partidos em distritais coincidentes com os círculos, mais ou menos centralizada, consoante o partido. Os círculos eleitorais dificultam o contacto entre deputados e cidadãos. Aliás, o artigo 152º explicita que os deputados não representam apenas o seu círculo mas, sim, o país todo, numa tentativa de combater o caciquismo que grassava em décadas anteriores. Os círculos são de diferentes dimensões e é difícil identificar os candidatos. Ao mesmo tempo, o sistema eleitoral favorece a competição dentro do partido, pelo que pode fomentar o faccionalismo. Nos círculos maiores, há pouco incentivo à comunicação entre deputados e cidadãos. A possibilidade de mudança de sistema eleitoral tem sido discutida desde os primeiros anos de democracia, a fim de aumentar a governabilidade (facilitar a formação de maiorias absolutas) e aproximar os deputados/candidatos dos cidadãos. A primeira dificuldade foi colmatada (há mais estabilidade no presente), mas a segunda preocupação ainda se mantém. A intenção é mudar para um sistema misto, com pendor proporcional, uns defendem, ou com pendor maioritário, outros preferem. Mas não se consegue chegar a um consenso. Outro aspecto apontado é a fraca profissionalização dos deputados

portugueses. Bons candidatos dão bons deputados e podem vir a dar bons membros do governo. O recrutamento parlamentar parece dar a mesma hipótese a muitos, ou seja, parece ser aberto à participação, no entanto, isso é só à primeira vista. Na realidade, os candidatos são escolhidos pelos partidos políticos e ainda têm de obedecer a regras do sistema eleitoral que podem trazer mais exigências. Eles rodam muito ao longo de um mandato e poucos se dedicam exclusivamente a carreira de deputado. Este problema tem-se amenizado depois das maiorias. O sistema de substituições, apesar de mais restrito agora, possibilita a eleição de candidatos que nunca chegam a ocupar o cargo⁵⁹. A revisão constitucional em 1997 introduziu a possibilidade de criar círculos uninominais em conjugação com a representação proporcional⁶⁰. Qualquer reforma nesse sentido implicaria uma descentralização da escolha dos deputados, a qual terá sempre resistência. No entanto, pode ser bom, pois pode dar origem a uma democratização do recrutamento. Numa avaliação do grau de democratização no recrutamento, Portugal aparece com a classificação de “Frac”; a Alemanha com “Média/Frac”; o Reino Unido com uma democratização “Média” e a Espanha com “Frac”⁶¹. Caracterizando os deputados na AR, são na sua maioria, homens, instruídos, de meia-idade. Recentes evoluções mostram uma tendência em aumentar o número de mulheres e de nível de instrução. Ultimamente, os deputados têm envelhecido. Isto pode ser considerado benéfico no sentido de uma profissionalização mais consistente da carreira de parlamentar, mas também pode significar entraves à entrada de sangue novo. Pode estar a acontecer uma conjugação dos dois fenómenos. Um bom indicador para aferir a

59

Os partidos fazem isto frequentemente. Levam em campanha as suas figuras mais carismáticas para recolherem votos que, depois de eleitas, cedem o seu lugar a um outro elemento do partido com muito menor notoriedade.

60

CRP, Artigo 149º.

61

Quadro nº 9, pág. 94, em *O Parlamento Português: Uma reforma necessária* (2002), de André Freire. Existem

institucionalização do parlamento é a experiência anterior dos deputados. Nos dados de 2001, muitos deputados já tinham cumprido mandatos nas autarquias ou mesmo na AR. Nesse ano, entraram muitos novos deputados. A profissionalização parece não ser muito estabelecida, contudo o facto de os deputados não poderem desempenhar cargos no governo ao mesmo tempo pode ter a sua influência. A partir da VI Legislatura, se avaliarmos os parlamentares com alguma experiência anterior (indiscriminada), o valor ascende a 80%. As alterações ao estatuto dos deputados têm sido num sentido de conferir mais estabilidade ao cumprimento dos mandatos e incentivar a profissionalização da carreira de parlamentar. Freire (2002) defende que poderia ser bom permitir a sobreposição do mandato na AR com um cargo no governo. As regras sobre ausências são claras e rigorosas, no entanto dificilmente cumpridas pela falta de aplicação de sanções. Existe também muita incompreensão por parte da opinião pública face aos deputados. Muitas vezes não estão presentes nas sessões plenárias, mas apenas porque estão a trabalhar nas comissões especializadas. Não obstante, o abstencionismo é uma realidade na AR.

Na estrutura da AR, existem duas características centrais: a democraticidade recente e a centralidade dos grupos parlamentares. Leston-Bandeira (2002) explica que o sistema de representação proporcional (Hondt) e o facto de as listas serem formadas exclusivamente pelos partidos de forma centralizada favorece esta organização. Dentro do parlamento, as facções dividem-se por grupos parlamentares que são coincidentes com os partidos. A disciplina partidária é bastante rígida. Os independentes são os que saíram por não concordarem mais com a sua acção, contudo são penalizados por menos oportunidades em participar. Além disso, os deputados não representam apenas o seu círculo eleitoral, mas sim o país, num todo. A Constituição Portuguesa é das que mais detalhadamente descreve poderes/direitos exclusivos dos grupos parlamentares (GPs)⁶². Todo o quotidiano gira à volta desta configuração. Os deputados

62

Fixar a ordem do dia ou fazer uma interpelação ao governo são dois exemplos.

são quase que como “*simples delegados do partido*” (Leston-Bandeira, 2002, pág. 78). Na Conferência dos Líderes, os GPs negociam e decidem sobre os principais pontos de discussão na AR. Essa é a que tem o poder real apesar de formalmente ser a Mesa o órgão mais poderoso. Além das revisões constitucionais, também foram sendo efectuadas revisões frequentes aos procedimentos internos da Assembleia, ao longo dos anos (sensivelmente, a cada dois ou três anos). Sinais óbvios de uma democracia recente são ter muitos documentos normativos com práticas ainda não muito sedimentadas e a quantidade de alterações que os mesmos já sofreram. As grandes alterações operadas nos regimentos foram sempre em alturas de maioria parlamentar. As mais profundas, durante a maioria absoluta. As revisões têm sido num intuito racionalizador em relação ao trabalho e ao tempo despendido. O plenário tem perdido relevância em detrimento das comissões. À medida que estas foram acontecendo, as comissões parlamentares foram adquirindo mais peso⁶³. O trabalho da Assembleia passou de um debate que acontecia apenas na grande câmara para ser dividido entre esta e as comissões. Procedeu-se, assim, a uma racionalização da actividade parlamentar. Desde 1993, muitas das reuniões das comissões foram abertas aos média (são abertas à comunicação social, mas não ao público, em geral). Foi introduzido o debate periódico do Estado da Nação, que procura dar oportunidade para os deputados inquirirem o governo, “*o plenário tende a preencher uma função de legitimação mais do que uma de legislação.*”⁶⁴ (Leston-Bandeira, 2001, pág. 144). Nas duas primeiras décadas de funcionamento, a proporção entre leis aprovadas provenientes da própria Assembleia e do Governo mudou em favor deste último, denunciando que a AR era dominada no que toca à

63

Progressivamente, as comissões começaram a poder reunir-se ao mesmo tempo que o Plenário (1985); foi-lhes atribuída a segunda leitura (1988); deixaram de precisar do consentimento do Presidente da Assembleia em algumas decisões e foi-lhes permitido encomendar estudos e contratar investigadores. para dar alguns exemplos.

64

Tradução livre de “(...) *the plenary has tendend to fulfil a legitimation function rather than a legislative one.*”

iniciativa legislativa. No entanto, Leston-Bandeira sublinha que muita desta legislação constituía apenas regulação realizada pelo governo (estatutos reguladores), resultante de legislação criada anteriormente pela AR. Apesar disso, estas leis continuam a estar fora da esfera de controlo parlamentar na forma em que são redigidas.

No seu livro mencionado anteriormente, Leston-Bandeira (2002) avalia a Assembleia da República portuguesa de 1983 a 1995, mais concretamente a V Legislatura, que se denotou por ter uma maioria absoluta e, por isso, tornou-se um bom caso de estudo dentro do panorama português. A AR estava mais apagada neste período face ao poder crescente dos partidos e do governo. O enquadramento teórico contou com as contribuições de Packenham (1970), Norton (1990b) e Mezey (1979). Do primeiro autor, retirou um esquema das várias funções que o parlamento pode desempenhar⁶⁵: legitimação; recrutamento, socialização e formação; e decisão política ou influência. Packenham conclui que a tarefa de legitimação é a que parece de maior utilidade, apesar de a legislativa ser aparentemente mais imediata para a AR. Em segundo lugar, a tipologia de Mezey ajuda a classificar os parlamentos, consoante duas dimensões: o *policy-making* e o apoio. Dentro dessa última, há 3 graus de poder: “*Forte: o parlamento pode modificar e rejeitar as propostas do executivo; Moderado: o parlamento não tem capacidade para rejeitar as propostas do executivo, mas não consegue modificá-las; e Pouco ou nenhum: o parlamento não consegue modificar, nem rejeitar as propostas do executivo.*” (Leston-Bandeira, 2002, pág. 31). Mais tarde, Norton aprimorou estas noções e desenhou uma tipologia mais certa:

- a. Parlamentos produtores (*policy-making legislatures*): que conseguem modificar ou rejeitar as medidas governamentais, assim como substituí-las pelas próprias propostas que formulam.

⁶⁵

Estes processos desdobram-se em outros onze, que estão sistematizadas numa tabela de Norton (1990b).

b. Parlamentos influenciadores (*policy-influencing legislatures*): que conseguem modificar ou rejeitar as medidas apresentadas pelo executivo mas não conseguem substituí-las pelas suas próprias propostas.

c. Parlamentos com pouco ou nenhum impacto (*legislatures with little or no policy affect*): que não conseguem nem modificar ou rejeitar as medidas apresentadas pelo executivo, nem substituí-las pelas suas próprias propostas.

Segundo a tipologia de Norton, a AR terá sido: um parlamento influenciador (na III Legislatura); um parlamento produtor (na IV Legislatura), e um parlamento com pouco ou nenhum impacto (nas V e VI Legislaturas). No entanto, a autora defende que a verdadeira mudança deu-se no seu papel primordial. A função de legitimação é encarada como inerente à instituição parlamentar, mas, só a partir da V Legislatura, com a falta de voz que sofreu por via da maioria absoluta, a AR conseguiu finalmente assumir concretamente esse papel. Além dos autores apontados por Leston-Bandeira no seu livro (editado no ano anterior), o Freire também menciona Polsby (1975) com as suas legislaturas *arena e transformativa*.

Os recursos da AR, apesar de terem sofrido uma grande melhoria nos últimos anos, ainda estão aquém do nível de outros países da Europa Ocidental. Existe um plano para um Centro de Estudos Parlamentares, mas que ainda não foi concretizado. Em termos de investigação e apoio técnico, existem ainda faltas substanciais. A biblioteca e os serviços de informação eram pouco utilizados pelos deputados à data. Os estudos analíticos são em quantidade reduzida e quase todos de uma perspectiva jurídica. Cada comissão parlamentar tem direito a pelo menos um assistente especializado. Na revisão do regulamento de 1993, as comissões passaram a ter o poder de contratar assessores técnicos, mas acabaram por reutilizar recursos já existentes de outros serviços. Quanto aos GPs, só os maiores têm direito a pessoal administrativo. Em 2000, foi inaugurado um novo edifício que concedeu mais espaço para trabalhar. Entre 1983-95, o nº de

comissões variou entre 11 e 14 e o nº médio de deputados foi de 23.3 por cada uma. A duração dos debates diminuiu, quer seja por redução explícita, quer seja por se ter dado o poder à Conferência de Líderes de estabelecer a duração dos debates. *“Por outro lado, a experiência das maiorias absolutas realçou por seu turno a necessidade de se criarem mais oportunidades para a discussão de assuntos da actualidade num fórum público. É neste contexto que o plenário tem desempenhado cada vez mais uma função de legitimação, em vez de uma função legislativa.”* (Leston-Bandeira, 2002, pág. 91). Foram criados: o debate de urgência, o debate sobre assuntos da actualidade, o debate das comissões especializadas e o estado da nação. Outro aspecto que denota a racionalização é a transformação de muitos critérios consensuais em maioritários na distribuição de direitos e responsabilidades. Os debates plenários passaram a ser muito mais determinados pela Conferência de Líderes e os GPs maiores passaram a ter vantagem sobre os mais pequenos no tempo atribuído e número de perguntas permitido. A quantidade de projectos-lei apresentados, aprovados e rejeitados tem aumentado. Em 2002, o número de propostas-de-lei (PPLs) era menor que o de projectos-de-lei PJLs, mas as primeiras são quase todas aprovadas. Por outro lado, os decretos-lei são muito mais abundantes que as leis. A análise de aprovação, rejeição e ratificação dos decretos-lei demonstra que, sem maioria no parlamento, a AR consegue ainda restringir algum do poder do governo.

Os estudos de Leston-Bandeira (2002) mostram-nos que as conturbações da Monarquia Constitucional e da I República deixaram um legado de corrupção e, mais concretamente do caciquismo, na política portuguesa. O Estado Novo, por sua vez, actuou numa despolitização da sociedade que foi bastante eficaz. Como resultado, no presente, o escrutínio ao desempenho das instituições políticas portuguesas é muitas vezes encarado como autoritário, associado com a censura e o interrogatório. No passado, era comum ser usado só em caso de gravidade extrema, quando o governo (ou mesmo o regime) era posto em causa e não era encarado como algo quotidiano. O controlo do governo e da administração pública não era considerado algo a ser

incorporado na actividade normal do parlamento. Apesar das melhorias nestes “maus hábitos”, a cultura política e o envolvimento nas instituições por parte dos cidadãos foi afectada e é de difícil recuperação. Porém, isso tem mudado nas últimas décadas. O escrutínio ao executivo tem-se imposto, não só na quantidade, como também na qualidade.

I. A supervisão

Inicialmente, a AR foi criada com um intuito legislativo. A função de fiscalização era fracamente regulamentada e os mecanismos que existiam (moção de censura e interpelações) eram consideradas instrumentos de último recurso. *“De certa forma, a função de controle era encarada como uma garantia de democracia, e não como uma prática da democracia.”* (Leston-Bandeira, 2002, pág. 125). Esta visão mudou muito desde então. Nos anos 90, a fiscalização tornou-se rotina e não só. Também foi através dela que a AR se abriu ao público em busca de satisfazer a necessidade de legitimação. Isto foi proporcionado pelas maiorias absolutas, que despertaram os deputados para a necessidade de estabilidade política. *“Foi nesse contexto que se desenvolveu um conjunto de iniciativas visando, por um lado, institucionalizar a profissão de deputado e, por outro, aproximar os cidadãos do parlamento; prestou-se, nomeadamente, uma atenção particular ao instrumento da petição.”* (Leston-Bandeira, 2002, pág. 126). Os métodos de controlo tradicionais revelaram-se insatisfatórios, pelo que se criaram formas de escrutínio complementares nas legislaturas com maiorias absolutas. Estas passam por duas vertentes diferentes: por um lado, a promoção do debate público e, por outro, o reforço da função de informação da AR.

Os instrumentos de fiscalização disponibilizados à AR são: a moção de rejeição; a moção de censura; a moção de confiança; a moção de rejeição do programa do governo; o voto de confiança pedido pelo governo; os requerimentos; as perguntas ao governo; as interpelações, os

inquéritos parlamentares e as comissões de inquérito. Além disso, também existe um debate sobre o Programa do Governo (10 dias após a nomeação do PM), o debate da Conta geral do Estado (apreciação de um relatório com as contas do Estado no final de cada ano civil), a apreciação de relatórios de entidades externas (Segurança Interna e Provedor de Justiça, por exemplo) e a apreciação de decretos-lei (a AR pode corrigir deficiências na lei do governo). A moção de rejeição só foi usada com eficácia uma vez, em 1978. Os requerimentos sempre foram usados, mas com uma taxa de resposta muito baixa pelo governo (cerca de 37% na VI Legislatura). A alteração na legislação permitiu melhorar esses mecanismos. Na VII Legislatura, a taxa chegou aos 65%. As perguntas ao governo são o instrumento mais criticado. O regulamento neste sentido é ainda demasiado rígido e previsível para ter algum impacto significativo. Foi melhorando mas está aquém dos seus parceiros europeus. *“As críticas centraram-se nas perguntas ao governo. São consideradas demasiado irregulares, demasiado esporádicas e demasiado ineficazes. Além disso, o governo pode escolher as perguntas que quer responder. (...) cada grupo pode propor apenas duas interpelações por ano - e não permitem uma resposta rápida a tópicos do dia. (...) Apesar de os comités de inquérito portugueses usufruírem de poderes alargados de investigação, quase todos estão dependentes de uma decisão maioritária.”*⁶⁶ (Leston-Bandeira, 2001, pág. 151). O governo, antes, podia escolher as perguntas a responder e, apesar de essa regra ter sido suprimida, isso ainda acontece na prática. Alguns deputados vão repetindo a mesma pergunta até ser finalmente respondida. Este mecanismo costuma ter muita visibilidade noutros parlamentos, o que não acontece em Portugal. As interpelações estão presentes na constituição e não mudaram muito desde 1976. Contudo, foram perdendo solenidade/formalidade. Hoje em dia, parecem muito rígidas (cada GP só tem direito a 2 por ano). As propostas de comissão de inquérito têm

66

Tradução livre de *“Strong criticism has centered on the questions to the government. These are considered too irregular, too infrequent and too ineffective. What is more, the government may choose the questions it wishes to answer.(...) each group may propose only two interpellations per year - and they do not allow an expeditious answer to topical issues of the day.(...) Although the Portuguese committees of inquiry do enjoy wide powers of investigation, most are dependent on a majority decision.”*

poder judicial, mas os deputados queixam-se de fornecimento tardio e reduzido de informação. Não obstante, funcionam em chamar atenção para os assuntos tratados. Mesmo assim, muitos processos acabam por ilibar o governo e a administração pública. O controlo parlamentar desenvolveu-se verdadeiramente na segunda década de democracia. Antes disso, era mais solene e descontínua. *“As alterações vieram, por um lado, com a própria prática parlamentar no 2º década democrática, numa altura em que preocupações primárias de assegurar a transição para a democracia tinham sido substituídas por preocupações de eficácia, com o objectivo essencial de pôr a democracia a funcionar; e, por outro, a própria experiência de duas maiorias absolutas consecutivas.”* (Leston-Bandeira, 2002, pág. 139). A análise indica que a prática da fiscalização só se tomou rotina quando perdeu o seu carácter solene. Durante as maiorias absolutas, os meios de controlo criados em alternativa surgiram por meio da promoção do debate público e o reforço da função informativa do parlamento. O poder atribuído às comissões especializadas também auxiliou. Antes disso, as oportunidades para criticar o governo eram aproveitadas no PAOD⁶⁷. Entretanto, introduziu-se em 1997, o debate de urgência e o debate da actualidade. Por fim, existe o anual Debate do Estado da Nação. Os debates mensais com o PM e as audições públicas das comissões especializadas descrevem outras formas de aumentar a transparência e promover a fiscalização do governo. Alguns GPs também promovem audições públicas a entidades públicas. Foi criado um *site*⁶⁸ onde se passou a poder comentar/criticar o trabalho do governo. Os debates especiais passaram a realizar-se com mais frequência e desde António Guterres, tentou fomentar-se o hábito do PM ir à AR mensalmente⁶⁹. Ter audiências públicas também se tomou mais

67

Período antes da Ordem de Trabalhos.

68

Endereço em www.parlamento.pt.

69

comum e ajudou os comités a ganhar peso. Desde 1976, que a AR é constitucionalmente obrigada a ouvir as partes interessadas com a criação de nova legislação (os sindicatos, comités de trabalhadores ou as regiões autónomas, por exemplo). No regulamento interno, diz também que terá de consultar os governos locais quando apropriado. A AR passou a ter mais acesso a informação aquando da consideração de nova legislação (1993) e a VIIª Legislatura inclui nos relatórios anuais muito do trabalho complementar, como debates fora da assembleia e seminários por ela organizados. *“Estas actividades têm envolvido grupos de interesse, especialistas e cidadãos comuns”* (Leston-Bandeira, 2002, pág. 145).

A função de escrutínio ganhou muito mais seriedade à medida que a AR desenvolveu a sua actividade. No entanto, repare-se no pouco espaço (apesar de crescente) que se dá à opinião pública nestes instrumentos. Qualquer controlo feito ao governo provém sempre dos grupos parlamentares. O público interfere pouco nesta tarefa. Mas existem outras formas de o eleitorado participar no trabalho parlamentar. Nos anos 90, houve uma preocupação explícita em melhorar o sistema de petições. O que se iniciou como uma prática muito inconsequente ganhou peso, bem como aumentou a participação por parte do público. As principais críticas às petições são a sua ineficácia, ou seja, que frequentemente não dão resposta ao problema posto, o longo tempo entre a sua apresentação e a apreciação no parlamento e o facto de serem maioritariamente utilizadas por grupos de interesse do que por cidadãos comuns. Desde 1995, as petições têm tido menos visibilidade e a comissão de petições foi eliminada. Além de todas as coisas enunciadas anteriormente, também foram instituídos (1993) intervalos de tempo para cada deputado poder intervir em nome dos seus círculos eleitorais, bem como se criou uma provisão de tempo no trabalho parlamentar e um gabinete para os contactos entre deputados e cidadãos. A cada duas

No entanto, em abono da verdade, na prática, os debates mensais só aconteceram duas vezes nos primeiros anos do seu mandato.

semanas, os deputados poderiam reunir-se com cidadãos nos respectivos governos civis. Estes últimos não tiveram muito êxito.

II. Os Partidos e a Representação

Para compreender o funcionamento do parlamento num contexto de participação política, é necessário conhecer o papel dos partidos no sistema. Um dos aspectos-chave desta emergência de novas atitudes prende-se com os partidos e a forma como monopolizam a representação nas democracias estabelecidas ocidentais. Os partidos tomaram-se a principal via de comunicação entre a sociedade civil e o poder político. Nas últimas décadas, contudo, tem-se observado um certo desencantamento do eleitorado face aos mesmos nestas sociedades. A ideologia diluiu-se e muitos dos partidos tornaram-se *catch-all*, premiando a quantidade de seguidores acima da qualidade dos seus princípios. Como consequência, o apoio partidário é cada vez mais difuso. Muitos cidadãos continuam a ser simpatizantes, mas já não se tornam militantes dos partidos. Desenvolveu-se uma ideia no senso comum de que os membros dos partidos (onde se incluem os deputados da AR), cada vez mais, são provenientes de uma elite que se prova cada vez mais afastada da realidade e dos problemas do seu eleitorado. A investigadora Ana Maria Belchior tem três artigos-chave que interligam a qualidade de representação do eleitorado por parte dos partidos com o pós-materialismo e como os partidos portugueses se encaixam na teoria da modernização cultural. É a autora cuja investigação do contexto português está mais próxima do tema desta tese. É uma importante adição no estudo dos partidos que se designam habitualmente de Nova Esquerda (na mesma linha da Nova Política advogada por Dalton). Os seus valores parecem coadunar-se mais com os pós-materialistas, o que não significa necessariamente melhor representação dos seus interesses.

Belchior (2010) faz uma análise aos partidos políticos europeus e ao seu grau de aproximação ao eleitorado. Presta especial atenção ao surgimento dos novos partidos com características pós-materialistas (mais concretamente, os Verdes). Sugere que estes podem ser mais adeptos da democracia e que podem constituir representações mais próximas dos seus eleitores que os outros partidos na cena política.

Em primeiro lugar, Belchior dá conta das mudanças a acontecer na sociedade e da Teoria de Modernização Cultural que as tenta explicar. O grau de representação é medido pela congruência MP-eleitor. A teoria fala de um novo modelo de “fazer política”, praticado pela “nova esquerda”. Estes partidos caracterizam-se por: *“uma democracia pluralista, participativa, libertária e até anti-capitalista, (...) preocupada com assuntos ecológicos, feministas e relativos à paz, bem como, problemas políticos colectivos em geral. (...) fidelidade ideológica fraca, liderança partidária frágil e lealdade incipiente por parte dos militantes.”*⁷⁰ (Belchior, 2010, pág. 3/4). Os seus eleitores estão entre os mais jovens, mais educados e provenientes da classe média. Os países contemplados são: a Bélgica, a França, Alemanha e Luxemburgo. Na análise aos partidos destes países, quase todos têm algumas características pós-materialistas, mas são os deputados verdes que têm mais probabilidade de as apresentarem (à esquerda, mais jovens e com educação superior). A Alemanha era o país, à data, com mais deputados verdes. No passo seguinte, Belchior mede a satisfação com a democracia nos países e verifica uma relação significativa entre descontentamento com a democracia e os partidos verdes (excepto os alemães, devido à partilha de poder no sistema alemão). Ela existe também entre eleitores desses partidos, apesar de mais ténue.

70

Tradução livre de *“pluralist, participative, libertarian and even anti-capitalist democracy, (...) concerned with ecological, feminist and peace matters, as well as collective political issues in general.(...)/feeble ideological anchorage, fragile party leadership and incipient partisan loyalties...”*

A medida de congruência compreende o centrismo (medida de representação dos deputados relativamente às preferências políticas médias dos eleitores e a diferença entre o posicionamento médio entre MPs e eleitores (como *proxy* da ideologia). O que se observa neste estudo é que as posições dos partidos costumam ser mais à esquerda do que o eleitorado, incluindo os verdes. Estes últimos não parecem ser os mais congruentes, nem favorecer as posições dos seus eleitores. Luxemburgo e Alemanha têm as congruências mais elevadas, que, mesmo assim, são moderadas. Belchior justifica estes resultados com lealdade difusa aos partidos e uma base ideológica fraca. “Apesar de se ter demonstrado que os Verdes representam os pós-materialistas melhor, isto não parece ter uma relação significativa com terem um melhor desempenho na congruência ideológica.”⁷¹ (Belchior, 2010, pág. 18). Alguns deputados verdes são críticos da democracia, mas isso não se reflecte numa melhor representação do eleitorado. Na verdade, partidos verdes não mostram níveis mais elevados de congruência e não parece haver ligação entre o pós-materialismo e maior congruência em geral, “Parece haver uma lacuna entre crenças idealistas e política pragmática.”⁷² (Belchior, 2010, pág.21). A congruência parece depender mais da ideologia do próprio deputado do que das suas características pós-materialistas (mas mais estudo é recomendado). Contudo, há que ter em conta que a análise foi feita qualitativamente, a partir dos manifestos dos partidos, pelo que há uma grande dependência da interpretação que é dada ao texto. Adicionalmente, a fidelidade ao partido entre pós-materialistas não costuma ser muito forte, pelo que o apoio formal que recolhem (o registado) pode estar longe do efectivo, que é mais difuso. Outro pormenor a ter em conta é que os partidos verdes europeus são muito diferentes

71

Tradução livre de “Although it has been shown that the Greens represent post-materialists better, this does not appear to be significantly related to their performing better on ideological congruence”

72

Tradução livre de “There seems to be a gap between idealistic beliefs and pragmatic politics”

entre si e, por isso, torna-se difícil fazer uma comparação que não suprima aspectos importantes característicos de cada contexto.

O seu segundo artigo *Party Political Representation in Portugal* (2008) destina-se a analisar o grau de congruência (*political congruence*) entre as visões políticas dos candidatos e dos eleitores portugueses, em termos de posição ideológica e atitudes para com a democracia. As duas hipóteses avançadas são a da ideologia - os deputados parecem ter uma ideologia mais radical que o eleitor médio - e das atitudes - as elites são mais favoráveis à democracia que o eleitorado. O modelo *delegate* de representação é verosímil em teoria, mas não acontece na prática, sendo encarado actualmente como utópico. O estilo *representative*⁷³ é considerado mais próximo do que ocorre hoje em dia. No entanto, a nível normativo, pensa-se sempre que o representante deve defender os interesses do povo (quer este último os conheça ou não). “*Como actores fundamentais no processo democrático, os partidos políticos são os canais-chave formais que ligam a vontade do povo à sua representação no parlamento.*”⁷⁴ (Belchior, 2008, pág. 459). Belchior faz uma análise empírica entre a posição ideológica média da elite partidária/programa partidário e eleitores. Utiliza parâmetros de Aschen (1978): proximidade, centrismo e capacidade de resposta (*responsiveness*). Nos resultados que já existem, a congruência geral entre partidos e eleitores verifica-se mais em assuntos socio-económicos e morais, enquanto é menor em termos de política externa e muito fraca no que toca a ajuda externa e leis. Isto traduz-se numa maior proximidade em termos de ideologia, mas não em temas práticos, menos politizados. Na análise

73

No *delegate model*, o deputado age como um simples delegado, obedecendo às vontades literais dos eleitores do seu distrito eleitoral. A este, costuma opor-se o *representative model* que vê o deputado mais como um representante, que, uma vez eleito, tem a confiança dos eleitores para tomar as suas próprias decisões, tendo em conta o bem comum.

74

Tradução livre de “*As fundamental actores in the democratic process, political parties are the key formal channel connecting the will of the people to its representation in parliament.*”

do contexto português, os deputados parecem estar mais à esquerda do que o seu eleitorado, exceptuando o CDS-PP, em que acontece o oposto. A CDU aparece como a mais distante dos seus eleitores, o que se confirma na realidade de outros países. Nas outras medidas, a proximidade é maior no PS. O que se tira é que a elite política reflecte as divisões no eleitorado em termos de ideologia, mesmo que a primeira se mostre um pouco mais radical que o segundo. Depois, estabeleceu-se uma comparação de ideologias entre o auto-posicionamento dos deputados e as suas percepções quanto à posição ideológica do partido e dos eleitores. O resultado foi, nos cinco partidos, os deputados posicionaram todas estas visões muito próximas umas das outras. No entanto, a realidade é diferente. Os deputados prevêem algum enviesamento à direita para o partido e o eleitorado, mas a distância é maior do que pensam: *“de uma perspectiva ideológica, a elite pressupõe que existe uma quase-congruência. As minhas análises revelam que não. (...) Esta mesma diferença de percepção foi encontrada em todos os 15 Estados-Membros.”*⁷⁵ (Belchior, 2008, pág. 468). Como potenciais causas alternativas, apresentam-se a maior heterogeneidade entre eleitores ou uma falha na percepção dos votantes quanto à ideologia do seu partido. *“Com a excepção do PS e, em menor grau, do CDS/PP, há uma discrepância substancial entre o posicionamento dos partidos na percepção dos deputados e do eleitorado.”*⁷⁶ (Belchior, 2008, pág. 468). Porém, o que se observa é que, com excepção do PSD, o eleitorado tende a estimar correctamente as posições do partido. O público parece perceber as discrepâncias entre estas e as suas próprias posições relativas mais eficazmente que os deputados. No que toca às atitudes perante a democracia, usou-se como medida o grau de

75

Tradução livre de *“(...) from an ideological perspective, the elite presupposes that a near-congruence exists. My findings reveal that it does not.(...) This same misperception has been found in all the 15 EU Member-states.”*

76

Tradução livre de *“With the exception of the PS and, to a lesser degree, the CDS/PP, there is a substantial discrepancy between the positioning of parties as perceived by their MPs and by their electorate.”*

concordância com três citações. Nesta situação, regista-se uma abordagem mais negativa do eleitorado do que da elite. Outro aspecto curioso é que apenas cerca de 1% dos deputados, contra 14% de cidadãos discorda que a democracia será o melhor sistema político disponível. Há mais semelhança das opiniões entre cidadãos e entre deputados, do que uma ligação de cidadãos com deputados do mesmo partido. Isto significa que a opinião será mais influenciada pela condição de se ser deputado ou cidadão do que necessariamente se pertencer a um dado partido. Se considerarmos o posicionamento no espectro político, no eleitorado a relação não é significativa, mas, entre deputados, a esquerda mostra-se mais favorável à democracia.

Concluindo, há muita variância a nível de congruência à esquerda. O PS aparece como o mais congruente, opondo-se à CDU que é o menos. O eleitorado tem opiniões mais semelhantes entre si (mais centrista) do que entre a elite parlamentar, o que pode ser justificado por uma menor sofisticação política da opinião pública. Além disso, têm uma melhor percepção das posições dos seus representantes e partidos do que, ao contrário, acontece com os deputados. Estas características são partilhadas com a generalidade dos outros países europeus. Há mais congruência em termos de atitudes perante a democracia do que perante ideologia. Por outro lado, há mais homogeneidade em ideologia entre o eleitorado do que entre deputados. Alguma divergência entre MPs e eleitores é esperada. Todavia, há que ter atenção para que a distância não aumente, enfraquecendo os partidos. Belchior verifica que, em Portugal, a congruência é razoável e em linha com a Europa, mesmo que advertindo ainda para a falta de dados, o tamanho reduzido das amostras e a necessidade de ser conservador a tirar grandes conclusões dos resultados.

Finalmente, no seu terceiro artigo *Democracia nos Partidos Políticos Portugueses* (2008), Belchior faz uma análise ao perfil do eleitorado português, numa tentativa de ver se a base social está próxima ou não da esquerda libertária. Igualmente, estuda o programa político dos partidos portugueses e a sua organização/estilo partidário (funcionamento interno nos estatutos), para ver a proximidade com princípios e procedimentos democráticos. A sofisticação do público é crescente

e, conseqüentemente as suas exigências à elite política. Na caracterização do eleitorado dos partidos, o BE destaca-se como tendo a maior fatia relativa de eleitorado com características pós-materialistas, ou seja, jovem, educado e urbano, que trabalha na administração pública, com rendimentos típicos de classe média. Um pomenor interessante é que mais de 70% diz-se apenas simpatizante e não militante do partido. Surpreendentemente, o BE não apresenta um programa pós-materialista. O CDS-PP suplanta-o em termos de características libertárias. O PEV revela-se o mais libertário de todos, advogando o “governo pelo povo”. Nos estatutos, o PCP destaca-se como o mais paradoxal, com um “conservadorismo da revolução”. O PSD e o PS convidam mais à participação política (eleição directa do líder do partido). No entanto, em geral, a influência dos militantes nas listas, dentro do partido, é difícil (CDS e PCP são os mais *top-down* e PSD, o mais descentralizado). As análises de Belchior permitem afirmar que, no sistema partidário português, há maior congruência entre o eleitorado e um partido da esquerda tradicional, em oposição a um da nova esquerda, que se teorizava. Em Portugal, ser de um partido ecologista ou de nova esquerda, com um eleitorado pós-materialista não se traduz necessariamente num aprofundamento democrático. Belchior conclui que a hipótese da teoria da modernização cultural não se verifica no caso português. Todavia, esta última conclusão pode ser um pouco precipitada. As conclusões foram baseadas em análises qualitativas, pelo estudo dos programas e dos estatutos. Existe sempre uma diferença entre os que os partidos dizem e o que fazem na prática. Ao mesmo tempo, não parecem haver verdadeiras alternativas pós-materialistas neste cenário. O BE é um partido com muitos dissidentes do PCP e o PEV partilha com este o seu grupo parlamentar, pelo que está muito dependente. As principais opções para o eleitorado pós-materialista português são, portanto, dois partidos que emanam de alguma forma do PCP. Dizer que são alternativas verdadeiras a novos fenómenos e novas formas de fazer política seria algo redutor. Para mais, o facto de não haver ainda partidos de cariz pós-materialista não significa que o eleitorado não esteja a sofrer essa transformação e não queira tais partidos. Apenas significa que esses ainda não foram criados. Mais recentemente, por ocasião das eleições europeias, surgiram o

Movimento 3D e o Partido Livre. Esses parecem ter mais potencial dentro da teoria da modernização cultural, mas mais estudo na matéria seria aconselhável.

III. Os eleitores portugueses

A percepção que se tem na vida quotidiana é de descontentamento geral com o desempenho da classe política, mas o Parlamento português passa, agora, mais leis que alguma vez passou e abriu-se ao público mais que alguma vez antes registada. Continua, apesar disso, a usufruir de menos recursos que o nível europeu. Resta saber se a incongruência vem de uma opinião pública portuguesa mal informada ou com o cepticismo e exigência crescentes típicos das sociedades advogadas por Dalton.

Uma quebra no apoio específico parece traduzir uma insatisfação conjuntural. Uma quebra no apoio difuso⁷⁷ significa problemas estruturais ou uma alteração nos valores fundamentais na sociedade. *“Mudança e variações nos valores e tradições dominantes ou nos padrões de interacção e socialização política reflectir-se-ão inevitavelmente no grau de apoio difuso concedido às instituições democráticas. Assim, para autores como Putnam, as democracias ocidentais atravessam hoje uma fase de diminuição de confiança nas instituições e nos agentes políticos, atribuível, em parte, à erosão dos laços familiares e comunitários, ao papel dos meios de comunicação social (especialmente da televisão) na ocupação dos tempos livres e na socialização política e à crescente mobilidade social.”*⁷⁸ Já para Inglehart, o desenvolvimento

⁷⁷

Apoio específico é o grau de satisfação com o desempenho das instituições políticas e apoio difuso é o valor intrínseco que lhe é atribuído pelos cidadãos.

⁷⁸

económico e a expansão do ensino das últimas décadas terão contribuído para uma mutação nos valores sociais no sentido daquilo que designou por 'pós-materialismo', implicando um crescente questionamento das tradicionais fontes de autoridade, entre as quais as próprias instituições governativas.” (Freire, 2002, pág. 136). Outras razões apontadas para oscilações/quebras no apoio difuso são o carácter recente da democracia, ou a adesão dos cidadãos em função d’*”a forma como distribuem poder, facilitam a responsabilização política e a introdução de interesses e exigências no sistema político.”* (Freire, 2002, pág. 136). Com dados do painel Expresso-Euroexpansão, entre 1986 e 2000, o autor dá conta de uma opinião sobre a AR *“globalmente positiva, embora sem entusiasmos”*. A possível causa será o facto de ser um órgão colectivo e não personalizado, o que dificulta a criação de laços afectivos e a atribuição clara de responsabilidades. Outras apontadas serão o distanciamento dos cidadãos, a pouca visibilidade da AR e a pouca autonomia percebida face ao governo. Nos dados, a popularidade da AR, apesar de menos sujeita a flutuações, parece acompanhar a do governo. Em 1993, procedeu-se a uma reforma parlamentar com o intuito de aproximar a AR dos eleitores. No entanto, esta parece não ter tido um impacto significativo no apoio dado à instituição, uma vez que medidas concretas de apoio à AR foram poucas. Freire, num outro estudo⁷⁹, conclui que *“a confiança na AR aumenta consoante a idade, a escolaridade, a religiosidade, a classe social e entre os indivíduos que indicam uma preferência pelos partidos do centro.”* (Freire, 2002, pág. 144).

Com a ajuda de dados do Eurobarómetro (1997, 1999, 2000), Freire (2002) extrai o saldo de confiança no parlamento, ou seja, a diferença entre os entrevistados que “tendem a confiar” na AR e os que “tendem a não confiar”. Regista-se uma grande volatilidade ao longo dos países nos 3 anos estudados. Em Portugal, o saldo de 4%, em 1997, evoluiu para -10%, em 2000. A

79

Freire, André (2001). “Religião e política em Portugal, na Irlanda e na Noruega”, in José Machado Pais Manuel Villaverde Cabral e Jorge Vala, *Religião e Bioética. Atitudes sociais dos Portugueses 2*, Lisboa, ICS

confiança parece depender da conjuntura. Isto é conjugado com o posicionamento no espectro político, o interesse na política, variáveis socioeconómicas, macroeconómicas e político-institucionais numa regressão. Daqui, tiraram-se cinco principais conclusões. A primeira é que os indivíduos mais interessados em temas políticos depositam menor confiança no Parlamento: *“em Portugal, o apoio difuso à instituição parlamentar depende muito menos de posicionamentos político-ideológicos duradouros do que da percepção de benefícios políticos conjunturais.”* (Freire, 2002, pág. 152). Depois, em Portugal, a variável que mais explica a confiança é a intenção de votar ou não no partido no poder, o que dá uma percepção de benefício neste último caso. Em terceiro, o grupo das variáveis macro tem maior peso. As diferenças entre países são mais marcadas do que intra-países e o desemprego tem impacto na confiança no parlamento. O grau de desproporcionalidade no sistema eleitoral também parece influenciar negativamente. A descentralização tem um papel positivo pequeno, mas efectivo. Em quarto lugar, *“Os resultados permitem-nos concluir que a personalização das candidaturas e do voto proporcionada pelo sistema eleitoral é, a par com a performance económica de cada país (medida pela taxa de desemprego), a variável mais importante para explicar os níveis de confiança no parlamento.”* (Freire, 2002, pág. 153). A sua relação é negativa. Por último, os portugueses parecem confundir confiança no parlamento com confiança no sistema político ou desempenho do governo.

O autor tem um outro ensaio, *Issue Voting in Portugal: The 2002 Legislative Elections* (2004), o qual elucida sobre o comportamento dos eleitores portugueses, através da análise da importância relativa de certos temas comparada com outros elementos do comportamento eleitoral. Nessas legislativas de 2002, ganhou o PSD com 40.2% dos votos. Seguindo-o, o PS (37.8%), o CDS/PP (8.7%), a CDU (6.9%) e, por último, o BE (2.7%). A campanha foi marcada por uma pobre partilha de ideias (de todos), reservando-se a um apelo aos votos. Os temas mais frequentes na campanha foram o futebol, a mercado laboral, a economia e as finanças do Estado. Outros assuntos mais residuais foram imigração, a liberalização do aborto e a protecção

ambiental. Artigos anteriores do mesmo autor concluíram que o padrão de voto não tem uma influência significativa da posição dos partidos face a assuntos ditos fracturantes, nem do posicionamento esquerda/direita dos eleitores. Os mesmos também registaram uma tradição fraca de militância entre os cidadãos portugueses. “*Portugal é um estudo de caso crucial para o comportamento eleitoral: dada a militância muito pouco apoiada em vínculos sociais, espera-se que o seu impacto de determinantes de curto-prazo, tal como os assuntos ou os candidatos, sejam consideráveis.*”⁸⁰ (Freire, 2004, pág. 782). Os eleitores parecem tomar a sua decisão de voto, baseando-se na aproximação da ideologia dos partidos ao seu posicionamento no espectro político, no programa dos partidos e na hierarquização que fazem dos assuntos que lhe interessam. Estes assuntos podem ser considerados consensuais (quando toda a gente concorda serem importantes, mas apenas discordam da ordem com que devem ser tratados) e os fracturantes (assuntos que, pela posição que se toma, definem a nossa ideologia). Além destas apreciações, os eleitores também avaliam a performance passada destes partidos. Dados vários assuntos, a análise faz-se mediante duas dicotomias: o egocentrismo vs. sociotropismo e retrospectiva vs. prospectiva. Na regressão linear, os assuntos económicos parecem ter maior peso, seguidos da segurança social. Na regressão bivariada, a relação entre a hierarquização dos assuntos e o voto não mostra-se não linear. Na análise multivariada, as variáveis mais influentes são a avaliação dos candidatos e, depois, o posicionamento político do próprio eleitor. As avaliações retrospectivas quanto ao desempenho na economia vêm em terceiro lugar. Os assuntos fracturantes têm mais impacto nas pontas do espectro político, o que, segundo Freire, podem denotar um menor impacto da ideologia na política portuguesa. Os partidos *catch-all* (PS e PSD) são os que denotam menos fidelidade militante e o PCP está no outro extremo. Este ensaio transmite que assuntos fracturantes não têm impacto significativo no voto, no entanto o autor

80

Tradução livre de “*Portugal is a crucial test case for issue voting: due to the very weak social anchoring of partisanship, it is expected that the impact of short-term effects on the vote, such as issues and candidates, is*

adverte para o modelo de voto poder precisar de mais especificação relativamente a políticas controversas. Segundo, os partidos não foram claros nas suas propostas programáticas e essa lacuna pesa mais do que a educação ou sofisticação política do eleitor. No acto do voto, as variáveis com mais peso são, por ordem, a apreciação dos candidatos, o posicionamento político do eleitor e, em geral, a economia. As ligações ideológicas e sociais do eleitorado com os partidos mostram-se muito ténues.

IV. Confiança no Parlamento

A confiança dos cidadãos nas suas instituições é uma peça tão importante na política de um país quanto fugidia. É algo extremamente subjectivo, que se alicerça em crenças e condições pessoais, mais do que em desempenho propriamente dito e muito difícil de se quantificar. No caso das instituições legislativas, esta dificuldade também se aplica. As recolhas de opinião pública que abordam esta problemática costumam questionar ao cidadão qual o seu nível de confiança face ao seu parlamento, dentro de uma escala com mais ou menos segmentos, no entanto esta será sempre uma classificação abstracta. Como se classifica a confiança? Alguns académicos tentaram criar metodologias que ofereçam mais informação e que possibilitem saber mais sobre o que contribui para estas percepções dos eleitores. Thomas van der Meer foi um deles, tendo ido um pouco mais longe, ao analisar a confiança subjacente na relação cidadão-Parlamento, confrontando a percepção do sujeito (o cidadão/ eleitor) com a do objecto (o Parlamento)⁸¹, numa perspectiva mais holística. *“Confiança no sistema político é crucial para garantir a legitimidade do sistema: a confiança política funciona como a cola que mantém o*

81

Os dados são tirados do *European Social Study*.

sistema unido e como o óleo que lubrifica a máquina política.”⁸² (van der Meer, 2010, pág. 518).

Em acréscimo, a análise foi efectuada a três níveis: o do indivíduo (nível 1), as tendências dentro de um país ao longo do tempo (nível 2) e o país comparado com outros (nível 3). Para atestar estas relações todas, gera regressões multivariadas e testa várias hipóteses. Segundo ele, este nível de confiança pode revestir-se de quatro dimensões: a competência, o cuidado intrínseco, a responsabilidade⁸³ e a fiabilidade. Explicando cada uma delas, em primeiro lugar, a competência implica a crença do sujeito de que o objecto tem capacidade para desempenhar a tarefa que lhe é atribuída ou defender os interesses do sujeito (o output da política é bem-sucedido a nível social, económico e político. Segundo, o compromisso intrínseco (ou o cuidado com...) implica a crença do sujeito de que o objecto irá agir segundo os interesses do primeiro por duas razões: ou existe preocupação mútua e partilha de objectivos (*care*), ou o sujeito tem alguma forma de sancionar o objecto, mesmo que seja só por retirada de confiança. Em terceiro lugar, a responsabilidade ilustra a possibilidade de o objecto pode ser coagido a prestar satisfações ou justificar as suas acções ao sujeito, que acaba por ter no seu próprio interesse a defesa dos interesses do sujeito. Traduz, em última análise, a capacidade dos eleitores de tirar do poder figuras que não estão a ter um bom desempenho. Em quarto lugar, a previsibilidade/fiabilidade relaciona-se com a consistência e estabilidade passada do comportamento do objecto, em que o sistema mostra-se bem estabelecido e os mandatos são levados até ao fim.

O modelo de regressão mostra que as diferenças em confiança provêm mais do nível 1 (84%), *“Diferenças [de confiança no parlamento] entre cidadãos importam mais do que aquelas entre*

82

Tradução livre de *“Trust in the political system is crucial to warrant the legitimacy of the system: political trust functions as the glue that keeps the system together and as the oil that lubricates the policy machine.”*

83

Usa-se a palavra “responsabilidade” à falta de melhor termo para descrever o que em inglês se chama de *accountability*.

anos e países.”⁸⁴ (van der Meer, 2010, pág. 525). A seguir, vêm 15% de diferenças de nível 3 e apenas 2% explicadas ao nível 2⁸⁵. Dentro das suas principais descobertas, as diferenças de nível 3, inter-países, mostram que a confiança política tende a ser mais elevada nos países escandinavos e Holanda e muito baixa nos países da Europa Central e de Leste. Estas diferenças são marcadas pela corrupção, isto é, a confiança mostra tendência a diminuir com a percepção de corrupção generalizada; pelo sistema eleitoral, onde sistemas proporcionais tomam a dianteira ao inspirarem mais confiança que os maioritários, bem como o regime anterior, em que países que tiveram regimes autoritários ou totalitários⁸⁶ tendem a resistir a confiar nas suas instituições. A corrupção detém um papel central neste assunto. Podemos dizer que é a antítese da confiança para as instituições públicas. É possível estabelecer aspectos negativos simétricos aos enunciados anteriormente como dimensões da confiança. A corrupção generalizada prejudica a eficácia e a eficiência da actividade parlamentar (o contrário da competência). Ser-se corrupto implica a ausência de escrúpulos, mostrando falta de cuidado para com os eleitores, pelo que não merecerá confiança a longo-prazo (simétrico à relação de preocupação e cuidado com os eleitores). A corrupção alastra-se pela falta de meios de os eleitores sancionarem os seus deputados (motivada falta de responsabilidade - *accountability*). Por fim, as sociedades corruptas não são fiáveis, pois os resultados das políticas não são previsíveis (que é o contrário do desejado no que respeita ao

84

Tradução livre de “*Differences between citizens matter more than those between years and countries.*”

85

No entanto, o autor explica que seria aconselhável a utilização de mais anos, caso estivessem disponíveis. A evolução deste tipo de tendências estende-se por gerações e só será visível com um intervalo de tempo de algumas décadas.

86

No seu estudo, van der Meer dá especial atenção aos regimes ex-comunistas. As análises à confiança no parlamento, dada uma herança de regime autoritário/totalitário são baseadas maioritariamente em contextos deste tipo.

aspecto da previsibilidade). Outra conclusão interessante prende-se com a fragmentação do parlamento. A hipótese testada não se confirma, pelo que denota que uma assembleia que tenha dificuldades em chegar a consensos, que seja quebrada por divisões partidárias não é sinónimo de pior desempenho das suas funções, segundo a percepção dos eleitores. Surpreendentemente, o desenvolvimento económico do país parece não ter influência significativa sobre a confiança no parlamento. Apenas a situação económica pessoal parece poder afectá-la ligeiramente. Van der Meer testou também o crescimento económico, uma evolução da economia numa perspectiva mais puramente quantitativa (em oposição ao desenvolvimento económico) e descobriu que, da mesma forma, o crescimento geral não tem impacto significativo sobre a confiança, mas que existe um efeito ao nível individual que, estranhamente, é de maior rendimento no lar contribuir para menos confiança no parlamento. No nível 2, a evolução da confiança parece manter-se estável dentro dos países, quando analisada ao longo do tempo. Portugal teve uma média de 22.4% entre 2002 e 2006⁸⁷, o que é considerado um valor relativamente baixo. Em comparação, a Dinamarca tem uma média de 64.3% das três vagas e a Polónia, no limite inferior, tem 10%. No modelo referente ao nível 1, van der Meer encontrou que, entre os mais educados dentro do mesmo país, o grau de confiança prende-se mais com o desempenho propriamente dito da instituição do que de um sentimento subjectivo, misturado com crenças pessoais; *“Isto implica que os mais educados são afectados por critérios externos e objectivos de desempenho, compromisso e fiabilidade mais do que os menos educados.”*⁸⁸ (van der Meer, 2010, pág. 531). De todas as conclusões, a mais interessante será a constatação de que, para os eleitores, parece

87

Percentagem de entrevistados que atribuíram entre 6 e 10 numa pontuação de 0 (nenhuma confiança) a 10 (toda a confiança) no seu parlamento.

88

Tradução livre de *“This implies that the higher educated are affected by objective, external criteria of performance, commitment, and reliability more than the lower educated.”*

mostrar-se mais importante a emoção que a mestria, ou seja, “*Os desenhos institucionais que enfatizam o cuidado e a integridade parecem ser mais benéficos do que os que enfatizam a competência e o desempenho.*”⁸⁹ (van de Meer, 2010, pág. 518); e ainda “*relações de cuidado/afecto podem ser mais importantes para a confiança no parlamento do que a responsabilidade*”⁹⁰ (van der Meer, 2010, pág. 530/1). No caso de Portugal, Leston-Bandeira resume muito bem o estado em que se encontram as relações cidadãos-parlamento: “*Um período de 155 anos de experiência de mandatos corruptos deixou, não só um sentido de desconfiança nos representantes, mas também negou a oportunidade de nutrir uma cultura mais cívica de envolvimento público na política parlamentar.*”⁹¹ (Leston-Bandeira, 2012b, pág. 386). Além disso, as instituições que, por altura da transição se preocupavam com representatividade e legitimidade, passam a ter que responder às crescentes exigências da opinião pública em serem mais eficazes e estáveis.

Noutro artigo de 2012, Leston-Bandeira dá conta das tentativas dos parlamentos pelo mundo para se aproximarem dos seus eleitorados. Foca a relação cidadão-parlamento na perspectiva da representação simbólica. As impressões iniciais são: “*que o público não valoriza o parlamento. Mas os mesmos estudos também mostram que os parlamentos nunca foram tão activos no desenvolvimento de ligações com os cidadãos, nem tão transparentes ou acessíveis. Na verdade, é nos casos em que a confiança no parlamento se mostra mais baixa que há mais actividade,*

89

Tradução livre de “*Institutional designs that emphasize care and integrity appear to be more beneficial than ones that emphasize competence and performance.*”

90

Tradução livre de “*care relationships may be more important to trust in parliament than accountability*”.

91

Tradução livre de “*A period of 155 years’ experience of ill-formed representative mandates left not only a general sense of distrust of representatives, but it also denied the opportunity to nurture a more civic-like culture of public engagement with parliamentary politics.*”

transparência e acessibilidade, tal como acontece nas legislaturas britânica e alemã.”⁹² (Leston-Bandeira, 2012a, pág. 514). Existem três níveis de relacionamento público-AR a considerar: o do deputado; o do partido (grupo parlamentar) e a legislatura como um todo. Os estudos de caso mostram que o enquadramento histórico e cultural são determinantes para a escolha dos candidatos e as expectativas em relação aos mesmos. Leston-Bandeira apresenta a variedade presente nos parlamentos dos casos estudados, deixando os mecanismos formais para segundo plano. Foca-se nas actividades que estão no centro das relações entre os cidadãos e os parlamentos em concreto, bem como no seu significado. Observa-se uma abertura progressiva destas instituições⁹³ por todo o mundo, independentemente do tipo de relação entre o parlamento e o cidadão. Além da abertura, também a transparência tem obtido maior relevância e as novas tecnologias têm proporcionado novas plataformas de comunicação⁹⁴. A comunicação institucional foca-se em dar mais visibilidade à legislatura. Ajuda a informar o público sobre a AR e aproximar as duas partes sem, todavia, dar um cunho político muito óbvio para que seja uma visão imparcial. Mais acessíveis, transparentes e visíveis, os parlamentos do novo milénio tornaram-se instituições verdadeiramente públicas. No entanto, ainda existe uma diferença muito grande entre os países de alto rendimento e os de baixo e, em países que saíram há relativamente pouco tempo de regimes autoritários, estes esforços não se têm traduzido numa relação efectiva. Apesar de se usar os novos média de forma relativamente eficiente para se informar o público, regista-se uma

92

Tradução livre de “(...) *that the public does not value parliament. And yet the same studies also show that parliaments have never been so active in developing linkages with citizens, or as transparent and accessible. In fact it is those cases where confidence in parliament is at its lowest that there is the most activity, transparency and accessibility, such as the British or the German legislatures.*”

93

Para dar um exemplo, na Alemanha, há visitas ao Búndestag com viagem e despesas cobertas.

94

O Parlamento português publica o Diário da República *online* e já 71% dos deputados do Búndestag usam o Facebook e o Twitter para estabelecer contacto com os eleitores, por exemplo.

conexão meramente unilateral, melhor mas ainda irregular. Trata-se mais de informação do que verdadeira comunicação.

Igualmente, os instrumentos como as petições e a iniciativa legislativa por parte de cidadãos têm aumentado (no Reino Unido, o sistema de petições tradicionais tem perdido força, mas tem sido compensado pelo sistema *e-petition* e pela introdução destes instrumentos nos parlamentos regionais escocês e galês). A Alemanha apresenta o caso mais complexo, tendo incluída a petição na sua Constituição como um direito (ver se nós também) e tendo criado um comité propositadamente para lidar com este assunto. Mais recentemente, desenvolveu-se um sistema de petições *online* que permite recolher assinaturas e gerir fóruns de discussão. Em Portugal, existem petições *online*, mas que permitem só o seu registo, não estando ainda equipadas para a sua discussão. Leston-Bandeira encontra um reforço no envolvimento dos eleitores, ligado com a disponibilização destas ferramentas (Portugal e Alemanha mostram). No Reino Unido, pelo contrário, as petições têm pouca visibilidade e nenhum comité a analisá-las. As análises aos parlamentos mostram que a percepção da justiça do processo parece importar mais do que o próprio resultado, que o interesse nas petições parece mover-se num sentido crescente e que, dada a adequada visibilidade e facilidade, os cidadãos usam efectivamente esta ferramenta. “As petições são a ferramenta parlamentar dirigida ao cidadão que está mais estabelecida. (...) este volume [cujo documento presente serve de introdução que abre o periódico *The Journal of Legislative Studies*] mostra que as iniciativas legislativas tornaram-se progressivamente populares - mas um fenómeno mais contemporâneo.”⁹⁵ (Leston-Bandeira, 2012a, pág. 519). No entanto, tem sido mais bem usada na América Latina, persistindo ainda o uso destes mecanismos apenas por partidos e/ou grupos de interesse em vez de por cidadãos em alguns países, como é o caso da Itália ou a Hungria, onde, além disto, também os referendos são dominados por grupos

95

Tradução livre de “*Petitions are the most well-established parliamentary citizen-based tool. (...) this volume shows that citizens’ legislative initiatives have also become increasingly popular - and more of a contemporary phenomenon.*”.

políticos. Outro aspecto presente é que as ligações com os eleitores são habitualmente feitas *top-down*, mas que os deputados têm usado as novas ferramentas tecnológicas (site, Facebook e Twitter são alguns dos exemplos mais conhecidos). A internet permite desenvolver uma relação mais pessoal e próxima com os eleitores. Estas alterações têm proporcionado algumas melhorias, mas, ao contrário do que pensavam os mais optimistas, não se deu uma revolução na comunicação. Mesmo com esta aproximação relativa, os níveis de confiança no parlamento permanecem nos mais baixos de sempre e são mais evidentes para com este do que com outras instituições políticas. Neste campo, existem alguns estudos que mostram uma situação complexa. A tendência decrescente não parece ser tão acentuada quanto se pensa. Falando no geral, a confiança diminui na Europa, mas aumenta em África e na América Latina. No Reino Unido, Holanda e Finlândia, a baixa da confiança vem associada a escândalos políticos. Mesmo assim, os estudos mostram que o nível de confiança continua a ser relativamente mais alto do que noutras instituições e que é importante separar entre confiança no parlamento, nos deputados em geral e nos deputados em particular. Quando existe uma relação mais próxima, o público tende a apreciar melhor o seu deputado (do seu distrito). Segundo Norris (1999), “à medida que os cidadãos se tornam mais informados, também mais educados, mas tornam-se também mais cépticos e capazes de criticar”⁹⁶ (Leston-Bandeira, 2012a, pág. 521). Ilonszki e Papp (2012) concluem que a relação entre confiança e abertura é concêntrica, o que significa que apenas abrir o parlamento não será suficiente. Dalton et al. (2003) denuncia que estes novos instrumentos podem ser uma nova forma de acentuar desigualdades, uma vez que a capacidade necessária para fazer uma petição é maior do que para votar. Outros ainda falam do facto de a apreciação dada ao parlamento ser frequentemente a dada ao sistema político, no geral, e não ao seu desempenho, em específico. Muitas vezes, a avaliação do parlamento reflecte o nível de corrupção ou desemprego,

⁹⁶

Tradução livre de “*as citizens become more informed, but also better educated, they also become more skeptical and able to criticize*”.

a percepção subjectiva do eleitor do desempenho económico ou do governo. Nas sociedades pós-industrializadas, há uma rede mais complexa de interesses muito variados, tornando muito difícil a tarefa do parlamento de agradar a todos, pelo que vão tentando ganhar terreno com estas iniciativas (mais acessibilidade, visibilidade e transparência). Pitkin (1967) é citado com o seguinte: “O conceito de representação é, pois, uma constante tensão entre cada conquista e o ideal. Deve apresentar um desafio contínuo, mas não sem esperança: o de construir instituições e de treinar indivíduos de tal forma que eles se envolvam na realização do interesse público; e que, ao mesmo tempo, permaneçam críticos dessas instituições e desse treino. Para que, assim, consigam estar sempre abertos para melhor interpretação e mais reforma.”⁹⁷ (Leston-Bandeira, 2012a, pág. 522). Leston-Bandeira acrescenta ainda que “está na natureza da instituição parlamentar permanecer focada nas críticas.”⁹⁸ (Leston-Bandeira, 2012a, pág. 522). Leston-Bandeira recorre a Pitkin (1967) para uma classificação da representação dividida em 4 dimensões: a formal, que trata da autoridade que se dá ou que se tem; a descritiva, ou seja, grau de proximidade entre as características dos representantes e representados; a simbólica, em que grau os representantes descrevem os representados mas a nível de símbolos e a substantiva, no sentido de “acção tomada em nome de...”, trata a representação de interesses particulares. Os estudos parlamentares têm-se focado mais na forma substantiva (*trustee vs. delegate systems*) e na descritiva (feminismo). A representação formal é contemplada sempre que se discutem procedimentos. A perspectiva simbólica é, muitas vezes, ignorada. As duas últimas são as que

97

Tradução livre de “*The concept of representation thus is a continuing tension between ideal and achievement. Should present a continuing but not hopeless challenge: to construct institutions and train individuals in such a way that they engage in the pursuit of the public interest, the genuine representation of the public; and, at the same time, to remain critical of those institutions and that training. So that they are always open to further interpretation and reform.*”

98

Tradução livre de “*it is in the nature of a parliamentary institution to be the focus of criticism.*”

mais mudaram com os desenvolvimentos recentes. A representação simbólica apoia-se em aspectos muito subjectivos, “*apoia-se no emocional, afectivo e nas respostas psicológicas irracionais mais do que em critérios justificados racionalmente. (...) Não importa o desempenho do parlamento, o que importa é se os cidadãos identificam os símbolos parlamentares de representação e os significados afectivos que lhes atribuem. (...) a representação não se reduz à responsabilidade (accountability); é também feita de ligações irracionais (...) a expansão das ferramentas da democracia representativa, tais como petições também mostram que a representação não pode ser percebida meramente da perspectiva dos representantes a agir em prol dos interesses dos representados; esses mesmos representados podem agora apresentar pessoalmente os seus interesses ao parlamento. (...) o cidadão da sociedade industrializada compreende uma multitude de interesses tão especializada, volátil e complexa que não é possível ser eficaz na representação de todos os cidadãos, a todo o momento, na instituição parlamentar.*”⁹⁹ (Leston-Bandeira, 2012a, pág. 524). Alguns autores falam de representação como a partilha de uma identidade comum em vez de a mera representação de interesses.

A investigação de Leston-Bandeira (2012b) dá como via preferida de participação, em Portugal, a petição, que existe nos vários documentos constitucionais desde o primeiro em 1822. No entanto, as provisões legais para efectuar uma petição de jure só foram definidas em 1990. A AR portuguesa é um bom exemplo para analisar como um parlamento pode desenvolver ligações com os cidadãos num sistema partidário forte, algo comum nas democracias ocidentais. Os partidos ainda são o principal intermediário na relação dos cidadãos com a AR, mas começam a

99

Tradução livre de “*rest on emotional, affective, irrational psychological responses rather than on rationally justifiable criteria.(...) it does not matter how parliament is performing, what matters is whether citizens identify parliamentary symbols of representation and the affective meanings they give to these. (...) representation is not just about accountability; it is also about irrational connections (...) the expansion of advocacy democracy tools such as petitions also demonstrates that parliamentary representation cannot be perceived merely from the perspective of representatives acting for the interests of represented; those same represented can now also present their own interests directly to parliament. (...) the citizen of the advanced industrial society encompasses such a specialised, volatile and complex multitude of interests that it is effectively not possible for all citizens to be represented at all times within a parliamentary institution.*”

estabelecer-se caminhos alternativos. Leston-Bandeira explora a relação parlamento-cidadão em Portugal, que parece ter-se aprofundado na primeira década do século XXI, apesar do grande peso dos partidos e da pouca relevância que toma a relação com os círculos eleitorais. Esta aproximação foi feita, mais em concreto, com a ajuda de iniciativas públicas e dos novos média.

O legado histórico tem grande impacto nestas relações actuais, tanto numa perspectiva institucional, como cultural, assentando em mais de 100 anos de grande desconfiança em relação aos políticos (monarquia constitucional, 1ª República e Estado Novo), rematada por uma revolução convulsa. O caciquismo¹⁰⁰ (nos dois primeiros períodos descritos) foi uma herança que ficou bastante enraizada no contexto português e pode pôr em causa a respeitabilidade das instituições. Por outro lado, o Estado Novo promoveu um afastamento da política, para fugir à corrupção e instabilidade do tempo anterior. Neste cenário, a representação não teve oportunidade de se institucionalizar e ganhar peso. Por isso, aquando da revolução e criação da nova Constituição democrática, o regime procurou adquirir mais legitimidade e evitar os males do passado. Havia dois caminhos alternativos entre militares com democracia directa e partidos civis com democracia representativa. A maioria silenciosa escolheu os segundos. Só agora o país tem sistemas de controlo que permitam responsabilizar a classe política. Mesmo assim, restou um sentimento de profunda desconfiança pelos representantes nacionais e locais. No presente, quando os cidadãos querem contestar alguma coisa, dirigem-se habitualmente ao partido ou ao seu grupo parlamentar respectivo. Podem mesmo às autoridades locais, mais do que a um determinado deputado designado como seu representante. Os níveis de confiança no parlamento são relativamente baixos, mas parecem estar muito relacionados com um desconhecimento da instituição ou com a popularidade do governo, no entanto a autora também fala de uma noção largamente aceite de que a democracia portuguesa está frequentemente em apuros. Por isso, desde

100

Leston-Bandeira define caciquismo como uma actividade levada a cabo pelos representantes, em que prometem favores a uma dada localidade em troca de votos.

os anos 1990, a AR levou a cabo várias reformas que permitiram uma maior proximidade dos cidadãos. Como resultado, hoje a AR tem muita informação disponível *online*, promove actividades em que os cidadãos podem se envolver e facilitou o acesso directo aos deputados. Leston-Bandeira explica que estas modificações tiveram três vias diferentes: a promoção da actividade do parlamento a um nível individual, o desenvolvimento de canais de comunicação directos e a promoção do envolvimento dos cidadãos no processo parlamentar. Em primeiro lugar, fizeram uma revisão intensa do regulamento, introduzindo dias específicos dedicados aos distritos eleitorais, dando possibilidade aos deputados de propor leis sem terem de passar pelo líder parlamentar, disponibilizando informação sobre os deputados no *site* da AR e proporcionando mais condições para trabalharem (condições básicas são um gabinete, um assistente, um *email* institucional e uma página na internet), para dar alguns exemplos. A autora adverte que o aumento de condições dadas aos deputados não foi muito popular, pois pareceu ao público e à comunicação social mais um aumento desnecessário de recursos. *“Uma maior individualização do trabalho dos deputados pode levar a um maior envolvimento com o público, já que o trabalho parlamentar se torna menos anónimo e os problemas individuais podem adquirir maior visibilidade. (...) há sinais de um desenvolvimento tímido de uma representação mais do tipo trustee com maior visibilidade dos MPs individuais e representação mais local.”*¹⁰¹ (Leston-Bandeira, 2012b, pág. 390). Em segundo lugar, a AR passou a receber visitas e aumentou a sua presença *online* (melhorias no site, mais informação, publicação do Diário da República *online*). Criou-se também o Parlamento Jovem e começaram a organizar-se eventos e exposições regulares no edifício. Por fim, em terceiro lugar, começaram também a fazer fóruns de debate para novas leis, mas a participação tem sido muito baixa. Igualmente, o direito das petições foi

101

Tradução livre de “A higher individualisation of deputies’ work can lead to better engagement with the public, as parliamentary work becomes less anonymous and individual issues can acquire greater visibility. (...) there are signs of a fledging development of a more trustee type of representation with higher visibility of individual MPs and a more locally based representation.”

melhorado. No entanto, há críticas de que o processo não leva a grandes consequências. As petições são geralmente apresentadas por escrito, mas, desde 2003, também se pode submetê-las electronicamente. Elas são avaliadas por uma comissão permanente adequada ou uma criada apenas para esse propósito. Petições com 1000 assinaturas garantem uma audiência com a comissão em questão. Se tiver 4000, tem direito a ser discutida na sessão plenária. Desde que começou funções, as petições entregues à AR têm aumentado, com maior incidência na última década (de média de 5.52 ao mês no mandato de 1976-1980 para 11.88 no de 2011-2012). Houve dois picos de submissões coincidentes com as maiorias absolutas, períodos típicos de maior escrutínio. Antes dos anos 90, as petições eram quase sempre submetidas por sindicatos ou outros grupos análogos, enquanto, no presente, já têm origem mais em indivíduos (de 37% individuais no mandato 1976-80 para 76% no de 2005-09). A principal crítica às petições é que levam muito tempo a atingir algum resultado concreto. Por lei, devem ser consideradas num espaço de 60 dias, mas isso quase nunca acontece na prática, podendo até demorar anos a chegar a alguma conclusão. Desde 1993, a AR tem um outro instrumento para ajudar a agilizar as petições, chamado de Diligência Conciliadora, em que deputados se reúnem com o cidadão que interpôs a petição e a entidade de que se queixa, numa tentativa de resolver o problema mais rapidamente com acesso e negociação directos entre as partes.

A propósito das petições, *Do Legislative Petitions Systems Enhance the Relationship between Parliament and Citizen?* (2012), da autoria de Richard Hough, é um artigo actual dos efeitos que a petição pode ter no estímulo à participação política. Leston-Bandeira também cita profusamente o autor e vice-versa. As petições, apesar de serem um instrumento muito comum e antigo nos parlamentos, continuam a ser vistas como bastante ineficientes. Por essa razão, os sistemas de petições têm sido revistos por várias legislaturas, num contexto de afastamento do público da vida política. Este artigo analisa os sistemas de petições na Austrália, no Canadá, na Alemanha, na Escócia, Gales e Reino Unido, numa tentativa de perceber qual a sua real

contribuição para a relação do parlamento com os cidadãos. É habitual a percepção de que as petições são “buracos negros” legislativos, pelo que as opiniões se dividem. Segundo o autor, as petições proporcionam três grandes vantagens: permitem uma outra ligação entre cidadãos e parlamento, mais informação e mais escrutínio e dão ao cidadão influência na alteração de legislação. Os sistemas de petições variam muito de país para país, uns mais simples, outros mais complexos. O autor apresenta os critérios que pensa serem importantes para avaliar um processo de petições. São eles: se a legislatura tem ou não uma comissão dedicada às petições, se o acompanhamento é feito pelos deputados, se é permitida a submissão apenas por representantes ou se todos o podem fazer, se há possibilidade de fazer petições *online* ou não, quando tempo costuma demorar todo o processo, se o mesmo é justo e equilibrado, se tem um número mínimo de assinaturas estipulado e se tem prazo para a obtenção de uma resposta ou não. O crescimento do *e-petitioning*, petições realizadas através da internet, é um sinal para optimismo. Facilitam em muito o processo, reduzem os seus custos e burocracia. A Alemanha é um dos países onde esta ferramenta está já a funcionar e se prova bastante eficaz e o Reino Unido, em 2011, criou o primeiro *site* para o efeito. Todavia, este meio é ainda alvo de cepticismo e precisa de ser desenvolvido. Num estudo feito aos deputados no parlamento escocês, descobriu-se que muita da má imagem ou descrença em relação às petições prendia-se mais com desconhecimento do processo ou do papel das petições no sistema político. Assim que os cidadãos tinham algum contacto efectivo, a sua opinião costumava alterar-se positivamente. Em geral, o processo de petições costuma ser moroso. As expectativas são de uma acção directa e imediata, o que pode trazer algumas desilusões ao público. Mas mesmo não tendo os resultados desejados muitas das vezes, continuam a representar uma importante forma de mobilização de opinião, de recolha de simpatias e de “válvula de segurança”. Hough aprecia que interessa mais o processo do que o resultado. Ter a oportunidade para apresentar uma petição parece ser mais relevante do que o efeito que ela terá. Mesmo que o resultado não seja o desejado, as pessoas, por regra, aceitam-no se acham que foram tratadas com justiça.

V. Novas tecnologias

As novas tecnologias têm sido uma aposta dos parlamentos para tentarem se aproximar do eleitorado. Leston-Bandeira e Griffith (2012) explicam que muitos já recorreram a este meio, mas os seus resultados não são ainda muito visíveis, evidenciando a necessidade de um certo período de adaptação. Uma boa gestão, pessoal capaz e financiamento são cruciais. As redes sociais, em especial, têm-se provado muito úteis nas campanhas. São das ferramentas favoritas para tornar os parlamentos mais abertos ao público, transparentes e passíveis de serem responsabilizados. A primeira parte do artigo aborda o potencial da utilização de novas tecnologias no processo político. Os novos média permitem criar novas relações e aprofundar as já existentes. Oferecem um canal directo de comunicação e uma fonte de informação substancial. Eles dão uma maior visibilidade aos parlamentos. Existem três níveis diferentes de relações: o parlamento, como um todo; os partidos e os deputados em nome individual. O parlamento, como instituição, prova-se o mais difícil de fazer funcionar com sucesso uma relação deste género. *“Os parlamentos têm de manter uma postura imparcial e apolítica enquanto transmitem conteúdo político.”*¹⁰² (Leston-Bandeira & Griffith, 2012, pág. 398). Além do mais, os processos são sempre complexos e pesados, o que não se coaduna com a rapidez das novas tecnologias. Todos os três níveis enfrentam expectativas muito elevadas. Os autores explicam que a instituição parlamentar está habituada a ser bastante fechada ao público, dada a sua natureza de poder, de tomada de decisão, conciliação de interesses e resolução de conflitos. Estes, muitas vezes, requerem deliberação à porta fechada, mas que isso já não é suficiente para a opinião pública. A internet trouxe uma oportunidade de inverter esta tendência. Faz-se, pois, uma análise aos parlamentos pelo mundo com a ajuda dos resultados do Global Survey 2009, um relatório

102

Tradução livre de “Parliaments have to keep na impartial and apolitical posture whilst conveying political content.”.

realizado pela União Inter-parlamentar (IPU). Observa-se que, hoje em dia, os *websites* são a forma preferida de divulgar informação (97% dos parlamentos tinham o seu *site* próprio em 2009). Ao fazer isso, tornam-se também uma importante fonte de legitimação. Há ainda *sites* destinados ao trabalho das comissões especializadas (34% dos parlamentos usa *sites* para as comissões) ou para os deputados (51% dos parlamentos responderam que “alguns” dos seus deputados têm *site* próprio). Porém, a maior parte deles destina-se a passar informação para o exterior, ao invés de também procurar recolher informação ou opinião do público. Estas inovações não se têm desenvolvido da mesma forma em todo o mundo. Alguns parlamentos estão mais avançados do que outros e em níveis diferentes da relação com os cidadãos devido à falta de recursos que alguns sofrem. Os autores também mencionam que, em certos países com um sistema partidário forte, os cidadãos podem preferir contactar o grupo parlamentar em vez de um certo deputado. Dão o exemplo de uma comparação entre Portugal e o Reino Unido, onde, no primeiro, se fazem contactos mais entre cidadão e GP e, no segundo, mais directamente ao MP. A análise conclui que, apesar dos recentes desenvolvimentos, ainda muitos parlamentos falham em informar convenientemente sobre o seu trabalho que cobre os seus principais deveres constitucionais. Os que o fazem, preferem emissões de áudio e vídeo pela TV, rádio ou internet de actividades parlamentares (47% dos parlamentos, 29% planeiam fazê-lo num futuro próximo) e o envio de informação para dispositivos móveis (19% para MPs e 12% para o público). Um campo que pode ser mais explorado é o dos meios alternativos para pessoas com deficiência. Existem alguns parlamentos que afirmam já tomar essas precauções, mas ainda muitos precisam de alargar o alcance das suas comunicações. Quanto aos *emails*, que já permitem um diálogo entre partes, 41% dos parlamentos, em 2009, tinha já a maioria dos MPs a usá-los e 27% em que as comissões já o faziam. Uma questão igualmente importante nas respostas aos cidadãos é quem o deve fazer. Entre deputados, funcionários públicos, pessoal de apoio, representantes dos partidos e membros das comissões, quem está capacitado para falar em nome da instituição? Outros instrumentos usados que são interactivos, mas muito menos comuns, são as petições

electrónicas, a consulta da opinião pública em certas leis ou a sua discussão em fóruns. Estes mostram uma tendência a se generalizarem no seio dos parlamentos. Os *blogs* também são populares, especialmente entre os países de mais alto rendimento. Entre todos estes esforços para se aproximar dos cidadãos, há uma porção deles que são canalizados propositadamente para a população mais jovem, mais afastada desta realidade. Os parlamentos foram questionados sobre os 5 principais desafios que enfrentavam nesta área. Os resultados foram, em ordem decrescente: a necessidade de simplificar estes meios para os deputados usarem; a simplificação dos processos legislativos para permitir uma maior compreensão ao cidadão comum; o aumento de recursos e de pessoal; melhoria das regras e procedimentos institucionais e uma optimização da estrutura organizacional, bem como das suas práticas.

Concluindo, as novas tecnologias fizeram, até agora, um significativo e bem-sucedido caminho na comunicação dos parlamentos com o público. No entanto, ainda há muito espaço para melhorar. O relatório estudado estabelece critérios mínimos de desempenho e, segundo eles, a classificação média de qualidade da comunicação e informação a nível mundial está muito aquém do ideal normativo. Devido às grandes diferenças na disponibilidade de recursos, os mais ricos têm um grande avanço em relação aos mais pobres. Avanço esse que não se justifica, se comparado com outras dimensões avaliadas do desempenho do parlamento¹⁰³. Neste relatório, só a América Latina se aproxima da Europa. Contudo, isto pode ser motivado também por uma tímida penetração da internet nos países de baixo/médio rendimento. As diferenças institucionais e políticas também são importantes. O grau de independência que o parlamento tem em relação ao governo pesa, assim como a autonomia relativa dos deputados face ao parlamento e aos grupos parlamentares.

103

No mesmo relatório foram avaliados: a gestão e supervisão; os sistemas e documentos; serviços bibliotecários e de investigação e infraestrutura técnica.

Bridging the e-democracy gap in Portugal (2006) é um ensaio que descreve os esforços da Assembleia portuguesa para chegar aos cidadãos através do uso das novas tecnologias. O artigo analisa as práticas dos deputados portugueses relacionadas com a comunicação, quais as suas opiniões sobre o papel da internet na democracia e discute-se a designada *e-democracy gap*, o fosso na democracia electrónica, em Portugal. A hipótese proposta é que a forma como a internet tem sido usada na integração institucional não se tem traduzido numa maior participação política *de facto*. Os média são a principal fonte de opinião pública. Por isso, os políticos usam-nos amplamente. Nos últimos tempos, registou-se um afastamento do público que os autores atribuem a uma maior exigência da população perante um ideal de democracia e a respectiva divergência que acontece na prática. Neste sentido, as novas tecnologias e as possibilidades que oferecem apresentam-se como uma forma fresca de tentar aproximar os cidadãos das suas instituições, promovendo a participação política. A internet tem potencialidade para isso, providenciando um espaço que, bem usado, pode fomentar o debate sem a pressão das hierarquias. Os autores mencionam que a internet tornaria possível uma espécie de “auditoria democrática”.

Algumas dificuldades estruturais são apontadas. A centralidade dos grupos parlamentares é referida como um entrave à autonomia dos deputados em Portugal. Quando se deseja estabelecer contacto com algum deputado, quase sempre se faz através do grupo parlamentar. Adicionalmente, não existe o hábito de os deputados terem contacto próximo com o distrito por que são eleitos. O sistema português está delineado para que o deputado represente o país todo. Além disso, muitos são substituídos ao longo do mandato, conferindo alguma inconstância na representação. A AR perdeu alguma relevância na cena política durante as maiorias absolutas, tendo passado de uma posição mais forte na função legislativa para uma mais de legitimação. No entanto, desde os anos 90, empreendeu vários esforços para se tornar uma instituição mais forte e se abrir ao público. Foi nesta altura que se criou a ARTV, o canal que emite as sessões plenárias. No entanto, ironicamente, a entrada das novas tecnologias foi inspirada por uma petição por parte

dos eleitores. A petição foi submetida em 1999 por um grupo de seu nome GUIA - Grupo Português pelas Iniciativas em Acessibilidade. O GUIA constituiu-se como um movimento social (em tudo parecido com os ideais pós-materialistas) e foi capaz de mobilizar vários organismos, grupos e agentes sociais e o público em geral, através do recurso a muitas dessas mesmas vias que defendiam perante o parlamento (exemplos são fóruns online, listas de email, grupos de debate, voto online, divulgação de documentos e relatórios relacionados, conferências de imprensa e símbolos de protesto).

Na comunicação com o público, um estudo de 2001/02 descobriu que os deputados portugueses preferem o uso da televisão, em primeiro lugar, e, depois, os jornais. Somente um terço considera a internet importante. Mais de metade, 56.4%, usa *email* e cerca de 5 em cada 6 consultam-no diariamente. Quanto a páginas pessoais, apenas 5.1% tinha em 2001/02. Como ferramenta, a internet é usada, tanto para comunicação interna, como externa. No entanto, dentro da comunicação externa, o contacto com os eleitores do seu distrito é o que acontece menos (2.8 numa escala de 1 a 7, em que 1 é nenhum uso de novas tecnologias e 7 é o uso frequente das mesmas). Também só uma pequena minoria é que participa em fóruns de discussão e pouco frequentemente. O estudo revela que os deputados preferem contactar com outros agentes semelhantes, em vez de falar directamente com os cidadãos, apesar de os eleitores serem os que mais pedem atenção. A comunicação horizontal é mais frequente que a vertical. Conclui-se que os deputados sabem e, efectivamente, usam as novas tecnologias, mas não as aproveitam convenientemente para se aproximar do público. Quando questionados sobre este facto, muitos deputados apontaram razões estruturais e culturais, além da demasiada afluência para poucos recursos. Mencionam também a ideia de que as intervenções dos cidadãos são maioritariamente “irreflectidas” e “simplistas”. A maioria dos deputados concorda com a inserção destes novos instrumentos no campo político, no entanto são desfavoráveis ao voto electrónico e à votação na popularidade. São ainda algo cépticos em relação ao efeito positivo que estes podem trazer na

participação pública. Do lado do público, num estudo de 1997, 68% dos entrevistados respondeu que não participava nestas iniciativas da AR, no entanto a internet não se havia espalhado ainda pela generalidade da população.

Os autores recomendam que essas actividades continuem a ser desenvolvidas e que os deputados procurem formas de usar a internet como forma de instigar a participação e a motivação. A sua conclusão é que existia, em 2006, mesmo um fosso na *e-democracy* em Portugal. *“Não só há uma fraca propensão para participar e uma visão negativa do papel dos MPs por parte do público; mas também há uma falta de incentivos na parte dos deputados, no que toca a participação pública via internet. (...) Infelizmente, os MPs não aproveitaram a oportunidade. (...) No presente a reacção parece ser de aumentar o envolvimento do público na relação com a administração pública via a acessibilidade de serviços online, o designado e-governo. Não obstante, o público (mesmo que não todo) parece continuar a usar a internet como uma ferramenta para a acção cívica através do protesto, mobilização e, por vezes, propostas direccionadas aos órgãos soberanos, desta forma exercendo uma democracia digital.”*¹⁰⁴ (Cardoso, Cunha & Nascimento, 2006, pág. 467).

VI. O Futuro da Assembleia da República

Depois da sua análise, Freire (2002) apresenta uma série de medidas para uma reforma à AR. Quanto ao número de deputados na AR, Freire acha que é adequado. Existem muitas sugestões

104

Tradução livre de *“Not only is there a weak propensity to participate and a negative vision of the role of the MPs on the part of the public; but there is also a lack of incentive on the part of Deputies regarding public participation via the Internet. (...) Unfortunately, the MPS have not capitalized on the opportunity. (...) Currently the institutional response appears to be to increasingly involve the public in a relationship with the public administration via online service accessibility, the so-called e-government. Nevertheless, the public (even if not all) appears to continue to appropriate the Internet as a tool for civic action through protest, mobilization and, at times, proposals directed to sovereign organs, in this way exercising digital democracy.”*

para diminuir esta quantidade, mas, em comparação, o autor diz que o país se enquadra no resto dos países europeus. Contudo, uma sugestão que faz é tomar o número de deputados ímpar para prevenir situações de empate técnico, o que já causou dissabores à AR. Sobre a possibilidade de criação ou não de uma segunda Câmara, o autor defende que os riscos que se correm em criá-la (aumento da animosidade do público face ao parlamento e entre regiões autónomas, demasiado peso dado à técnica legislativa em detrimento da política) não compensarão, porventura, os ganhos. Numa perspectiva mais funcional, Freire sugere acabar com as listas bloqueadas e com possibilidade de prolongar os mandatos nos cargos a eleger pela AR. No processo de integração europeia, a cargo da AR, acha que: se deve permitir um voto desfavorável a todos os programas normativos da EU que compreendam competências da AR; dar poder de participação à AR nesse processo normativo; dar poder de participação na eleição de altas figuras da EU (Comissão); incumbir o governo de apresentar um relatório anual sobre a implementação das normas comunitárias; abrir uma representação em Bruxelas; prever a integração de deputados nas delegações nacionais, na sede do Conselho e, por fim, aprofundar as ligações entre deputados da AR e do Parlamento Europeu (PE).

Os instrumentos de fiscalização são considerados suficientes. A sua prática poderia ser melhorada, mas depende mais dos hábitos ou da mudança de regras noutras estâncias que a eles estão relacionados (sistema eleitoral e partidário, por exemplo). Mesmo dentro da AR, o autor menciona reformular o processo de perguntas ao governo; melhorar o processo dos inquéritos parlamentares e acertar os debates especiais, (duas voltas nos debates de urgência e a institucionalização da periodicidade dos debates das comissões especializadas e do debate mensal com o PM). Nas competências legislativas, não há necessidade de aumento, mas aconselha-se a racionalização de algumas delas. Quanto à forma como se organiza o trabalho parlamentar, o autor aponta para uma necessidade de aumentar a sua flexibilidade, tanto no debate plenário, como no trabalho das comissões, mais concretamente com o aumento do apoio técnico e da

profissionalização do trabalho parlamentar e com a promoção de uma relação mais próxima entre parlamento e cidadãos. Desde a IV Legislatura, o nível de profissionalização dos deputados ronda os 80%. “ (...) *as propostas que se apresentam têm dois objectivos principais: criar condições para uma maior aproximação entre deputados e eleitores; e fortalecer o papel dos deputados na função de representação política, tornando-os mais autónomos perante as direcções dos seus partidos e mais legitimados face aos militantes.*” (Freire, 2002, pág. 163). Mais importante, na relação com o cidadão, Freire aconselha: o desenvolvimento de instrumentos já existentes (como é o caso das linhas verdes e da internet); a alteração do modelo de debate de petições, com possibilidade de pedidos de esclarecimentos e adopção do debate, na generalidade; a recriação da Comissão de Petições, ainda que diferente das restantes comissões especializadas (coordenação do tratamento das petições distribuídas às comissões especializadas, agendamento e outras iniciativas relativas ao tratamento das petições e difusão de informação sobre esta matéria). No sistema eleitoral: diminuição dos círculos eleitorais grandes e médios, criação de um círculo nacional de compensação à proporcionalidade; maior apoio ao trabalho dos deputados nos seus círculos eleitorais. Para fechar, no que concerne o recrutamento: a descentralização do recrutamento; uma maior transparência no recrutamento; promoção da diversidade sociodemográfica e profissional do perfil dos parlamentares (mais mulheres, mais jovens e indivíduos de mérito que não sejam políticos profissionais) e alterações sugeridas nos estatutos dos deputados.

Capítulo 3. Análise comparativa

Esta parte da análise estatística abrange os conceitos teóricos apresentados anteriormente, aferindo o seu alcance em Portugal e, comparando alguns dos dados com outras três democracias europeias, no sentido de proporcionar uma perspectiva comparada do assunto. Os países escolhidos são: a Espanha, a Alemanha e o Reino Unido. Espanha por ser também ser uma democracia recente e relativamente parecida com a portuguesa. A Alemanha era um dos países apontados por Dalton como uma das democracias com mais pendor pós-materialista e o Reino Unido que, apesar de ter a mais antiga democracia que ainda se mantém nos dias de hoje, parece alicerçar-se muito na tradição e resistir ao avanço desta mudança de valores. Tal como foi anteriormente referido, esta secção será compreendida por três partes distintas, mas todas relacionadas entre si. A primeira compreende uma percepção do perfil do cidadão pós-materialista, em oposição ao materialista, no que toca a valores e comportamentos; a segunda, uma análise da relação entre os cidadãos e as suas respectivas instituições e a terceira, também uma relação, mas mais especificamente a convergência entre deputados e eleitorado. A partir de informação proveniente do *European Values Study*¹⁰⁵, tentar-se-á identificar se a sociedade portuguesa mostra sinais do despontar pós-materialista. Portugal, participou nas vagas de 1989-1993, 1999-2004 e 2008-2010. Depois, com o auxílio do Eurobarómetro, do Banco Mundial, do Eurostat, dos dados da ONU e da *Transparency International*, tenta-se construir um contexto que permita perceber condições favoráveis ou desfavoráveis ao desenrolar do pós-materialismo. Por fim, usando o estudo feito pelo CESOP junto dos deputados, afere-se o nível de congruência entre

105

Neste estudo, a delimitação geográfica do Reino Unido restringe-se à Grã-Bretanha, pelo que a análise será efectuada para a última como *proxy* do primeiro. Da mesma forma, o último momento de recolha na Grã-Bretanha foi em 2009, enquanto, nos outros países, foi em 2008. Apesar de terem sido em anos diferentes, fazem parte da mesma vaga de pesquisa, pelo que podem ser comparáveis. Há, apenas, que ter em mente esse pormenor.

as suas opiniões e as dos seus eleitores para detectar o seu grau de proximidade ideológica e no estabelecimento de prioridades para o país. Todas estas perspectivas são complementares entre si, uma vez que todas procuram observar mais de perto o mesmo fenómeno, mas de ângulos diversos.

Recapitulando, os dois principais autores a escreverem a respeito do fenómeno surgente do pós-materialismo foram Ronald Inglehart (1977) e Russell J. Dalton (2008). O primeiro avançou com a Teoria da Modernização Cultural, que previa (e estudava os primeiros sinais) de uma alteração na matriz axiológica das sociedades em países desenvolvidos, que foi possibilitada pelo período de relativa paz no mundo seguido da Segunda Grande Guerra e intenso crescimento económico, que permitiu aos indivíduos terem assegurada a sobrevivência nos seus primeiros anos de vida. Uma pessoa com acesso a boas condições de vida em criança tende a crescer para ser um adulto que se concentra menos em segurança e estabilidade material e mais em valores mais abstractos como a qualidade de vida, a individualidade, a liberdade e a igualdade. Inglehart fez uso dos termos “pós-capitalista” e “pós-*bourgeois*”, ambos bastante descritivos da disposição deste tipo de indivíduo, uma vez que a sua principal característica será a sobreposição de valores de liberdade individual e de expressão pessoal em detrimento de valores materiais, como um rendimento confortável, por exemplo. O emprego do termo *bourgeois* é especialmente interessante, pelo facto de esta alteração fundamental na sociedade ter sido principalmente motivada por uma classe média/ média-alta que acabou por se tornar dominante nestes países e o principal motor desta mudança. Dalton, algum tempo depois, usou informação empírica para dar conta de um aumento progressivo da sofisticação do eleitor/cidadão e, com isso, um maior interesse na política, o que abre todo um novo leque de potencial participação. Dalton esteve na origem da expressão mais usada actualmente, que é “pós-materialismo”.

O perfil pós-materialista, em concreto, compreende uma deslocação de valores tradicionais para outros de cariz mais individualista e secular. O pós-materialista encara a

diversidade cultural e de opiniões como algo positivo, que, a ser encorajado, trará necessariamente benefícios. A globalização e as novas tecnologias possibilitaram-lhe estar mais ligado ao mundo e, por isso, concebê-lo, não apenas como um conjunto de lugares e povos diferentes, mas mais como um todo, com uma só Humanidade. As fronteiras raciais, étnicas, religiosas, de género e de preferência sexual esbatem-se. O materialista, em contraste, é apegado à tradição e à autoridade, tendo, por norma, receio do diferente e do desconhecido, desafiando pouco o *status-quo*. Nas suas prioridades, está o conforto material e a defesa militar. Ao contrário das gerações anteriores, o pós-materialista tem preocupações mais filosóficas e com a qualidade de vida. É mais avesso à autoridade, premiando organizações de carácter horizontal (com uma hierarquia pouco rígida), em que cada um tem algo a contribuir. A individualidade e a expressão pessoal são encorajadas. A liberdade é bastante prezada e a sua protecção é central nesta sociedade. A religião perde o seu lugar de relevância na moralidade e uma visão mais secular prolifera. No entanto, esta quebra na religião não significa necessariamente uma quebra na procura espiritual, que parece até intensificar-se. Estes indivíduos parecem procurar cada vez mais o seu próprio caminho e a sua própria realização pessoal. Além disso, o nível de confiança entre a população costuma ser elevado e a corrupção com pouca expressão. No contexto do pós-materialismo, muitos são os conceitos que vão reaparecendo sob uma nova forma ou interpretação. Entre eles, é importante mencionar a abordagem à política. A democracia neste contexto está plenamente instalada, mas não é constante, nem estanque. As expectativas face às instituições crescem, pelo que o cepticismo alastra nestas sociedades. Cada vez se regista uma menor participação através do voto. Esta tendência foi inicialmente encarada como um mero desinteresse crescente por parte dos eleitores. Contudo, Dalton conclui que tal não é o que efectivamente se passa. Os pós-materialistas, motivados pelas expectativas frustradas quanto ao funcionamento das suas instituições, desvalorizam o voto, encarando-o como uma participação mínima e manifestam uma maior vontade de se envolver de outras formas, mais intensas, na sua política local e nacional, ou até internacional. Os contornos da participação política são

renovados. Da mesma forma, a militância em partidos dá lugar a iniciativas civis, movimentos sociais, petições, boicotes e protestos variados e criativos. Os assuntos na agenda do dia são de um cariz diferente, com mais atenção à protecção ambiental e às liberdades individuais (alguns exemplos são o casamento homossexual, eutanásia, a igualdade entre sexos ou até a pirataria informática). A noção de comunidade também é desafiada. O cidadão pós-materialista é, em geral, mais instruído, interessa-se mais pelo que se passa e não pretende deixar o controlo da sua vida a mãos alheias. Dele, é conhecido um maior sentido de responsabilidade social e maior entrega à sua comunidade através de mais trabalho voluntário em associações cívicas ou organizações não-governamentais/sem fins lucrativos.

Mas não é só do lado da sociedade civil que se registam mudanças. Também as instituições têm procurado abrir-se ao público. A Assembleia da República empreendeu uma série de reformas, com maior intensidade a partir dos anos 90, que abriram a instituição ao eleitorado como nunca antes. É verdade que, em Portugal, o protesto tem-se generalizado e diversificado, as petições submetidas têm aumentado e tivemos alguns referendos (três, mas nunca com uma participação acima dos 50%). No entanto, como vimos, isso parece não se traduzir ainda numa participação mais intensa ou numa influência efectiva na actividade das instituições políticas, com maior atenção à AR, para este caso.

Por fim, há que salientar que os indivíduos não são puramente materialistas ou pós-materialistas, mas, sim, movem-se ao longo de um espectro cujos extremos são essas duas modalidades. É comum uma pessoa ter uma mentalidade materialista para certos temas e noutras áreas revelar-se com um pendor mais pós-materialista. No decorrer do processo de transformação social, que dura várias gerações, é natural observar-se uma grande porção de indivíduos que apresentam um perfil misto dentro desta dicotomia. Analisemos, então, as estatísticas.

I . Perfil do cidadão

O *European Values Study* contempla uma série de perguntas que se destinam a saber mais sobre os cidadãos dos vários países europeus, nomeadamente no que diz respeito aos seus valores, a sua forma de estar na vida, percepção de si próprio e dos outros, da vida em sociedade, entre outros aspectos. Estas perguntas, apesar de não serem inequívocas quanto à classificação de um cidadão como pós-materialista, podem proporcionar bons indicadores (variáveis “proxy”) para confirmar ou negar determinados traços característicos que estão muito presentes na literatura sobre o assunto. Por conseguinte, reuniu-se uma bateria de perguntas desse tipo que ajudam a descrever nove eixos de traços dicotómicos entre as duas posturas, de entre as várias categorias do EVS que cobrem essas características e, em comparação lado-a-lado com as outras três democracias seleccionadas, permitem ter uma noção de onde Portugal se situa em termos relativos e se mostra sinais de alguma transformação social ou não. Em alguns pontos de análise, informação complementar é tirada das agências da ONU, do Banco Mundial e do Eurostat para dar a conhecer melhor o contexto em que estas populações se desenvolvem.

Todas estas características, apesar de aqui enunciadas em separado, estão, na verdade, interrelacionadas, constituindo partes de um todo que é essa disposição pós-materialista. A contraposição com o materialismo e a divisão em vários pontos que constituem traços característicos serve somente o propósito de facilitar a análise, mas é bom ter em mente que estes são diferentes faces de uma totalidade indivisível e complexa.

Quadro 2: Materialismo vs. Pós-materialismo - características

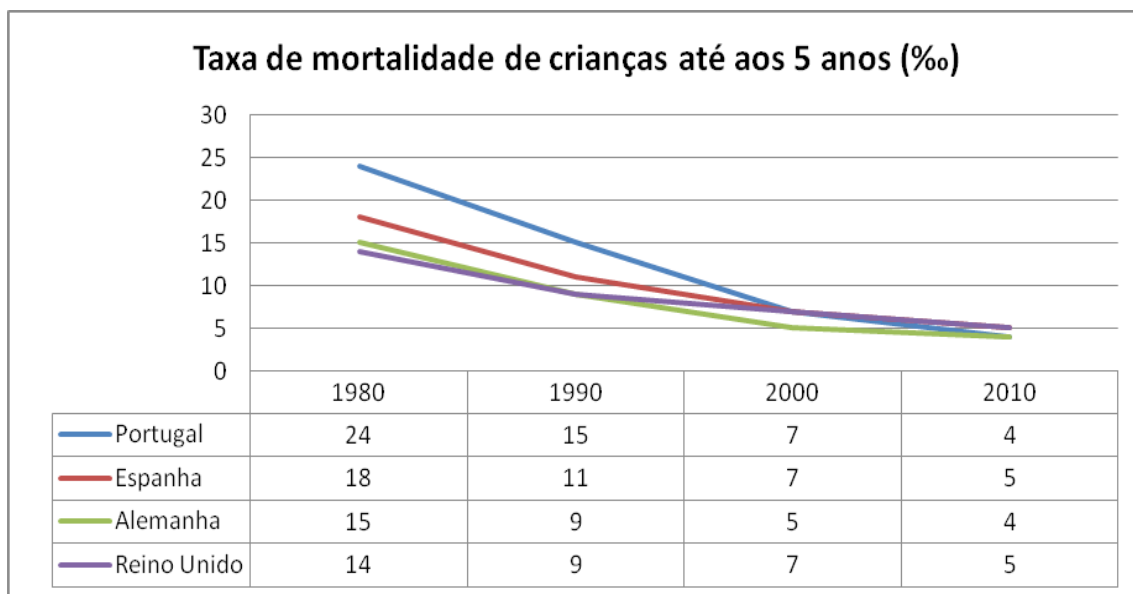
Materialismo	Pós-materialismo
Sobrevivência incerta nos primeiros anos de vida	Sobrevivência garantida nos primeiros anos de vida
Prioridade dada ao conforto material	Prioridade dada à qualidade de vida
Religiosidade	Secularismo
Deferência à autoridade	Pouca deferência à autoridade
Foco em manter a tradição	Foco na expressão pessoal
Pouco ecológico	Muito ecológico
Nacionalista	Internacionalista
O Outro como ameaça/competição	O Outro como semelhante (ser humano)
Sociedade civil fraca	Sociedade civil forte

i. Sobrevivência nos primeiros anos de vida

A probabilidade de sobrevivência de uma criança nos seus primeiros anos de vida revela bastante sobre o contexto em que veio ao mundo. Revela as condições de saúde oferecidas no seu país aquando do seu nascimento, eventuais cuidados pré-natais e saúde da mãe, bem como cuidados médicos no próprio dia. Quando um país começa a desenvolver-se, a quebra na

mortalidade infantil é, regra geral, um dos primeiros sinais da mudança. Isso não significa que um país com uma baixa mortalidade infantil seja necessariamente desenvolvido. Existem países em desenvolvimento com taxas de mortalidade infantil reduzidas, no entanto não se conhecem países desenvolvidos que tenham taxas de natalidade ditas elevadas. Por esta razão, este indicador é usado muitas vezes para demonstrar o grau de avanço na modernização de um país. Além disso, Inglehart e Dalton mencionam a garantia de segurança na primeira infância como uma característica determinante para se ser pós-materialista. É esse facto de não ter tido a sua sobrevivência ameaçada que muda de forma fundamental a maneira do cidadão encarar o mundo. Os valores que ele adquire nesta idade perdurarão, mais ou menos estáveis, pelo resto da sua vida.

Gráfico nº 1: Taxa de Mortalidade Infantil (0-5 anos) ¹⁰⁶



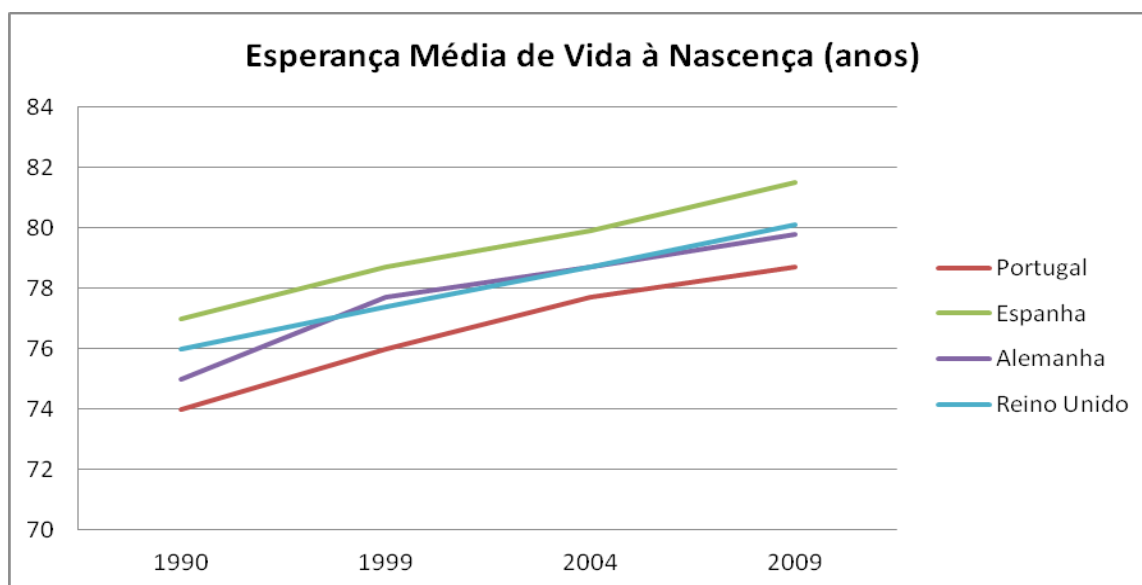
Fonte: Organização Mundial de Saúde - ONU

¹⁰⁶

Descreve a probabilidade de uma criança morrer entre os 0 e os 5 anos, por cada 1000 nascimentos.

Portugal, em 1980, aparece claramente desfasado do grupo de países escolhidos. A Alemanha e o Reino Unido mostram taxas muito mais reduzidas que as de Portugal e Espanha. A última, apesar de se posicionar um pouco atrás dos outros dois, continuava muito mais perto destes do que do seu país limítrofe. Para uma pessoa que tenha nascido no início dos anos 80, com 30 e poucos anos por agora, a taxa de sobrevivência era ainda muito diferente entre os quatro países. No Reino Unido e na Alemanha, era mais provável ter os primeiros anos de vida sem grandes sobressaltos. Os anos 80 e 90 parecem ter sido importantes para Portugal em termos de melhoria dos cuidados de saúde. De um nível de cerca de 15 crianças perdidas, por cada mil, passou a apenas 7 em 2000, o que representa uma quebra de acima de metade (53%) na mortalidade infantil em apenas 10 anos. Em 2010, Portugal atingiu o patamar da Alemanha, ultrapassando a Espanha e o Reino Unido. Os quatro países viram melhorar continuamente as suas capacidades para assegurar a sobrevivência dos seus cidadãos mais novos. No entanto, nenhuma melhoria foi tão acentuada quanto a portuguesa. Em duas décadas, a mortalidade infantil portuguesa foi reduzida em cerca de 73%. No Reino Unido, apenas 44%. Em 2012, o ano mais recente de que há dados, os números e as posições relativas mantiveram-se. Estes valores parecem indiciar que Portugal, pelos anos 90, ainda estava consideravelmente mais atrasado que os seus companheiros europeus, mas que, em 20 anos, conseguiu desenvolver-se e melhorar as condições de vida da sua população de uma forma significativa.

Gráfico nº 2 - Esperança Média de Vida



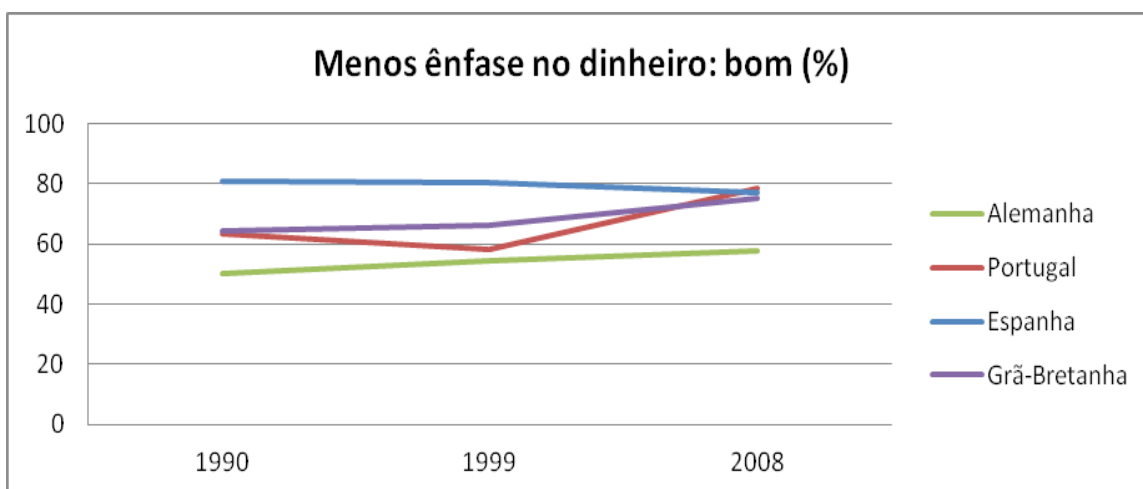
Fonte: Banco Mundial

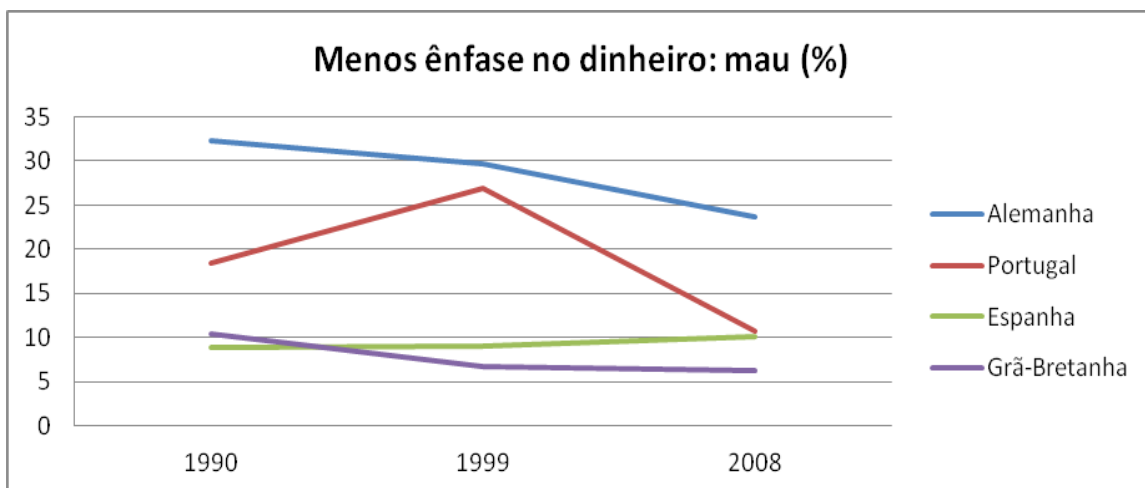
Para completar um pouco este raciocínio, a Esperança Média de Vida (EMV) é também um bom indicador de boas condições de vida. As populações que vivem mais tempo, geralmente levam uma vida mais saudável e têm bom acesso a cuidados de saúde. E pode ver-se que, realmente, a EMV tem aumentado bastante nas últimas duas décadas, apesar de, em 1990, a Europa já ter pessoas a viver mais tempo que no resto do mundo. Como se trata de países europeus, as diferenças não são muito acentuadas. Em todos, a tendência é crescente. Portugal tem a EMV mais reduzida ao longo de todo este período (78.7 anos em 2009), enquanto a Espanha tem a mais elevada, chegando aos 81.5 anos de vida em 2009. Em termos de aumento efectivo, portugueses e alemães foram os que tiveram, em média, uma vida mais prolongada, com mais 6.4 anos entre 1990 e 2009. O Reino Unido foi, de todos, o que sofreu um aumento mais ligeiro, rondando os 5.4 anos.

ii. Prioridade na vida

A grande diferença entre materialistas e pós-materialistas, dir-se-ia a primordial, é na relação que têm com os bens materiais. Os materialistas cresceram num ambiente em que a comodidade material era intermitente e, por isso, a sua valorização desta componente na sua vida tem a máxima prioridade. Os materialistas dedicam grande parte do seu tempo e restantes recursos para garantir esta estabilidade. Procuram um emprego estável, uma casa e um carro. Estes são os componentes necessários à sua realização pessoal. No caso dos pós-materialistas, a sobrevivência não era ameaçada e, por isso, não havia essa preocupação nos primeiros anos, o que permitiu que um outro tipo de valores, mais abstractos e mais filosóficos, se elevassem em detrimento dos materiais. O pós-materialista aprecia a segurança material, mas não se contenta com isso. Quer um emprego que lhe permita expressar a sua individualidade, mesmo que o salário seja mais comedido. Ter uma boa qualidade de vida é de suma importância. Ser saudável de corpo e mente é muito importante e, muitas vezes, não passa por ter muito dinheiro, mas em o usar bem.

Gráficos nº 3 e 4 - Relação dos cidadãos com o dinheiro





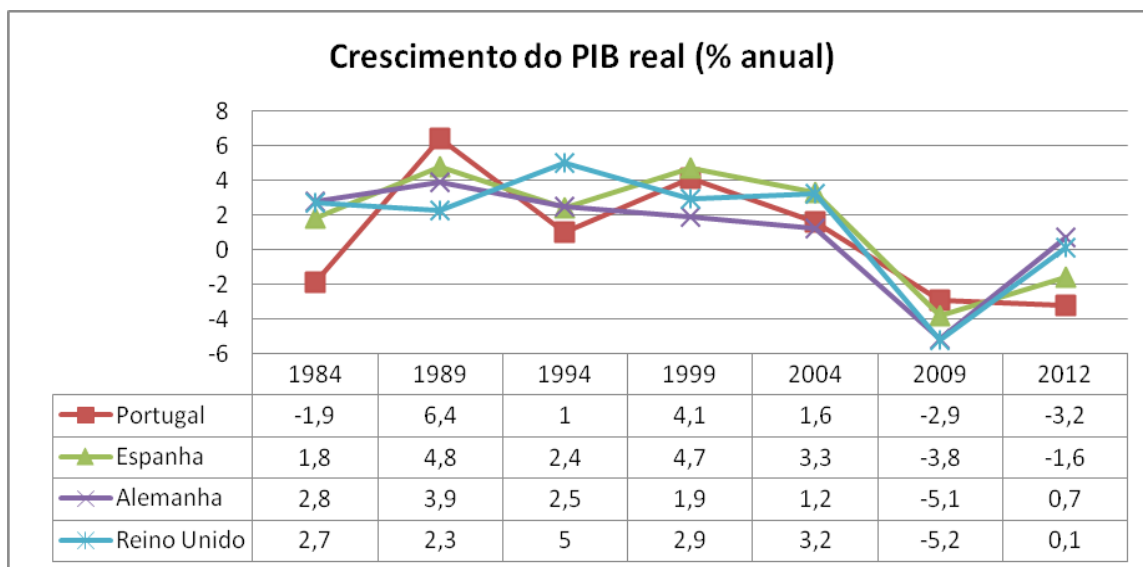
Base: Total de 20 144 entrevistados.

Fonte: European Values Study

No seio dos pós-materialistas, o dinheiro perde um pouco o seu brilho. É muito mais encarado como um meio do que como um fim. Os bens materiais, neste contexto, adquirem um papel secundário. Nos gráficos, estão representadas opiniões dos cidadãos de cada país, relativamente a considerarem uma menor ênfase no dinheiro algo bom ou mau. Em geral, todos os países desta selecção consideram isto algo bom (mais de metade da população em todos). Estes resultados são interessantes, pois a Alemanha, que, noutras variáveis, se revela proporcionalmente mais pós-materialista, continua a dar grande importância ao dinheiro, mais do que os outros países que aqui figuram. A Espanha destaca-se como a que se preocupa menos, enquanto a Alemanha é a que se preocupa mais. Portugal, mais uma vez se destaca, pela maior evolução. Depois de uma ligeira redução na primeira década (de 63.2% para 58.4%), a percentagem de portugueses que consideram bom o facto de dar menos peso à parte material aumentou consideravelmente (78.4%). A tendência simétrica pode observar-se nos que consideram a atribuição de menos peso ao dinheiro como algo mau - um ligeiro aumento na primeira década e uma quebra acentuada na segunda. Em 2008, Portugal (10.8%) aproxima-se de

Espanha (10.1%) e Grã-Bretanha (6.2%), deixando a Alemanha isolada (23.7%). Os cidadãos de Portugal, Espanha e Grã-Bretanha parecem ter uma relação cada vez mais desinteressada com o dinheiro, ao passo que os da Alemanha persistem nesta convicção.

Gráfico nº 5 - Taxa de Crescimento real anual do Produto Interno Bruto

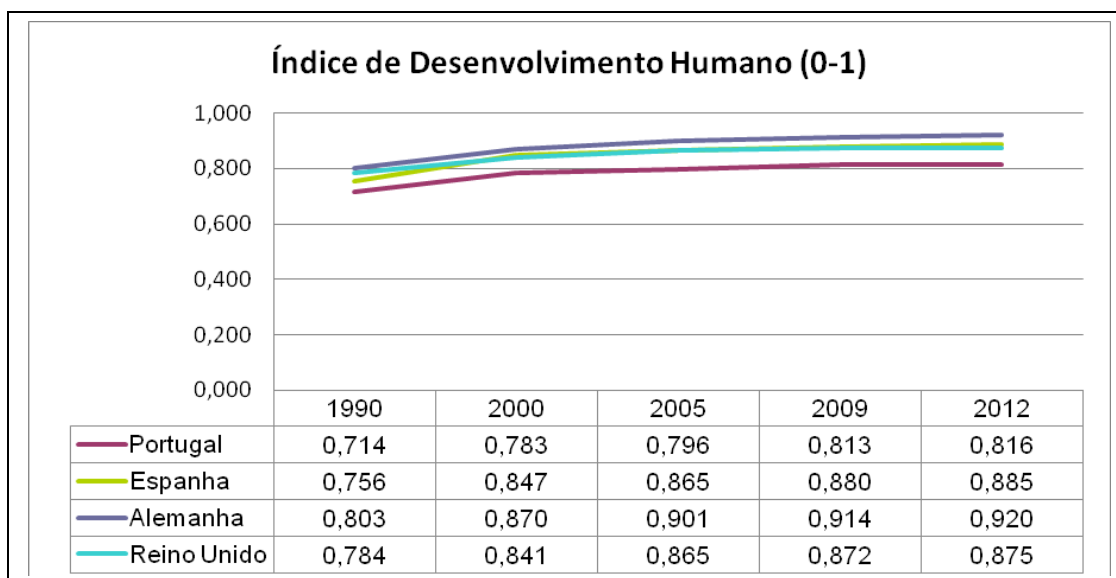


Fonte: Eurostat

Inglehart defende que a relação com o dinheiro esmorece em detrimento de outras necessidades mais abstractas se começarmos a vida com o suficiente para estar confortável. Por isso, é relevante verificar o crescimento económico de que tiram partido as gerações actuais. Aqui, recua-se um pouco a análise para ver o ambiente a que foram expostos os indivíduos com 30 anos, ou seja, quem está em plena condição de cidadão (maior de 18 anos), mas ainda é relativamente novo para não ter vivido sob o regime salazarista. As economias da Alemanha e o Reino Unido eram mais avançadas do que as de Portugal e Espanha em 1984. No início do período, é clara a desvantagem de Portugal em relação aos outros países, com um crescimento negativo. Os outros três cresceram, mesmo que moderadamente, algo típico da Europa desta altura.

A segunda metade da década de 80 foi bastante diferente, de maior crescimento nos quatro países e especialmente favorável a Portugal e Espanha, o que, muito provavelmente, foi incentivado pela adesão à então Comunidade Económica Europeia (CEE), actual União Europeia, que teve lugar em 1986. Em 1989, a economia espanhola cresceu 4,8% e a portuguesa atingiu um confortável aumento de 6,4%. A evolução posterior do panorama português teve altos e baixos, evidenciando alguma instabilidade económica. Espanha, Alemanha e Reino Unido também mostram algumas oscilações, mas de menor amplitude. A crise financeira de 2008 não poupou nenhum deles. Em 2009, todos tiveram taxas negativas de crescimento, com impacto mais forte na Alemanha e Reino Unido. Não obstante, estes dois últimos conseguiram recuperar e, em 2012, apresentaram crescimento positivo, enquanto Espanha e Portugal ainda se debatiam. A economia portuguesa, em recessão, teve um crescimento negativo em 3,2% em 2012 face ao ano anterior. Estas dificuldades podem prejudicar a progressão do pós-materialismo, uma vez que introduzem mais incerteza na prosperidade das populações.

Gráfico nº 6 - Grau de Desenvolvimento Humano (IDH)

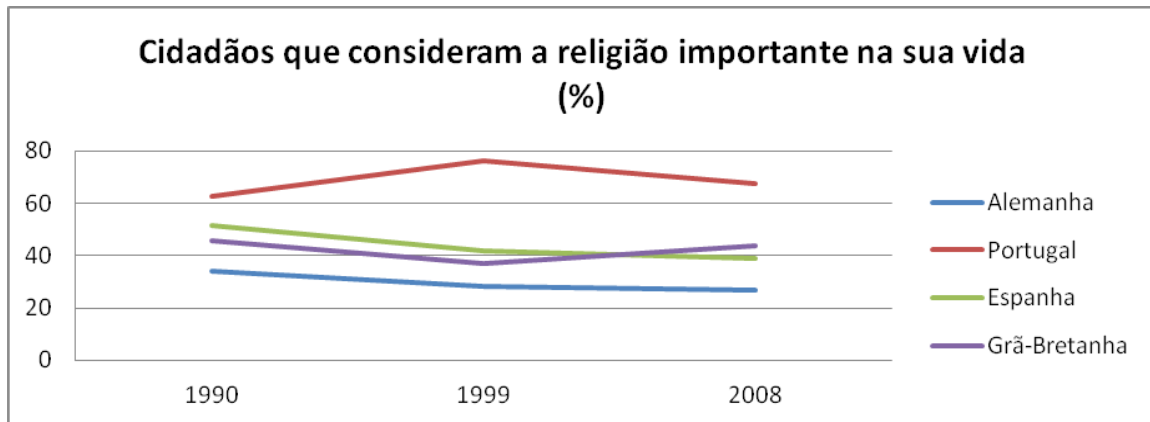


Da mesma forma, mas num âmbito mais alargado do que o simples crescimento económico, o Índice de Desenvolvimento Humano dá conta do nível de qualidade de vida das populações nestes países. É atribuída uma cotação entre 0 e 1 que os coloca em posições relativas uns aos outros. Portugal é, mais uma vez, o que vai mais atrasado neste campo, mesmo que acompanhando a tendência crescente. Os países que viram a sua posição relativa aumentar mais foram Alemanha e Espanha. Portugal foi o que menos evoluiu no *ranking*, pelo que terá um clima menos favorável à multiplicação de indivíduos com carácter pós-materialista.

iii. Relação com a Religião

Quanto às necessidades espirituais, os materialistas costumam ser mais devotos a uma dada religião, qualquer que ela seja. Como gostam de preservar a tradição, mantêm os preceitos morais e comportamentos associados a cada credo. O seu quotidiano reveste-se de sinais da presença da religião. Com os pós-materialistas, o que acontece é um afastamento da religião. A sua vida quotidiana de eleição é secular. Em geral, os pós-materialistas consideram-se ateus. No entanto, não são completamente cépticos e desprovidos de espiritualidade. Tentam, sim, outras vias de traçar um caminho de procura espiritual mais íntimo e pessoal.

Gráfico nº 7 - Importância da religião na vida do cidadão



Base: Total de 20 411 entrevistados.

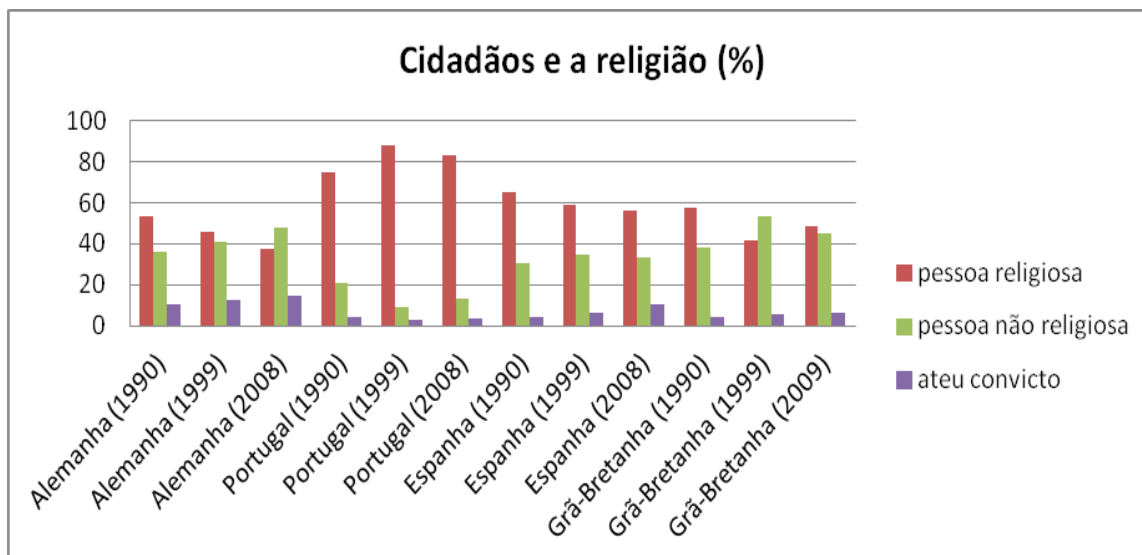
Fonte: European Values Study¹⁰⁷

Neste aspecto, os portugueses mostram-se muito mais religiosos do que os seus pares europeus. Nos anos 90, a tendência parecia seguir ainda uma rota ascendente. A década seguinte registou uma ligeira descida, mas a grande maioria da população continua a afirmar-se religiosa. Na Alemanha, acontece o contrário. Em 1990, cerca de apenas um terço da população (34%) dizia-se religiosa. Nas duas últimas décadas, tem-se reforçado este afastamento (27% em 2008). No meio destes dois países, estão os intermédios Espanha e Grã-Bretanha, mas a evoluir (ligeiramente) em sentidos diferentes. O número de religiosos espanhóis está em declínio (38.9% em 2008) e o britânico aumentou na última década (43.9% em 2008). Resta saber as motivações por detrás deste regresso à religião.

107

Os valores apresentados resultam da soma do número de respostas “*very important*” com as “*quite important*”, de modo a representarem o volume de entrevistados que são, de alguma forma, religiosos.

Gráfico nº 8 - Importância da religião na vida do cidadão II



Base: Total de 19 375 entrevistados.

Fonte: European Values Study

O gráfico 5 mostra a proporção de pessoas religiosas, não religiosas (podem simpatizar com alguma religião, mas não seguem os seus preceitos - o designado “não praticante”) e ateus convictos. Este confirma a preponderância religiosa em Portugal indicada no anterior. Na Alemanha e em Espanha, o número de pessoas religiosas perde terreno para as não religiosas e as ateias. Na primeira, em 2008, os não religiosos e ateus ultrapassaram o número de pessoas que segue alguma religião. Mesmo em Portugal, a tendência parece ser de baixa, apesar de ainda a predominância da religião ser ainda muito forte. A Grã-Bretanha é marcada por um regresso ligeiro à religiosidade, mas há que apontar a pouca diferença entre o grupo religioso (48.3% em 2008) e o que se afirma não religioso (45.3%), enquanto nos outros países as diferenças são bastante mais acentuadas.

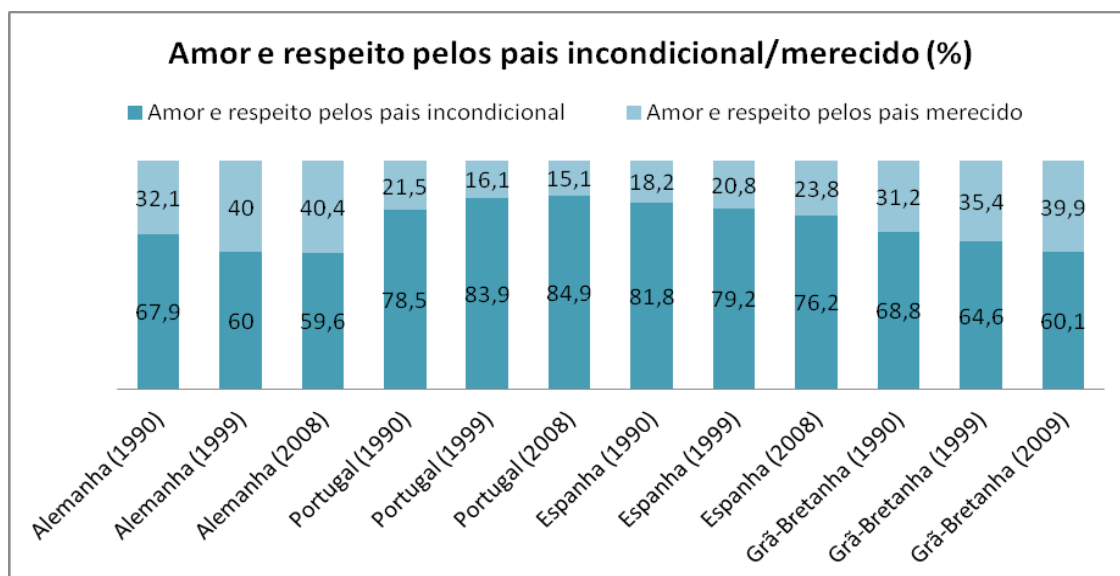
iv. Relação com a autoridade

A relação com a autoridade também é uma característica muito relevante na distinção entre materialistas e pós-materialistas. Os primeiros valorizam a obediência e ordem, por isso não costumam contestar o que lhes é dito ou ordenado. Mesmo que concordem ou não com os preceitos dados pelo seu superior hierárquico, tendem a apenas aceder e não questionar. A pessoa que está nessa posição terá as suas razões, pensam. Como consequência, a sociedade materialista é caracterizada por hierarquias rígidas, povoadas por organizações de cariz vertical. Os pós-materialistas não são tão tementes à autoridade. Como valorizam muito a expressão pessoal e a individualidade, também tendem a ser mais exigentes com as motivações e intenções de quem tem poder sobre si. Nas sociedades em transformação, assiste-se ao surgimento de organizações cada vez mais horizontais, onde hierarquias não fazem grande sentido e, por isso, vão se tornando mais flexíveis.

No começo da vida, os pais são as principais (e, muitas vezes, as únicas) figuras de autoridade. Mais tarde, quando crescemos, temos outras pessoas ou organizações que representam isso para nós, tais como os professores, os empregadores e o governo, mas a forma de lidar com a autoridade fica muito cristalizada deste contacto inicial com os pais. Saber a posição que o cidadão tem em relação à autoridade parental é, pois, muito próximo de conhecer a sua posição face à autoridade em geral.

No gráfico, está representada a percentagem de entrevistados que concordou que os pais devem ser amados e obedecidos independentemente das suas qualidades ou defeitos e os que acham que esse mesmo amor e respeito devem ser merecidos.

Gráfico nº 9 - Relação do cidadão com os pais (figuras de autoridade)

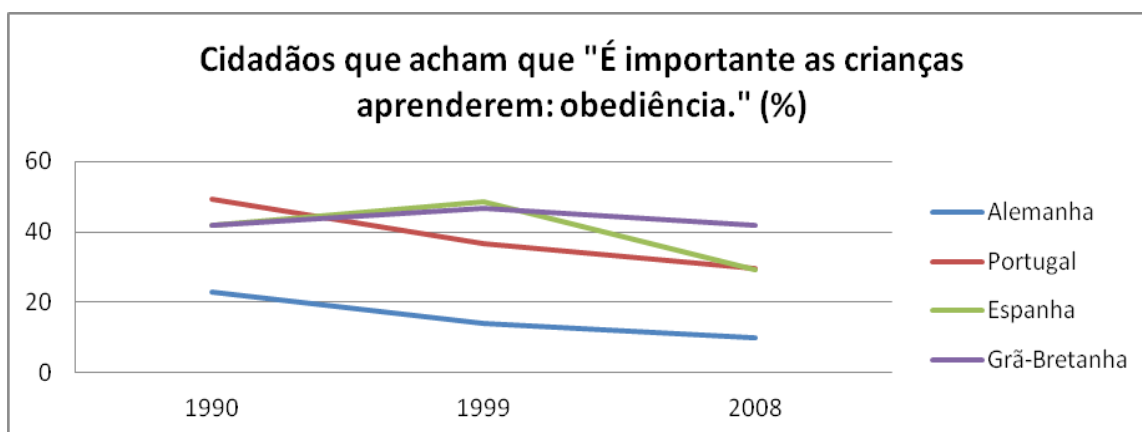


Base: Total de 19 204 entrevistados.

Fonte: European Values Study

São visíveis as diferenças entre Portugal e o resto dos países escolhidos. Alemanha e Grã-Bretanha começam, em 1990, com cerca de 68% e 69% da população, respectivamente, a considerar que se deve obedecer aos pais. Espanha também dá sinais de uma forte obediência perante os pais/autoridade (82% em 1990), mas ainda abaixo de Portugal. Um facto interessante é que esta postura dogmática em relação à autoridade tem sofrido alguma erosão, nas últimas duas décadas, em todos os países, excepto em Portugal, onde até aumentou! Em 2008, apenas 15% dos entrevistados portugueses afirmaram acreditar que, para se ter autoridade, é preciso merecê-la.

Gráfico nº 10 - Aspectos importantes a incluir na educação: obediência



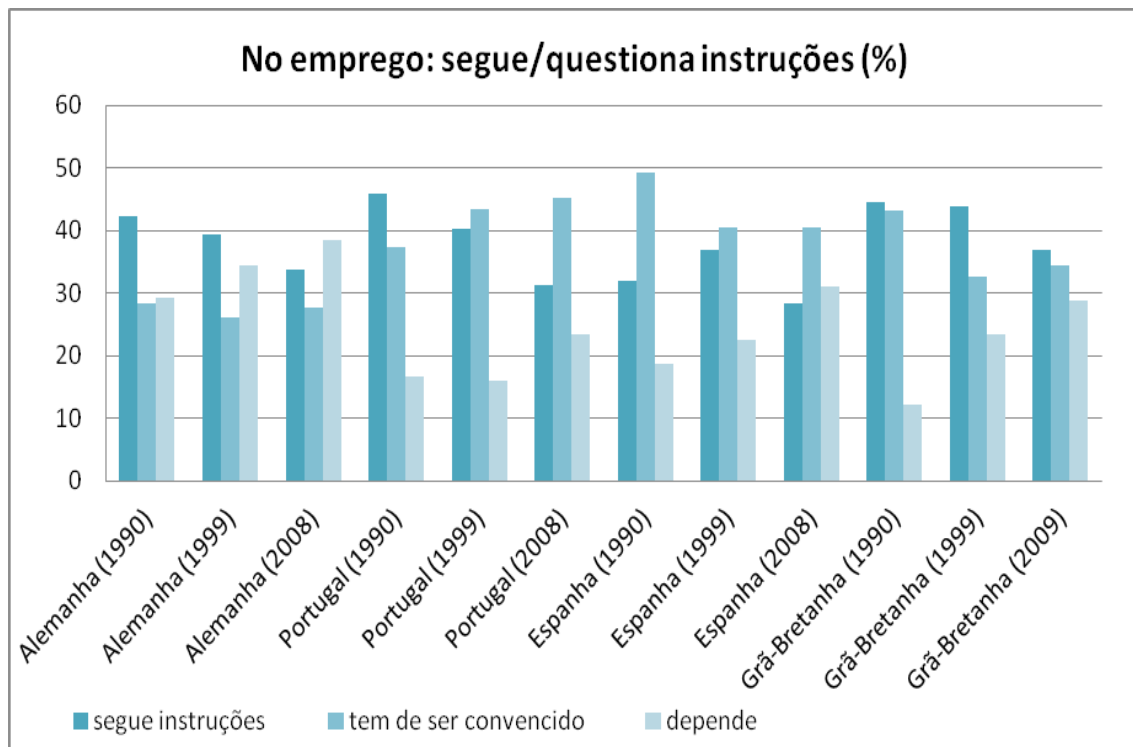
Base: Total de 20 584 entrevistados.

Fonte: European Values Study

No segundo gráfico desta secção, está representada a proporção de entrevistados que defende que a obediência é uma característica importante a incluir na educação das crianças. Esta pergunta foi realizada mediante várias outras características passíveis de serem incluídas ou consideradas relevantes na educação de uma criança, isto é, as boas maneiras, o empenho, a honestidade, a paciência, a perseverança, a fé religiosa, a responsabilidade ou o auto-controlo, para nomear apenas alguns. São 18 aspectos, ao todo. Neste caso, foi escolhida a obediência pela sua clara relação com a deferência à autoridade. Crianças cujos pais acham importante inculcar a obediência, serão, provavelmente, mais tementes à autoridade. É interessante ver o afastamento dos outros países em relação à Alemanha, o que poderá indicar uma perda de relevância desta componente na educação. Os pais alemães parecem relegar a obediência a um lugar secundário. Para eles, ser obediente não parece ser uma característica desejável no seu filho quando for adulto. Em 2008, apenas um décimo dos alemães achava isso importante. A Grã-Bretanha manteve-se sem grande variação ao longo das duas décadas, a um nível pouco acima dos 40% da população. Ambos Espanha e Portugal, os dois países que mais valorizam a obediência, mostram

uma tendência decrescente, apesar da evolução portuguesa ser mais suave. Em 2008, os seus valores eram muito próximos, 29.8% para Portugal e 29.1% para Espanha e indiciavam que a obediência continuará a perder peso na educação das crianças.

Gráfico nº 11 - relação com a autoridade no emprego



Base: Total de 20 234 entrevistados.

Fonte: European Values Study

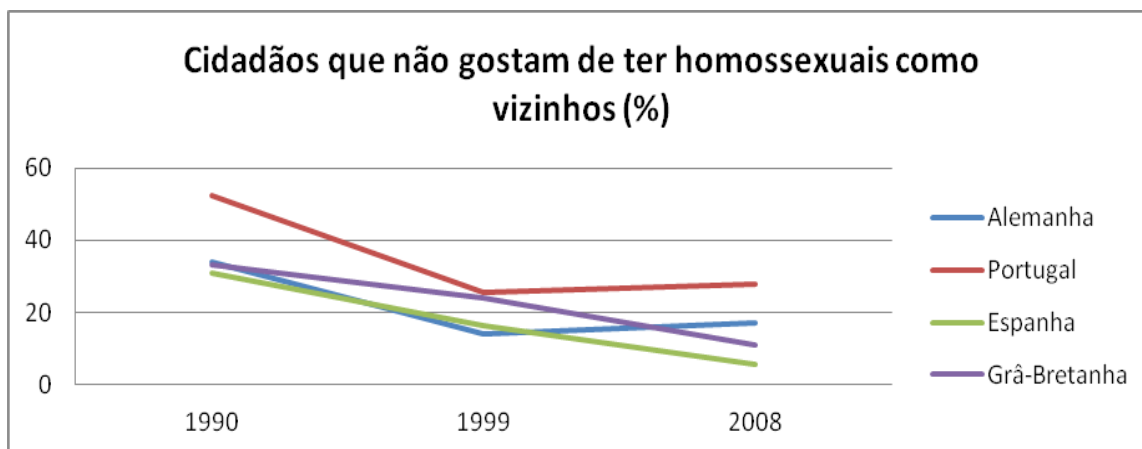
Finalmente, na vida adulta, a obediência aos pais já não é um factor tão relevante. Nesta altura, as situações mais comuns a que os indivíduos estão expostos em que existe uma hierarquia e em que são subalternos a qualquer outra pessoa ou entidade são no seu emprego, onde têm de cumprir regras e ordens, ou como cidadão de um país, onde devem cumprir as leis. Para tentar medir a deferência à autoridade, o gráfico acima demonstra a quantidade de entrevistados que diz,

no emprego, seguir as instruções à risca sem as questionar, o que é um sinal de um traço materialista ou necessitar de uma boa explicação para seguir essa conduta, um traço típico pós-materialista. O que acontece é que, na mentalidade pós-materialista, o indivíduo funciona mais com cenouras do que com paus, isto é, é mais passível de fazer algo por inspiração do que por obrigação. Por esse motivo, é difícil coagi-lo a algo sem que ele compreenda o porquê desse empreendimento. Tem de fazer sentido para o pós-materialista. Com efeito, pode observar-se no gráfico que a proporção de pessoas que segue instruções no emprego cegamente é ainda significativa, mas em declínio em todos os países escolhidos. Espanha teve um ligeiro aumento nos anos 90 (36.9% em 1999), mas, em 2008 (28.3%), o nível era mais reduzido que o inicial de 1990 (31.9%). Este país teve, sempre ao longo dos três momentos de medida, a sua proporção de respostas “tem de ser convencido” mais elevada do que “segue instruções”. Portugal, similarmente, apenas contrariou essa tendência em 1990, mas sofreu um despontar de rebeldia em 1999 e 2008. Parece que, ao contrário do que seria de esperar, a obediência no emprego é algo ainda bastante enraizado na Alemanha. A variação mais notória foi no crescimento da proporção de entrevistados a responder “depende”, ou seja, mostram mais flexibilidade, mas ainda com um misto de deferência. Na Grã-Bretanha, o número de inquiridos que “segue instruções” parece seguir uma rota descendente, que foi, no entanto, contrabalançado por um aumento nos que acham que “depende” ao invés dos que “precisam de ser convencidos”, deixando antever alguma relutância na mudança de atitude face à autoridade. Portugal e Espanha são, no último momento medido, os únicos dois países cujo número de inquiridos que questionam as regras ultrapassa aqueles que dizem segui-las sem perguntas.

v. Tradição *versus* Individualidade

Os materialistas destacam-se por serem apegados à tradição. Como resultado, costumam mostrar resistência em relação ao que seja novo ou diferente. Os pós-materialistas, por outro lado, valorizam a expressão pessoal, a necessidade de ser a sua própria pessoa, acima do compromisso em manter a tradição. Ser livre e fiel a si mesmo é, para eles, mais importante do que cumprir com preceitos morais e sociais que foram herdados das gerações anteriores. Sociedades pós-materialistas têm, pois, uma forte mobilidade social, alicerçada no mérito. Pessoas com características e escolhas diferentes são aceites. A diversidade é geralmente celebrada pelos pós-materialistas e rejeitada pelos materialistas. Isto significa que minorias experienciam um outro lugar de acolhimento e tolerância nas sociedades pós-materialistas, ao invés da rejeição que viviam anteriormente. Isto é especialmente visível na aceitação de diferentes credos, das variadas preferências sexuais ou mesmo na defesa da igualdade de género, ainda que seja uma batalha já antiga.

Gráfico nº 12 - Tolerância dos cidadãos à diferença/novidade

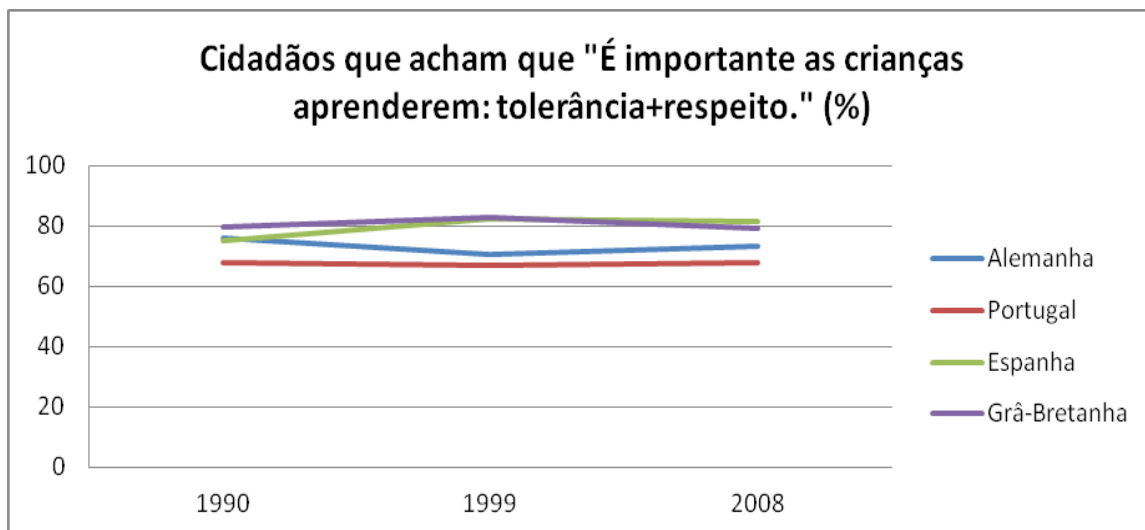


Base: Total de 20 152 entrevistados.

Fonte: European Values Study

Uma forma interessante e reveladora de analisar a abertura das populações destes países à diferença ou à diversidade é ver que tipo de pessoa toleraria como seu vizinho, isto é, como seu próximo. No caso do gráfico 8, a pergunta é sobre ter ou não homossexuais como vizinhos. Portugal regista o nível mais elevado de desagrado, demonstrando uma menor tolerância que os outros países para as pessoas com preferências sexuais diferentes. No entanto, este sofreu uma redução em pouco mais de metade na década de 90 (de 52.4% em 1990 para 25.6% em 1999) e, apesar de um ligeiro aumento na década seguinte (27.7% em 2008), continua a representar uma minoria da população. Com a Alemanha, aconteceu algo parecido. Sofreu uma quebra drástica nos anos 90 (de 33.8% para 14%) e um aumento ligeiro nos anos 2000 (17.1% em 2008). A Espanha e a Grã-Bretanha mostram-se os mais abertos neste sentido. Esta última passou de sensivelmente um terço da população em 1990 que afirmou não gostar de ter homossexuais como vizinhos para apenas um décimo em 2008. Espanha é a campeã da tolerância sexual, com um nível de 30.8% em 1990 e apenas 5.4% (uma vigésima parte da população!) em 2008. Em geral, todos os países têm actualmente valores baixos de intolerância a este aspecto, no entanto será necessário mais algum tempo para ter mais certeza quanto à evolução em Portugal e na Grã-Bretanha.

Gráfico nº 13 - Aspectos importantes a incluir na educação: tolerância e respeito



Base: Total de 20 590 entrevistados.

Fonte: European Values Study

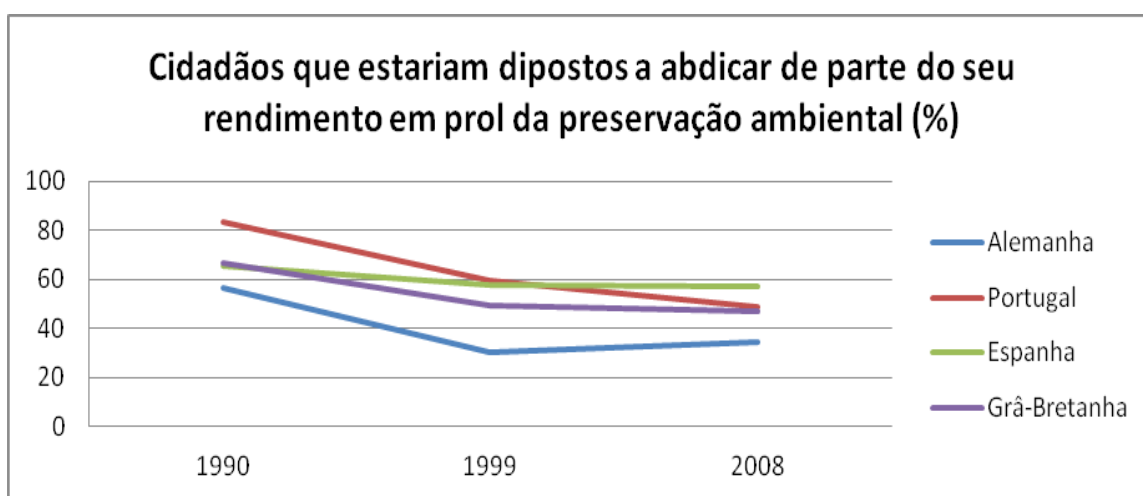
Outra forma eficaz de testar a abertura de uma sociedade é ver quais os valores que escolhe inculcar às suas crianças. O gráfico acima representa a relevância que, dentro de uma lista de vários valores diferentes, a “tolerância” e o “respeito” têm na educação dos mais novos. Observa-se que tem um peso significativo em todos os países. Apesar disso, Portugal revela os valores mais baixos e sem alteração de maior nas duas décadas analisadas. Espanha e Grã-Bretanha, mais uma vez, competem pelo lugar de mais tolerantes. A Alemanha aparece numa posição intermédia neste grupo e com uma quebra muito ligeira, mas continua a ser um nível elevado de peso dado à tolerância e ao respeito na educação.

vi. Ecologia

Conceber o Outro como seu semelhante e não como uma ameaça ajuda a alimentar a confiança e a ter uma noção mais aprimorada dos benefícios e da necessidade de cooperação. Por isso, o pós-materialista tem tendência a estar mais envolvido com a sua comunidade e a participar activamente na resolução dos seus problemas. A responsabilidade social é parte integrante da sua postura. Cada é livre de escolher a sua causa, mas o importante é que se envolva na luta pelo que acredita. Isto é especialmente evidente na luta pela preservação ambiental. A preocupação ecológica é, pois, uma característica muito reveladora deste espírito. Dalton, no seu livro, refere muitas vezes que uma boa forma de assessor esta transformação seria ver até que ponto os indivíduos estão dispostos a sacrificar o seu próprio rendimento para garantir que a Natureza é preservada. Isto denota claramente uma perda da prioridade do dinheiro ou bens materiais em

detrimento do cuidado com a preservação dos recursos naturais, um valor comum a todos, que, pela falta de sentido de comunidade, sai muitas vezes prejudicado nos dias de hoje. O pós-materialista percebe que este problema é mais grave e mais complexo do que ter uma vida materialmente cómoda e que se estende além-fronteiras, necessitando do contributo pessoal de muitos.

Gráfico nº 14 - Sentimento ecológico dos cidadãos



Base: Total de 19 119 entrevistados.

Fonte: European Values Study¹⁰⁸

Estes resultados contrariam as teorias de Dalton discutidas no capítulo anteriorte. Em vez unde se observar um aumento na predisposição para abdicar de rendimento em prol da preservação ambiental, essa mentalidade parece recuar e manifestar-se mais em países considerados menos pós-materialistas. Resta saber que motivações estão por detrás destas

108

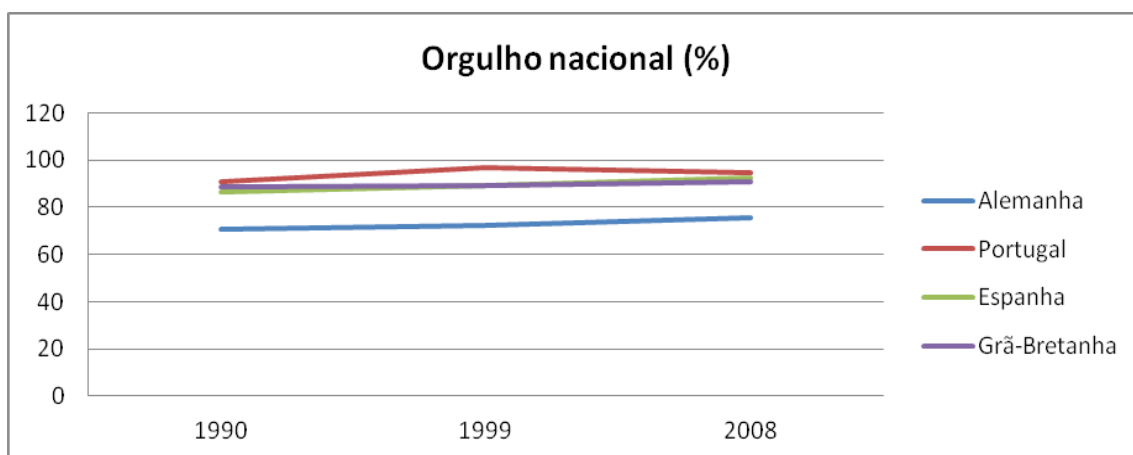
Os valores apresentados resultam da soma do número de respostas “strongly agree” com as “agree”, de modo a representarem o volume de entrevistados que, de alguma forma, concordam com esta posição.

posições. Inglehart fala de um possível recuo derivado de uma crise económica mais ou menos grave. O ano de 2008 foi o último de medida no EVS e coincide com o contágio da crise financeira americana na Europa. No entanto, não há ainda dados disponíveis que possam esclarecer o desenrolar das opiniões depois de esta se instalar e se revelarem as suas repercussões mais graves (como é exemplo do plano de recuperação financeira de Portugal). De facto, pode observar-se a Alemanha, em 1990, a registar o valor mais baixo de pessoas dispostas a ter menos rendimento pela garantia de preocupação ecológica e Portugal a liderar. Ao longo das duas décadas de observação, em todos os países, a proporção de entrevistados com esta característica pós-materialista diminuiu consecutivamente. Em 2008, apenas em Espanha esta proporção constituía uma maioria (57.1%). Portugal estava muito perto (48.9%), bem como a Grã-Bretanha (46.7%). A Alemanha, a fechar, tinha pouco mais do que um terço (34.4%).

vii. **Nacionalismo *versus* Internacionalismo**

Os materialistas têm, usualmente, um forte sentido nacional. Quando posto em causa, põem o seu país e o seu povo acima dos demais. Como têm tendência a desconfiar do que é diferente, mostram chauvinismo face a outras culturas ou nacionalidades. Os pós-materialistas, por outro lado, produto da globalização, são mais internacionalistas. Consideram-se cidadãos do mundo e concebem a sua cultura como parte de um todo que constitui a espécie humana. As fronteiras e a soberania nacional, ou a vantagem sobre outros países, perdem relevo perante esta visão do mundo.

Gráfico nº 15 - Sentimento dos cidadãos em relação à sua identidade nacional



Base: Total de 19 183 entrevistados.

Fonte: European Values Study¹⁰⁹

Em geral, todos estes países revelam um alto índice de orgulho nacional, tendo a maioria da população como adepta. Não obstante, estes dados confirmam a tendência pós-materialista que grassa na Alemanha. Dos países neste lote, é o que se mostra menos nacionalista. Há que considerar, no entanto, que, historicamente, sofreu grandes desilusões com o nacionalismo exacerbado, pelo que pode ter fomentado um desejo de afastamento de ideais ou valores com grande peso nacionalista. Portugal, pelo contrário, é o que se mostra mais abertamente orgulhoso. Espanha e Grã-Bretanha ficam-se pelos lugares intermédios, apesar de em níveis acima dos 80%. As nacionalidades parecem estar ainda consideravelmente enraizadas nestes países europeus.

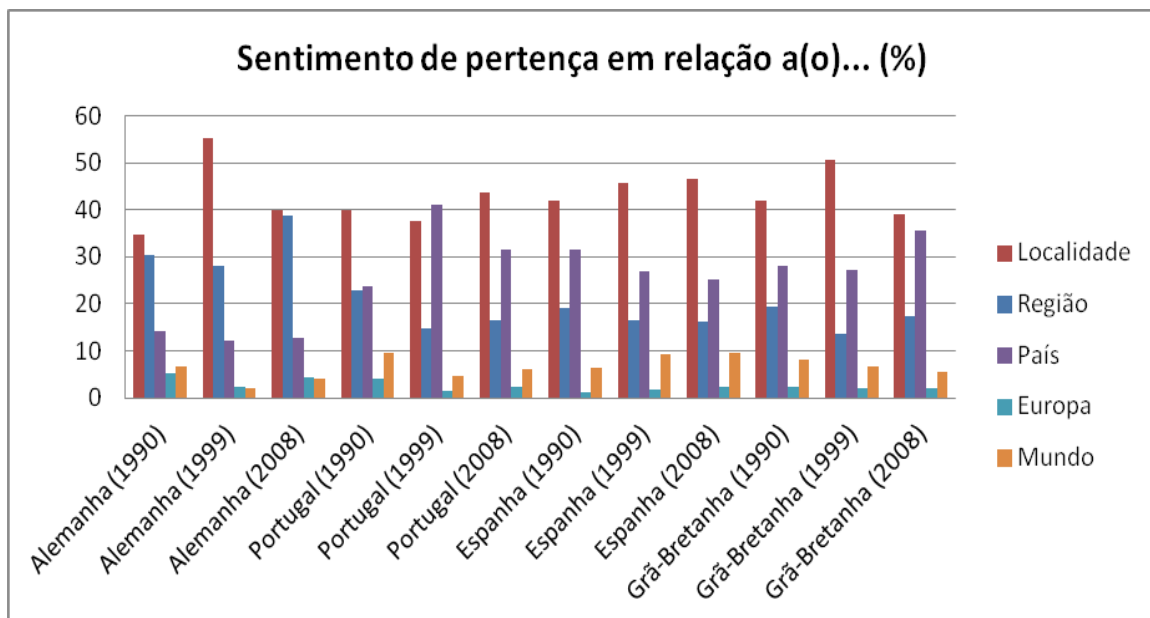
Porém, analisar o orgulho nacional isolado é pouco conclusivo, pelo que há que contrapor com outras camadas de pertença. A União Europeia, por exemplo, prevê um nível significativo de cooperação entre os Estados-membros. Para manter a paz e conseguir afirmar-se como uma

¹⁰⁹

Os valores apresentados resultam da soma do número de respostas “*very proud*” com as “*quite proud*”, de modo a representarem o volume de entrevistados que sentem orgulho na sua nacionalidade.

potência regional no mundo, a UE precisa de ter cidadãos europeus próximos entre si e que tenham também uma identidade/cidadania europeia. Ver o estado desta última pode ajudar a ver se a abrangência do nacionalismo, apesar de forte, traduz-se numa parte de uma identidade com várias escalas, em que se inclui o sentimento europeu (ou o esbatimento das fronteiras nacionais, como se quer aqui descobrir) ou mantém-se como primeira e única identidade destes cidadãos. Isto pode fazer-se à escala local, regional, nacional, europeia e até planetária.

Gráfico nº 16 - Relação dos cidadãos com os seus contextos



Base: Total de 18 974 entrevistados.

Fonte: European Values Study¹¹⁰

No gráfico, temos essa informação. Os entrevistados foram questionados sobre o nível com que se identificavam mais (entre a sua localidade, a sua região dentro do país, o seu país, a

110

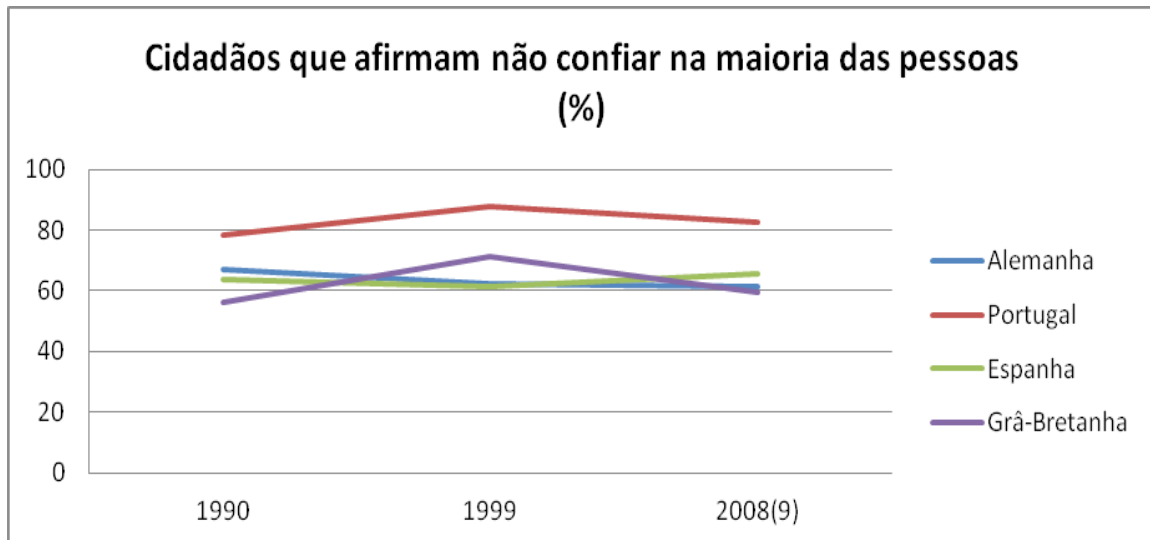
Os valores referentes à Alemanha, em 1990, são recolhidos apenas no lado da República Federal da Alemanha (RFA), na altura, ainda separada da RDA.

Europa e o mundo). Todos demonstram grande afinidade com a sua localidade, acima dos outros contextos. Apenas Portugal constituiu uma exceção, em 1990, ao nomear o país como mais importante. Entretanto, a localidade reafirmou-se entre os portugueses. O que interessa mais é analisar os níveis supranacionais, onde é considerado mais difícil manter uma relação harmoniosa com o Outro e/ou conceber como sítio de pertença. As populações dos países aqui representadas parecem sentir-se muito pouco europeias. A Alemanha começou muito bem em 1990, mas presentemente acompanha os outros estados-membros. Por outro lado, digno de nota é a identidade mundial revelar-se mais preponderante que a europeia. De facto, parece que existe uma porção de entrevistados que se consideram cidadãos do mundo antes de qualquer outra coisa. A sua evolução futura não parece muito optimista (apenas em Espanha esta proporção aumenta consecutivamente), mas há que esperar para ver.

viii. **Percepção do Outro**

As sociedades tradicionais são, geralmente mais fechadas. São, geralmente, mais avessas à novidade e à diversidade. Isto radica num receio e desconfiança em relação ao Outro. Valores ou opiniões fora da norma são, geralmente, rejeitadas ou desconsideradas. Os materialistas estão marcados pela insegurança quanto ao seu acesso a recursos. Tiveram a sua sorte incerta e, por isso, o Outro é percebido como uma ameaça à sobrevivência do indivíduo ou grupo em questão. Em última análise, sociedades tradicionais costumam ter baixos níveis de confiança entre os seus indivíduos. Mais uma vez, no outro lado do espectro, as sociedades pós-materialistas demonstram um comportamento oposto. Como a sua sobrevivência estava assegurada, a diversidade é bem-vinda e o Outro não é percebido como uma ameaça ou competição no acesso a recursos. Os níveis de confiança interna destas sociedades costumam ser mais elevados.

Gráfico nº 17 - Nível de confiança dentro de uma sociedade



Base: Total de 19 414 entrevistados.

Fonte: European Values Study¹¹¹

Para tentar perceber qual é o caso nos países escolhidos, apresenta-se um gráfico que representa a proporção de entrevistados (cidadãos) que afirma não confiar na maioria das pessoas. As sociedades retratadas dão evidências de terem níveis de confiança baixos. Em todos, a maioria da população mostra-se relutante em confiar nas outras pessoas. Portugal lidera estes valores, com mais de 80% das pessoas, na maior parte do tempo estudado, a confessar não confiar nos demais. Parece seguir uma tendência decrescente no presente, mas será necessário mais dados que corroborem esta ideia. A Grã-Bretanha, que começou, em 1990, com o valor mínimo de 56,3%, viu a desconfiança aumentar em 1999 (71,1%) e voltar a 59,7%, o valor mais reduzido de

111

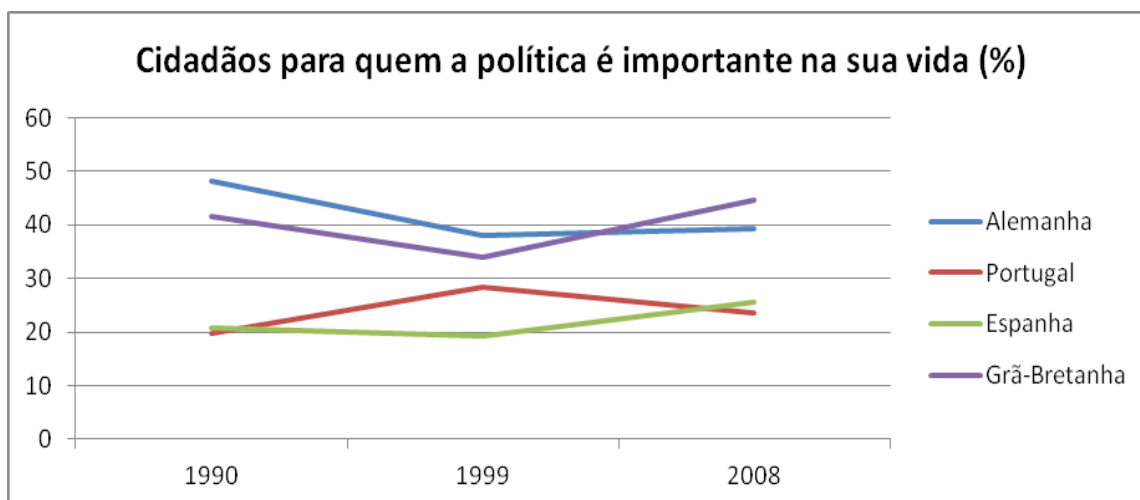
Os valores apresentados resultam da soma do número de respostas “*very proud*” com as “*quite proud*”, de modo a representarem o volume de entrevistados que sentem orgulho na sua nacionalidade.

2008, de entre os quatro países. Alemanha e Espanha percorreram um caminho semelhante, mas também é difícil perceber qual será a sua evolução.

ix. Sociedade Civil

Um dos traços mais relevantes do pós-materialismo para esta dissertação é o facto de a sociedade civil resultante desta mentalidade ser uma bastante dinâmica. O pós-materialista tem um grande sentido de comunidade e, graças a isso, almeja participar activamente na sua construção e preservação. Na política, costuma ser mais interessado e mais sofisticado que o materialista. É mais educado, o que lhe permite acompanhar e compreender melhor o desenrolar dos acontecimentos na cena política. Como não tem muita deferência perante a autoridade, não tem receio em declarar as suas intenções e opiniões. Assim, as sociedades civis onde prolifera o pós-materialismo são marcadamente mais poderosas dentro da democracia, tendo voz e estando mais envolvidas no destino do seu país. As sociedades de cariz materialista, no outro lado da moeda, costumam ser mais despolitizadas e deixar a política nas mãos das elites. Existe, em regra, um fosso de compreensão e de interesse entre as elites e o público em geral, o que deriva na alienação política de uma grande fatia (muitas vezes, a maioria) da população.

Gráfico nº 18 - Importância da política na vida do cidadão



Base: Total de 20 389 entrevistados.

Fonte: European Values Study¹¹²

Pode ver-se, no gráfico acima, os entrevistados para quem a política é importante nas suas vidas. A Alemanha liderou estes resultados até, sensivelmente, a meio dos anos 2000. Depois, foi ultrapassada pela Grã-Bretanha. Portugal e Espanha são os que se mostram menos interessados, mas estão a sofrer evoluções em direcções diferentes. A de Espanha parece positiva e a de Portugal, negativa. Houve uma pequena convergência dos países, com a Alemanha e Grã-Bretanha a verem a importância da política a diminuir e, em Portugal e Espanha, a aumentar. Todavia, nenhum dos países atinge os 50%. Isto significa que seguir a política é importante para menos de metade da população dos quatro países escolhidos. As perspectivas futuras parecem beneficiar a Grã-Bretanha e Espanha, enquanto a Alemanha traça um caminho mais duvidoso e Portugal vai em rota descendente.

112

Os valores apresentados resultam da soma do número de respostas “*very important*” com as “*quite important*”, de modo a representarem o volume de entrevistados que acham que a política é relevante nas suas vidas.

Gráfico nº 19 - Grau de participação/envolvimento da população em associações ou organizações da sociedade civil



Base: Total de 20 656 entrevistados.

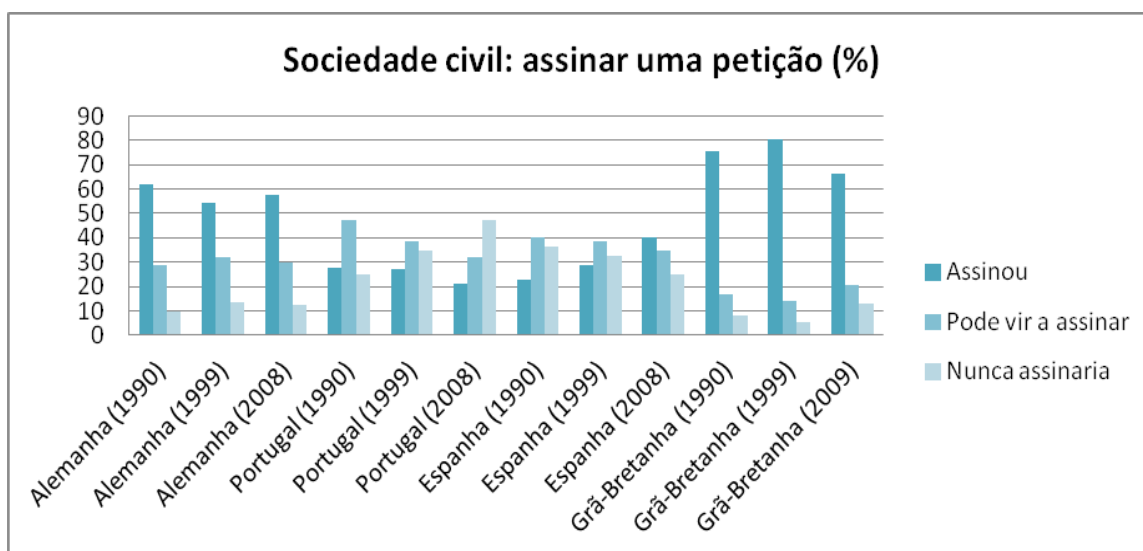
Fonte: European Values Study

Aqui, a lógica da análise é inversa, efectuada pela negativa. Apesar de o questionário incluir uma série de formas de participação de e na sociedade civil passível de se estudar, aqui, e para simplificar, é mais relevante a não participação do que a participação. O gráfico figura a porção de população que se coíbe de participar em qualquer iniciativa da sociedade civil, seja a aderir a uma causa, seja participando numa associação cívica. Isto significa que estão representados os nacionais de cada país que constituem a sociedade civil, mas não exercem o seu domínio. Sublinhando as previsões, Portugal e Espanha aparecem como os que têm mais pessoas que afirmam não estar envolvidas em nenhuma actividade deste tipo. Espanha foi alvo de uma ligeira quebra em 1999, ou seja, um aumento da participação geral. Em 2008, nos dois países, cerca de 4/5 das pessoas não se mostraram interessadas em fazer parte integrante de uma sociedade civil dinâmica. A Alemanha, em 1990, tinha sinais muito positivos no campo pós-materialista, rondando um pouco acima de 1/5 da população (26.4%) que não incorria em nenhuma actividade cívica. Com o passar do tempo, esta tendência inverteu-se e, em 2008, esta

proporção chegava quase aos 3/5 (57.5%). A Grã-Bretanha foi a única a manifestar uma melhoria neste departamento.

Seguidamente, estão dispostos cinco gráficos, todos referentes ao envolvimento político da sociedade civil, especificando, em cada um, as formas variadas de o fazer. Isto é feito com o intuito de perceber quais os moldes da participação destas sociedades e ver se coincidem ou não com os preceitos pós-materialistas.

Gráfico nº 20 - Participação política da sociedade civil: petição



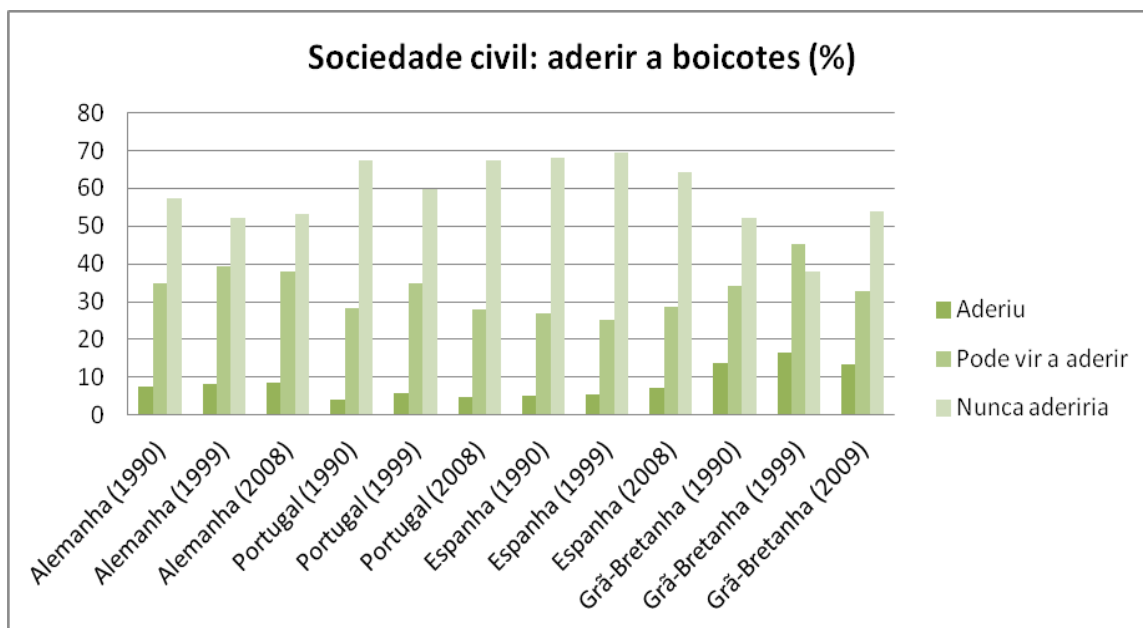
Base: Total de 19 314 entrevistados.

Fonte: European Values Study

A petição é considerada um elemento valioso e um marco de relevo na abertura das instituições ao público. É a forma mais directa que o eleitorado tem de se fazer ouvir e, por isso, considerado um porta-estandarte do comportamento típico pós-materialista, que procura vias de participação mais inequívocas e eficazes. A Alemanha e a Grã-Bretanha são os países onde as pessoas mais assinam petições. O número de cidadãos que incorreu nesta acção diminuiu um pouco em ambos, apesar de não de linearmente. Mesmo assim, essa perda foi largamente transferida para “Pode vir a assinar”, pelo que se pode afirmar que parecem países dados à

participação em petições. Muito pelo contrário, em Portugal, estas últimas parecem não ter grande popularidade. A proporção de “Nunca assinaria” não parou de aumentar no tempo estudado, tendo o valor mais alto de todos em 2008, que corresponde a quase metade da população (47%). Espanha viu o seu número de assinantes de petições aumentar, mas o seu peso no todo da população é ainda modesto.

Gráfico nº 21.1 - Participação política da sociedade civil: boicote



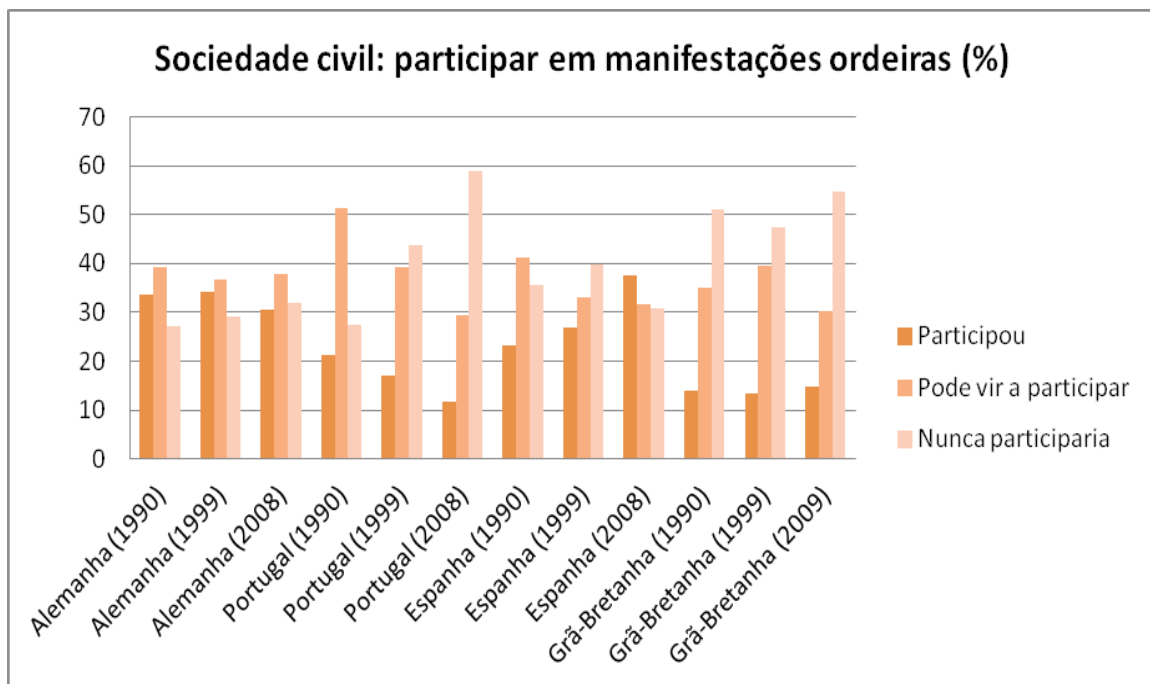
Base: Total de 18 638 entrevistados.

Fonte: European Values Study

Outra forma de fazer conhecer a sua vontade é através dos boicotes. Eles são uma forma menos tradicional de fazer passar o descontentamento. O seu carácter alternativo torna o boicote uma acção relativamente popular entre pós-materialistas. Os níveis de participação em boicotes nos quatro países são muito reduzidos. A sociedade civil que mais se mobiliza para boicotar é a britânica, com mais de 1/10 da população a participar. Logo de seguida, vem a Alemanha. Em ambos os países, mesmo tendo baixa adesão, têm altos índices de pessoas que afirmam “Pode vir

a aderir”. Em 1999, a Grã-Bretanha chegou a ter este valor mais elevado que os “Nunca aderiria”, mas foi a única vez que isso aconteceu, no tempo estudado. Em Portugal e Espanha, os boicotes não reúnem tantos adeptos. A proporção de inquiridos que responde “Nunca aderiria” tem uma grande vantagem relativamente às outras respostas, estando perto dos 70% em quase todos os momentos analisados. Mesmo os entrevistados que respondem “Pode vir a assinar” são proporcionalmente menos do que os registados na Alemanha e na Grã-Bretanha. Neste campo, estes últimos parecem dar sinais de maior transformação social.

Gráfico nº 21.2- Participação política da sociedade civil: manifestação ordeira



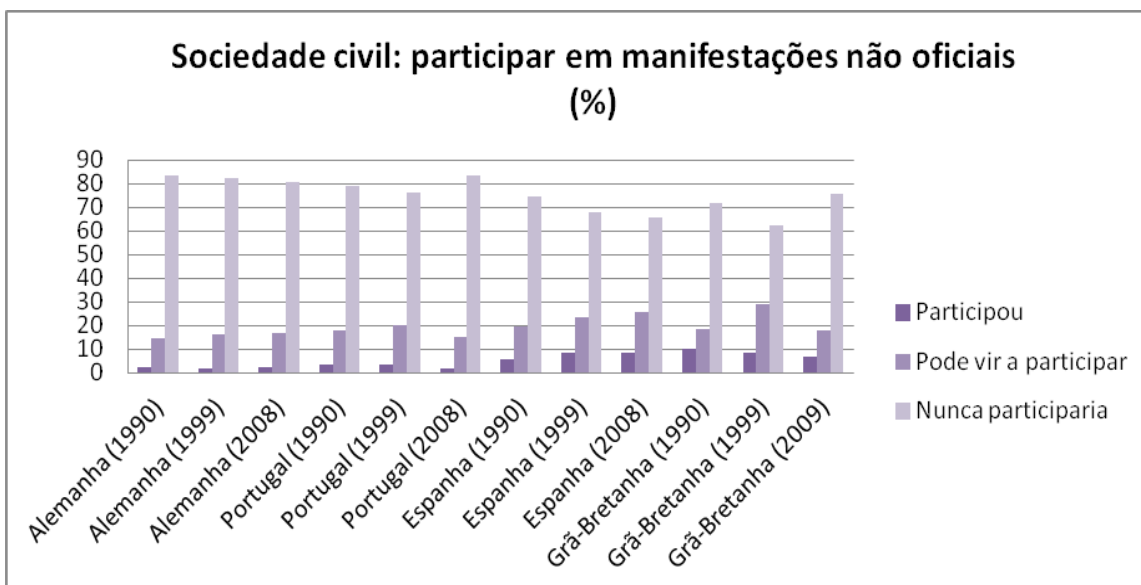
Base: Total de 19 379 entrevistados.

Fonte: European Values Study

Numa sociedade pós-materialista, a participação em manifestações ter-se-á transformado num hábito. Em vez de, como anteriormente acontecia, ser um sinal de o regime estar em perigo (ou de o descontentamento estar a atingir um estado crítico), transformou-se num bom barómetro

da opinião pública e uma forma de aliviar alguma tensão do eleitorado. Nas democracias, cada vez mais se torna sistemático e aceite manifestar-se em caso de não se concordar com alguma medida ou se querer mudar o *status-quo*. Com efeito, os índices de participação são mais elevados na Alemanha. Apesar disto, a quantidade de “Pode vir a participar” ainda excede a dos que participam, e a dos que afirmam que nunca participariam não fica muito atrás. Os três grupos estão muito contrabalançados. Espanha é o segundo país onde as manifestações são mais populares e com cada vez mais participantes. Em 2008, esses eram já mais numerosos que os das outras duas categorias. A Grã-Bretanha vem em terceiro, tendo muito poucas pessoas que escolhem manifestar-se e muitas mais a recusar participar em qualquer tipo de demonstração. Por fim, Portugal é onde a manifestação recolhe menos apoiantes e o seu número diminui progressivamente entre 1990 e 2008. Porventura fruto da herança autoritária, pode ser considerado pouco socialmente aceitável emitir juízos de valor em público sobre o governo ou as instituições. As manifestações eram proibidas até 1974 e este sentimento de desaprovação perante as mesmas pode ter ficado enraizado, ou não ter tido tempo de se desvanecer ou transformar. No entanto, ele parece até crescer. Em 2008, uns surpreendentes 58.9%, quase 3/5 dos entrevistados portugueses, afirmaram que nunca participariam de uma demonstração pública, mesmo que ordeira.

Gráfico nº 21.3 - Participação política da sociedade civil: manifestação não oficial



Base: Total de 18 882 entrevistados.

Fonte: European Values Study

Uma outra hipótese de expressão da sociedade civil é através de manifestações não oficiais. Isto acontece quando as autoridades não são informadas. É uma demonstração fora dos moldes habituais, pois carece de legitimação, ou seja, não é oficial. É importante aqui fazer a distinção entre manifestações ordeiras e não oficiais. Os pós-materialistas apreciam formas alternativas de comunicar a sua opinião, mas têm preferência por maneiras pacíficas de o fazer. Por isso, têm, em geral, mais simpatia por manifestações ordeiras do que por não oficiais. Nos dados, vê-se que, em geral, este tipo de demonstração não é muito levado a cabo. Os níveis de respostas “Nunca participaria”, em todos os países, são consideravelmente mais elevados do que as restantes respostas. Aqui, a Alemanha é que tem menos pessoas a participar neste tipo de manifestações e mais a recusar terminantemente. Em Portugal, a situação é intermédia, sendo que parece acontecer cada vez menos. Em 2008, obteve a maior porção registada de pessoas que “Nunca participariam”. Espanha e Grã-Bretanha têm os valores mais elevados de participação da

sociedade civil em manifestações não oficiais, bem como de entrevistados a responder “pode vir a participar”. Parece que, nestes países, vigora uma cultura mais rebelde e, quiçá, truculenta.

Gráfico nº 21.4 - Participação política da sociedade civil: ocupações



Base: Total de 18 995 entrevistados.

Fonte: European Values Study

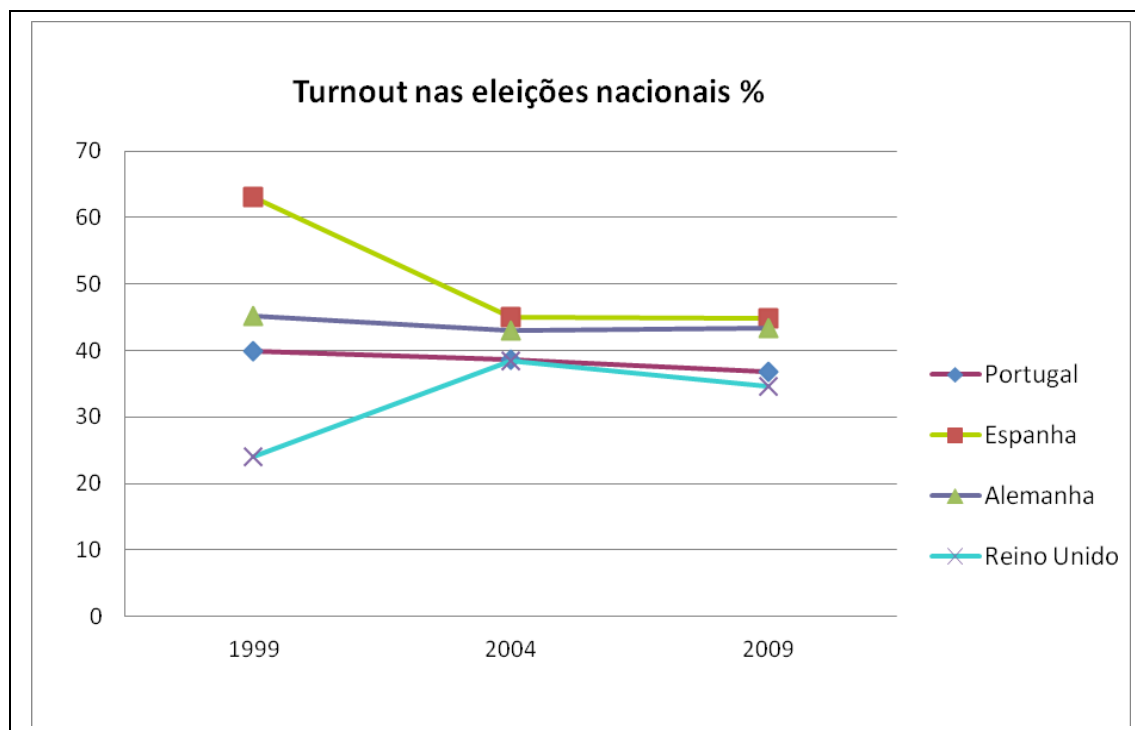
Último desta série de gráficos, o apresentado acima refere-se a uma outra, ainda mais alternativa, forma de protesto - a ocupação de imóveis ou outros espaços. Este género de iniciativa tem ganho admiradores, como podemos ver pelo famoso *Occupy Wall Street*. Nos países europeus que aqui se analisam, esta não é ainda uma forma de manifestar descontentamento de eleição. Os valores de participação em ocupações rondam os 1 e 2% nos quatro países, sendo que a Espanha e a Grã-Bretanha, mais uma vez, se provam um pouco mais rebeldes.

No todo, olhando para o perfil do cidadão, é notório um misto de sinais materialistas e pós-materialistas em qualquer das sociedades. No entanto, afirmar algo com veemência seria muito prematuro. A complexidade social e valorativa não permite uma classificação peremptória, mas parece haver mais traços pós-materialistas na Alemanha, apesar de parecerem recuar um pouco na primeira década e voltar lentamente a esse desenvolvimento nos anos 2000. Entre 1990 e 1999, a reunificação das duas Alemanhas pode ter influenciado os resultados, com a absorção de cerca de 17 milhões de cidadãos que tinham vivido até aí sob a égide de um regime autoritário. Mais informações nos próximos tempos fornecerão alguns esclarecimentos. Logo de seguida, vem a Grã-Bretanha com uma evolução pouco clara e atabalhoada. É ainda incerto o caminho que tomará. Parece haver a semente do pós-materialismo, mas que é algo contrariada. Quanto à variável ou variáveis que exercem esta força, a forte tradição pode ser uma sugestão, mas mais estudo no assunto será necessário. Espanha e Portugal vêm na cauda do desenvolvimento pós-materialista. São democracias mais novas que, contudo, mostram, já, indícios de seguirem este trilho. Espanha parece ir um pouco à frente, com Portugal ainda muito vergado a tradições, normas sociais e religião. A recente crise financeira ameaça atrasar esta evolução e trazer estes cidadãos de volta ao materialismo, devido à insegurança quanto à sobrevivência e ao seu acesso a recursos.

II. O Cidadão e as Instituições Políticas

Na sociedade pós-materialista, o cidadão tem uma relação paradoxal com as instituições políticas. Ao mesmo tempo que tem um cepticismo marcado quanto à competência do serviço público, por outro, continua a defender a democracia e ambiciona participar nela de uma forma mais activa. Quando os materialistas estão descontentes, mais facilmente põem o regime em causa. O pós-materialista deseja a democracia, mas é exigente perante o que esta lhe pode oferecer, não se contentando com instituições que começam a dar sinais de serem incipientes ou se tornarem obsoletas.

Gráfico nº 22 - Participação dos cidadãos nas eleições legislativas



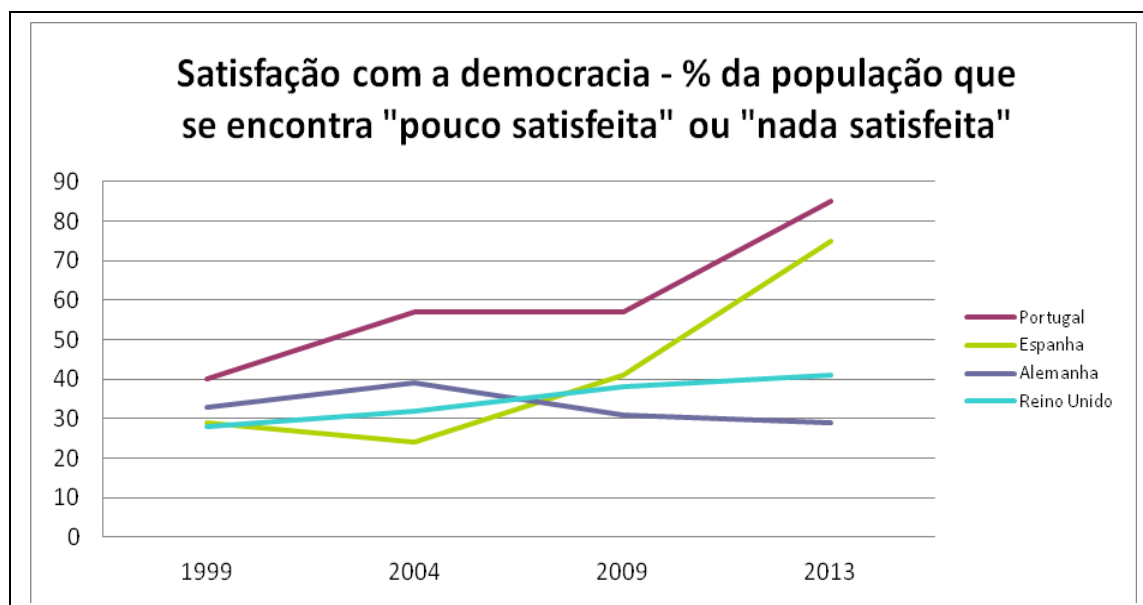
Fonte: Eurostat

Uma das evidências mais notórias do avanço do pós-materialismo reside nas baixas taxas de *turnout*, ou seja, na reduzida quantidade relativa de eleitores que exercem efectivamente o seu

direito de voto. A abstenção pode ser uma maneira de comunicar descontentamento e frustração para com a classe política. A postura pós-materialista é de que o voto não é suficiente para se traduzir numa participação política eficaz. As eleições constituem ainda o meio de participação política de excelência na democracia e são a forma mais directa disponível de interferir com quem ocupa os cargos políticos. No entanto, isto que funcionou durante muitos anos, começa a parecer insuficiente para os novos eleitores. Eles acham que escolher os governantes a cada 4/5 anos não é suficiente e promove ainda muita distância (não desejável) entre a classe política e o eleitorado. Os partidos estão lá no alto e escolhem as suas listas internamente, um processo que em grande parte decorre a portas fechadas e muito distante do cidadão comum. Para não falar do intervalo de tempo entre eleições em que estes cidadãos sentem que não têm meios (ou poucos) para fazer valer as suas opiniões aos governantes que elegeram em primeiro lugar. Como resultado, estes cidadãos têm tendência a olhar as eleições com crescente cepticismo e alguns deles, apesar de reconhecerem a sua importância, por vezes, afastam-se um pouco e tentam formas alternativas de se fazer ouvir. No gráfico, estão as taxas de *turnout* provenientes do Eurostat, das eleições legislativas, desde 1999 a 2009. Nas primeiras eleições observadas, em 1999, a realidade era muito diferente da que se observa no presente. Os quatro países registavam grandes diferenças entre si. A Espanha dominava todos os outros, com 63.1% dos eleitores registados a irem votar. Depois, a Alemanha e Portugal na faixa entre os 40% e os 50% e, finalmente, o Reino Unido com o eleitorado mais abstencionista. É curioso a Alemanha estar próxima de Portugal, pois a primeira tem historicamente uma participação elevada nas eleições e o segundo, exactamente o contrário. A despolitização da sociedade levada a cabo no Estado Novo descreditou muito este processo e permanece no seio dos portugueses um misto de um certo desinteresse, por um lado, e cepticismo, por outro, em relação à sua influência real nas pessoas eleitas. Na Alemanha, o que se observa pode ser já o processo de diminuição do *turnout* em marcha que Dalton menciona. Na época de eleições seguintes, em 2004, os valores dos quatro convergiram sem, no entanto, alterarem as suas posições relativas, isto é, uma quebra acentuada

na Espanha, descidas ligeiras na Alemanha e em Portugal e uma melhoria bastante acentuada no Reino Unido. Em 2009, os valores não se alteram muito. Apenas se registou uma descida ligeira em Portugal, Espanha e com especial incidência no Reino Unido, dando conta de uma diminuição progressiva da participação nas eleições na maioria dos países estudados. Somente a Alemanha obteve um aumento muito incremental de 0.3 pontos percentuais.

Gráfico nº 23 - Grau de satisfação dos cidadãos com a forma como funciona o seu regime democrático



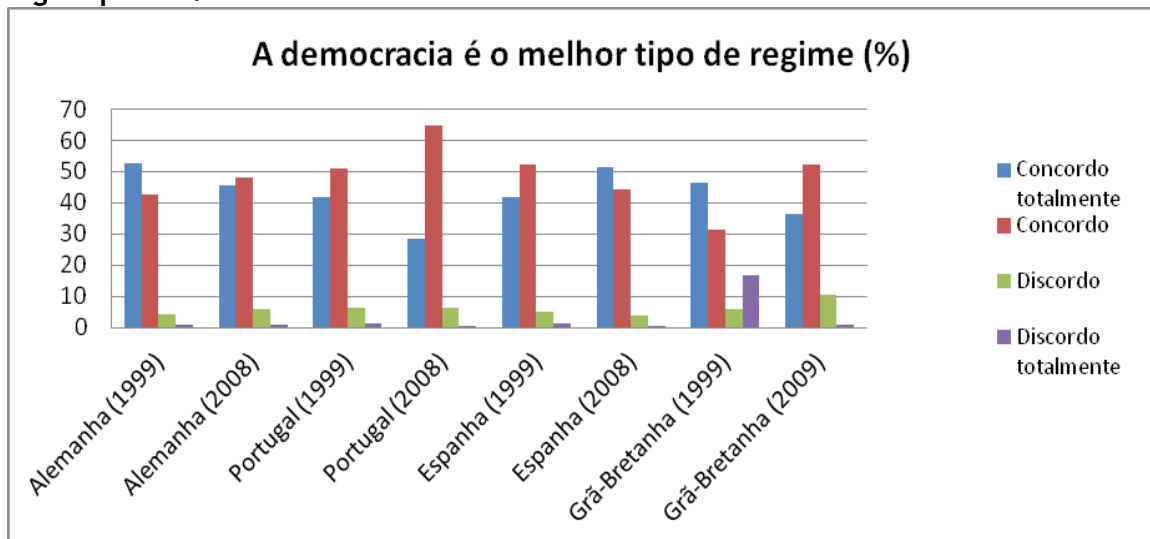
Base: Total de 19 732 entrevistados.

Fonte: Eurobarómetro

Todavia, a análise da taxa de *turnout* isolada tem as suas limitações. Conjugar o grau de satisfação com a democracia ajuda a dar uma imagem mais completa. Aqui, está disposto o volume de respostas “Pouco satisfeito” e “Nada satisfeito” com a maneira como a democracia se desenrola no seu país. Analisando nesta perspectiva, Portugal e Espanha são, de longe, os países que mais duvidam da eficácia da democracia. O sentimento de desilusão seguiu uma rota ascendente em Portugal na primeira década analisada, que se acentuou bastante no período

seguinte entre 2009 (57%) e 2013 (85%), representando um aumento em 1/3. Espanha teve uma progressão diferente na primeira década, reunindo mais simpatizantes até 2004. Contudo, no período entre 2004 e 2013, a satisfação com a democracia entre os espanhóis sofreu uma quebra de 45%. Ambos parecem reflectir as dificuldades advindas da crise financeira que assolou estes países de forma mais intensa que os seus parceiros europeus aqui presentes. Os cenários do Reino Unido e da Alemanha contam uma história diferente. Em ambos, a insatisfação só ascende acima dos 40% no Reino Unido, em 2013 (41%). Antes disso, os seus valores foram sempre relativamente baixos, apesar de mostrarem um aumento progressivo no período estudado. Na Alemanha, o país dito mais pós-materialista, as baixas taxas de *turnout* não são acompanhadas pelo descontentamento com a democracia, evidenciando uma noção de que os dois são fenómenos relacionados, mas cujo desempenho deve ser avaliado separadamente. A Alemanha constitui o único país deste lote onde a satisfação com a democracia, na realidade, aumenta.

Gráfico nº 24 - Grau de concordância com a afirmação “A democracia é o melhor tipo de regime político.”



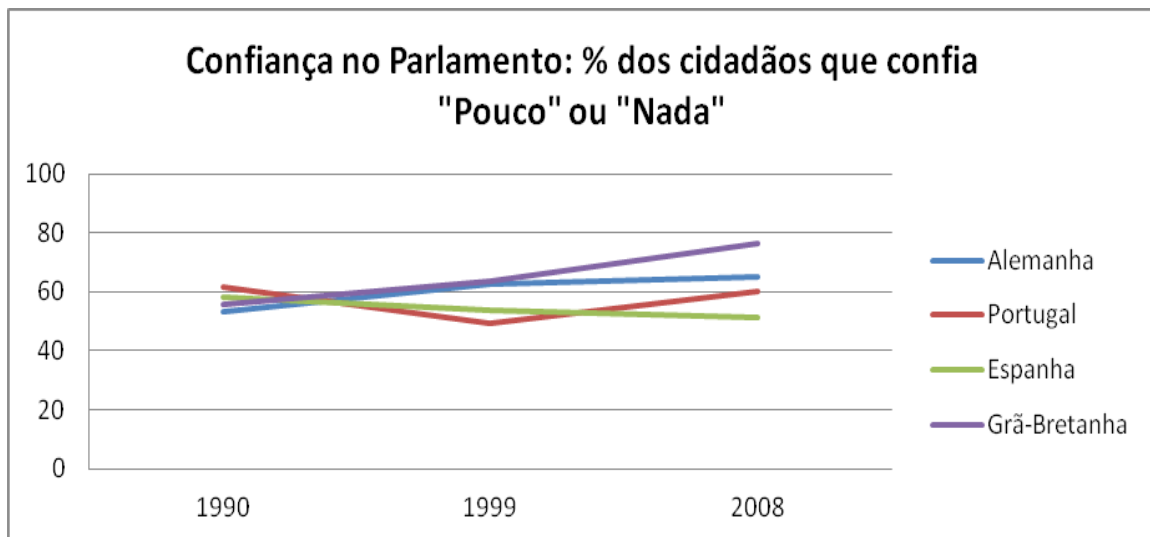
Base: Total de 10 844 entrevistados.

Fonte: European Values Study

Os pós-materialistas têm reservas relativamente ao efeito concreto da sua participação nas eleições, mas não negam que é em democracia que almejam viver. Não desejariam outro tipo de

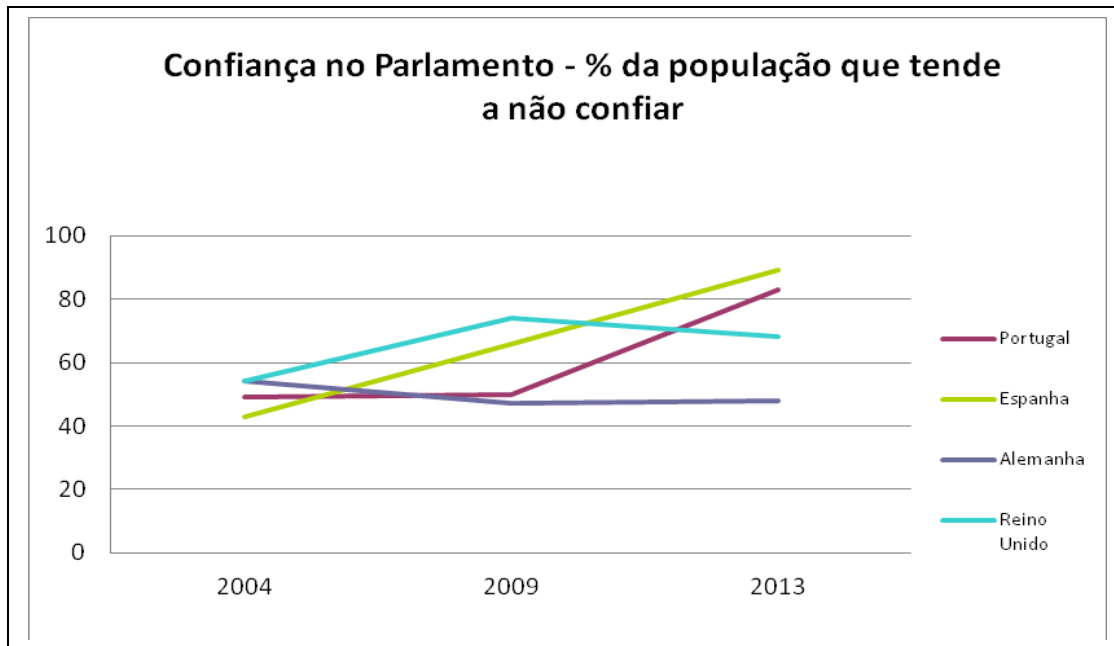
regime, que, na mesma lógica de Churchill, é o menos mau que se inventou até à data. No entanto, essa mesma democracia pode ser aprofundada para se parecer mais com uma democracia participativa, ao invés do actual modelo em vigor da democracia representativa. Esta pergunta que mede o grau de concordância com a afirmação “A democracia é o melhor tipo de regime político” foi incluída apenas a partir das vagas de 1999-2004 e 2008-2010 do EVS. Em geral, nestes quatro países, a democracia é o regime de eleição. Em Portugal e na Grã-Bretanha, no entanto, parece haver uma camada da população com mais dúvidas. A transferência que se vê em Portugal de respostas “Concordo totalmente” em 1999, para “Concordo” em 2008 coincide com a insatisfação registada no gráfico anterior, o que pode incluir a forma como a própria democracia funciona, confirmando que ainda existe alguma tendência a confundir o regime com o desempenho das instituições, bem como a herança autoritária que ainda grassa nestes contextos. Os ingleses mostram-se muito cépticos relativamente ao seu regime. Alemanha revela uma aceitação ampla da democracia como o primeiro regime desejado, mas com mais reservas em 2008 do que em 1999. Espanha mostra a evolução mais positiva neste sentimento.

Gráfico nº 25.1 - Grau de confiança dos cidadãos no Parlamento 1990-2008



Base: Total de 19 802 entrevistados.; Fonte: European Values Study

Gráfico nº 25.2 - Grau de confiança dos cidadãos no Parlamento 2004-2013



Base: Total de 14 691 entrevistados.

Fonte: Eurobarómetro

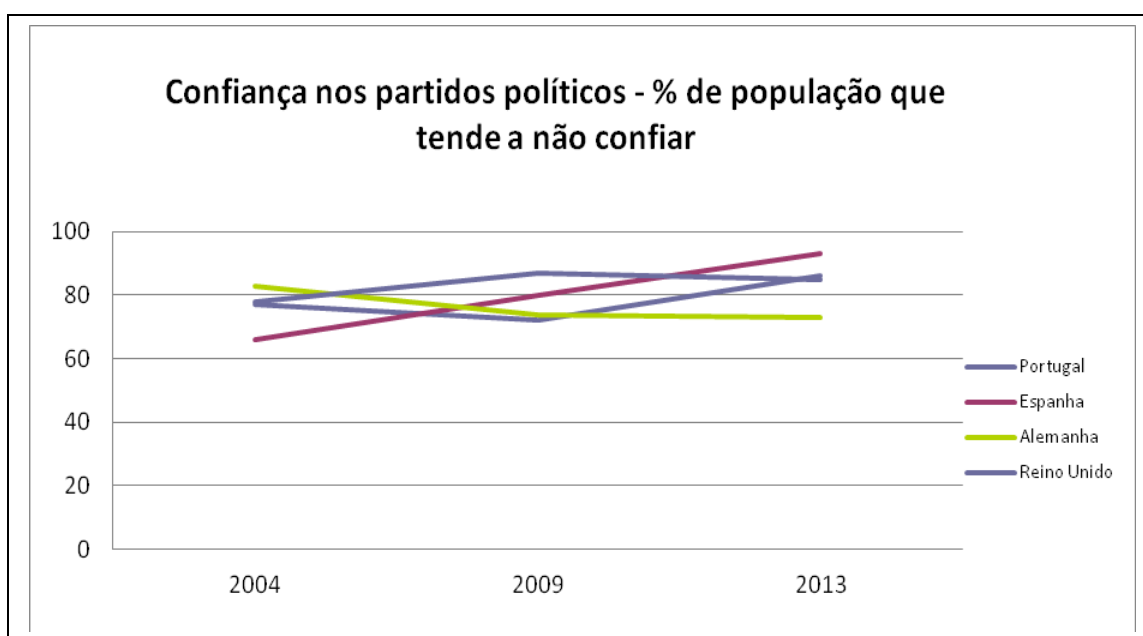
No que toca ao grau de confiança em relação às instituições, também pode constituir evidência de cepticismo ou descontentamento face a como funcionam ou a hermeticidade que demonstram perante o público. Desta feita, foram utilizados dois gráficos com a mesma informação, proveniente de duas fontes diferentes, o European Values Study e o Eurobarómetro. Os dois são complementares, uma vez que o primeiro avalia a confiança nos partidos políticos entre 1990 e 2008 e o segundo, entre 2004 e 2013¹¹³. Os dados do EVS dão conta de uma

113

As vagas de recolha para o EVS começaram nos anos 80 (usa-se a partir dos anos 90 nesta dissertação) e foram até 2008, ao passo que, no Eurobarómetro, este tipo de avaliação começou no início dos anos 2000. Juntar os dois (em gráficos diferentes) permite uma análise de um período de tempo mais longa, apesar de não se tratar da mesma base de entrevistados, mas que, no entanto, dada a representatividade da amostra, pode fornecer algumas impressões transportáveis de uma fonte para a outra.

progressão crescente entre 1990 e 2008, o que representa uma quebra da confiança no Parlamento. As posições iniciais de 1990 mostram Portugal e Espanha a liderar a desconfiança, com 61.6% e 58.1%, respectivamente, da população a responder que confia “pouco” ou “nada” no parlamento. Nos anos 90, assistiu-se a uma inversão da tendência e a Alemanha e Grã-Bretanha passaram a ocupar as posições de maior desconfiança. Entre 1999 e 2008, os valores do EVS mostram uma quebra adicional na confiança em todos os países, com excepção da Espanha. No gráfico do Eurobarómetro, pode observar-se uma certa estabilização da Alemanha perto dos 50%, o Reino Unido com um nível elevado mas em quebra e Portugal e Espanha a sofrer um pico na falta de confiança no parlamento entre 2009 e 2013, com 83% e 89%, na mesma ordem.

Gráfico nº 26 - Grau de confiança dos cidadãos nos partidos políticos



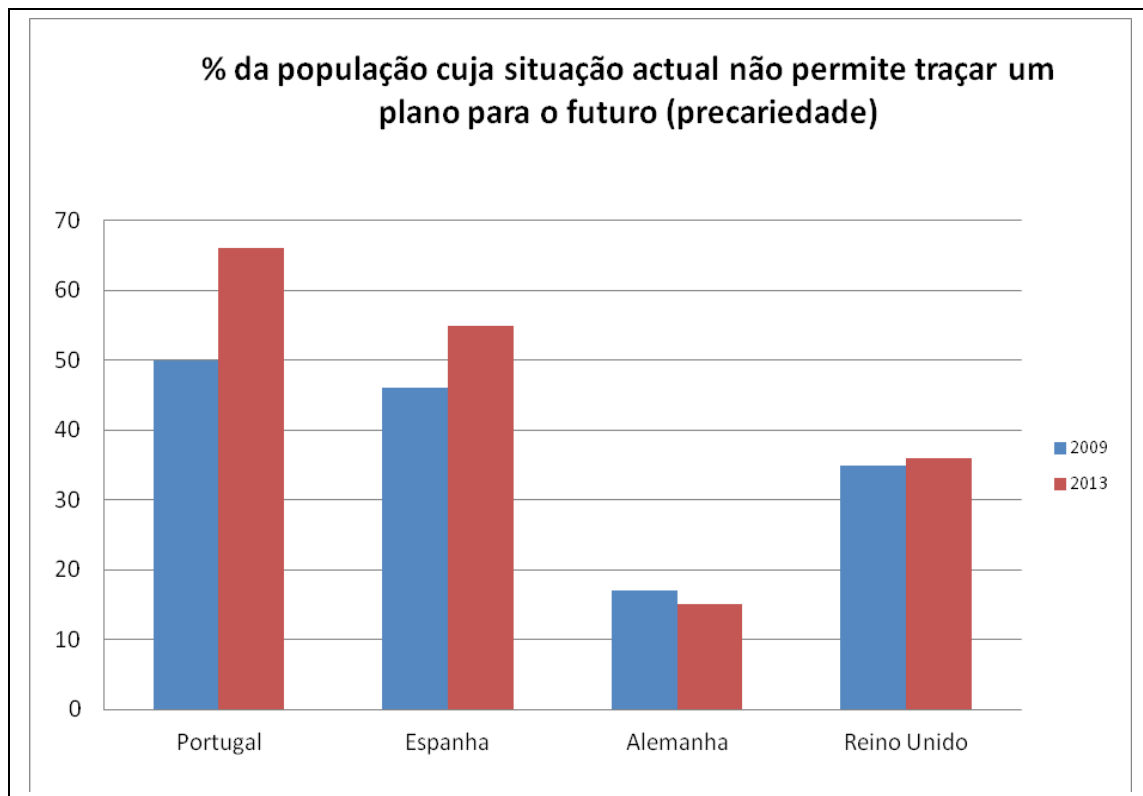
Base: Total de 14 691 entrevistados.

Fonte: Eurobarómetro

É importante compreender o grau de confiança nos partidos políticos e qual a percepção que os cidadãos têm sobre os partidos. Especialmente na Alemanha e em Portugal, o sistema promove, apesar de em formas diferentes, a supremacia dos partidos na escolha dos candidatos e

no funcionamento quotidiano dos órgãos legislativos. Desta feita, não é possível analisar antes de 2004, uma vez que esta pergunta não foi incluída no EVS antes de 2008. Portanto, a partir de 2004, pode ver-se uma multitude de direcções tomadas nos quatro países. Alemanha, Reino Unido e Portugal mostram valores elevados de desconfiança. Espanha começa com 66% e ascende ao valor mais elevado que se regista, 93% de entrevistados espanhóis que afirmam não confiar nos partidos políticos. Entre 2009 e 2013, Portugal e Espanha são os que demonstraram uma desconfiança crescente, enquanto a Alemanha e o Reino Unido seguiram a tendência inversa.

Gráfico nº 27 - Cidadãos em situação precária



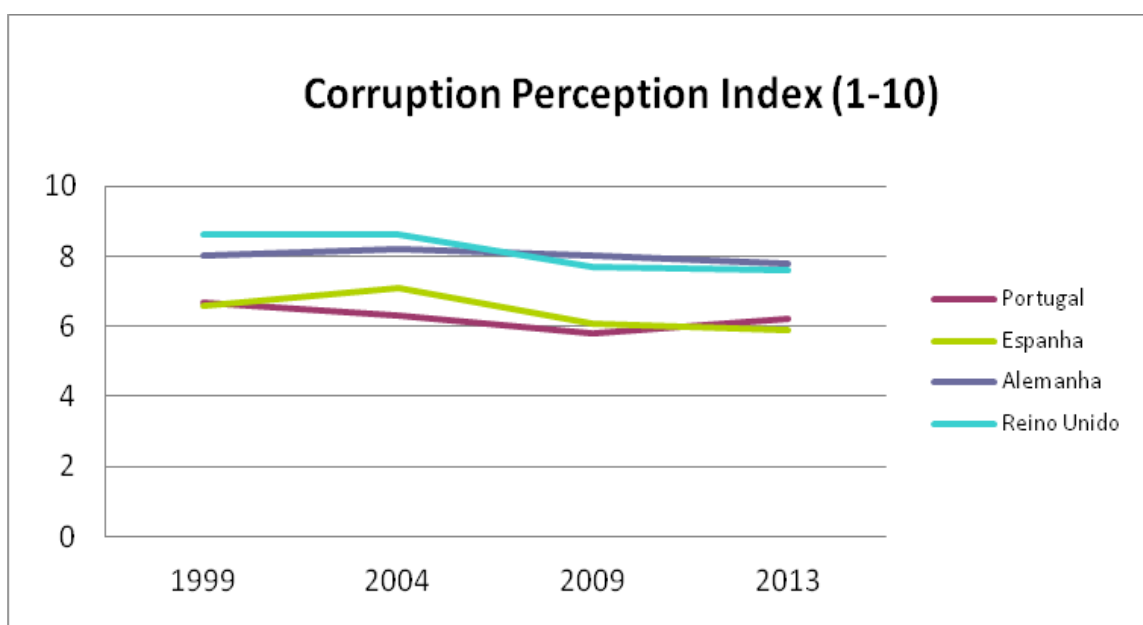
Base: Total de 9813 entrevistados.

Fonte: Eurobarómetro

Uma condição que pode ser útil analisar, apesar de não ser uma característica apontada de um pós-materialista, é um ambiente seguro e estável. Será, sem dúvida, convidativo à

proliferação desta mentalidade. No gráfico acima, estão representadas a percentagem de população de cada país que, entre 2009 e 2013, sentiu que não poderia fazer planos a médio ou longo-prazo, tentando sobreviver dia-a-dia. O Eurobarómetro informa que, infelizmente, a Alemanha parece ser o único país que oferece a possibilidade à sua população de obter alguma segurança e fugir da precariedade. Desde o estalar da crise financeira, 2 em cada 3 portugueses e 5 em cada 9 espanhóis admite dificuldades em planear o futuro. No Reino Unido, flutua a cerca de 1/3 da população. Na Alemanha é que a situação é mais optimista, com somente 1 em cada 7 cidadãos alemães a sentir o mesmo. Isto dá provas de um ambiente em que será mais difícil que se espalhe a postura pós-materialista em Portugal e Espanha, pela incerteza na sobrevivência.

Gráfico nº 28 - Grau de corrupção nos países



Fonte: Transparency International

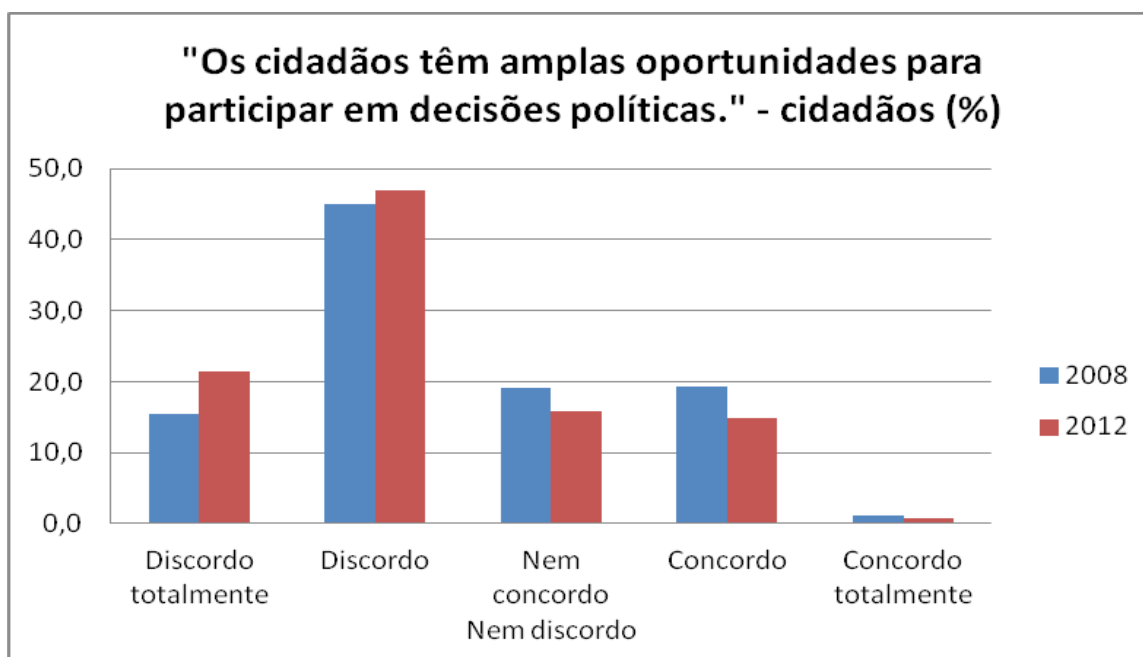
Por fim, para complementar as informações anteriores, o índice de corrupção permite ter uma noção da confiança que existe na sociedade. A corrupção, ou mesmo apenas a percepção de corrupção intensa pode afectar de forma negativa o grau de confiança entre indivíduos, com especial atenção às instituições políticas e à administração pública, em geral. Este índice lançado

pela *Transparency International* descreve o nível percebido de corrupção num país de 1 a 10, sendo que 1 sinaliza o mais corrupto e 10 o menos corrupto. Ambos Alemanha e Reino Unido têm uma classificação que ronda os 8 pontos entre 1999 e 2013, o que denota um grau relativamente baixo de corrupção. Portugal e Espanha ficam aquém, entre os 6 e 7 pontos, o que pode se traduzir numa confiança no Outro mais instável.

III. Cidadãos e Deputados: Convergência de interesses

A Assembleia da República tem empreendido consideráveis esforços para se aproximar do seu eleitorado, especialmente desde os anos 90. Contudo, uma das maiores queixas dirigidas a esta instituição sempre foi o distanciamento entre deputados e cidadãos. É verdade que, apesar de os deputados serem, também os próprios, cidadãos, a amostra de população formada por eles não é muito representativa em termos de características das mais básicas. O rácio homem-mulher tem diminuído nos últimos tempos, mas ainda está muito acima dos sensivelmente 47.6% de homens e 52.4% de mulheres a nível nacional. Além do mais, as idades concentram-se muito entre os 40 e 50 anos e a instrução escolar está muito acima da média nacional. É bom ter deputados educados, mas desde que não isso os torne desligados da realidade do seu país. Em média, também auferem mais que o português comum. Há que tentar perceber se isso e as suas ideologias mais marcadas têm ou não impacto na sua capacidade de compreender o lado do eleitorado e defendê-lo. Estudos recentes efectuados pelo Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL) destinam-se a investigar vários aspectos de dois grupos-chave na sociedade: os cidadãos e os deputados. As recolhas feitas entre os deputados tiveram lugar em 2009 e 2011 e as realizadas aos cidadãos foram em 2008 e 2012.

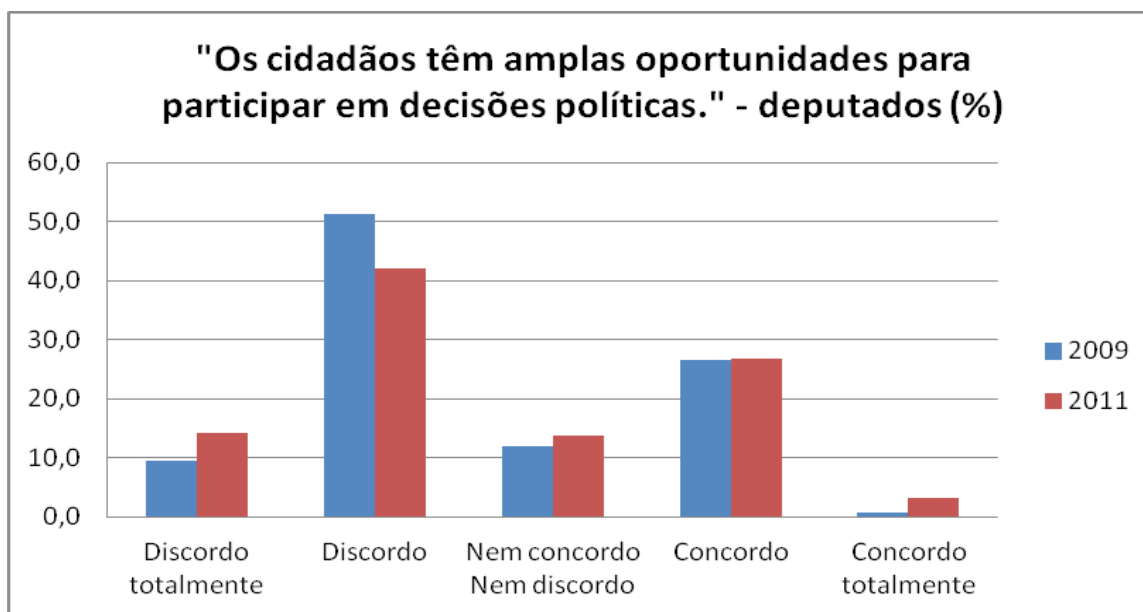
Gráfico nº 29 - Possibilidades de participação dos cidadãos: Opinião dos cidadãos



Base: Total de 2559 entrevistados (1350 em 2008 e 1209 em 2012).

Fonte: CIES-IUL

Gráfico nº 30 - Possibilidades de participação dos cidadãos: Opinião dos deputados

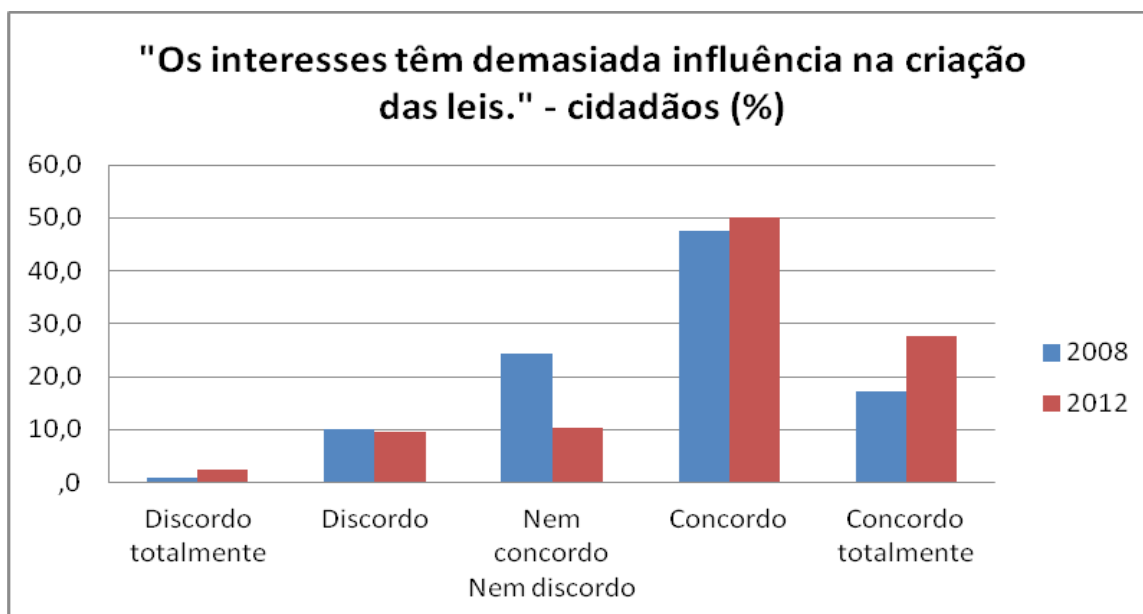


Base: Total de 391 entrevistados (201 em 2009 e 190 em 2011).

Fonte: CIES-IUL

Os gráficos acima mostram o grau de concordância com a afirmação “Os cidadãos têm amplas oportunidades para participar em decisões políticas” da parte dos cidadãos e do grupo dos deputados. Do lado dos eleitores, parece haver a percepção de que a situação se agravou entre 2008 e 2012. Do lado dos deputados, as opiniões tornaram-se mais dispersas. Existe algo em que todos parecem concordar, que é no facto de os cidadãos não terem, efectivamente, muitas oportunidades para tomar parte em decisões políticas. No entanto, as posições são mais demarcadamente negativas entre os cidadãos. Em 2011, cerca de 30% dos deputados, somando as percentagens entre os que responderam “Concordo” e “Concordo totalmente”, achava que os cidadãos têm possibilidades de participar na política, contra apenas 15.8% dos próprios cidadãos em 2012. No lado dos que discordam, o cenário é similar. Em 2011, 56.3% dos deputados responderam “Discordo” ou “Discordo totalmente” face a uma proporção de 68.4% cidadãos em 2012.

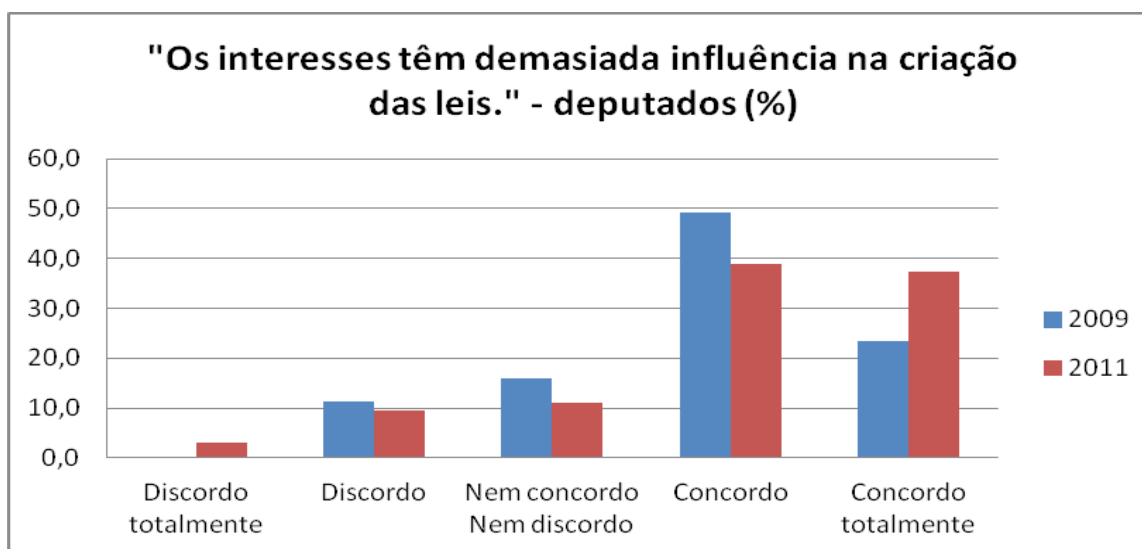
Gráfico nº 31 - Influência dos interesses na criação das leis - Opinião dos cidadãos



Base: Total de 2559 entrevistados (1350 em 2008 e 1209 em 2012).

Fonte: CIES-IUL

Gráfico nº 32 - Influência dos interesses na criação das leis - Opinião dos deputados



Base: Total de 391 entrevistados (201 em 2009 e 190 em 2011).

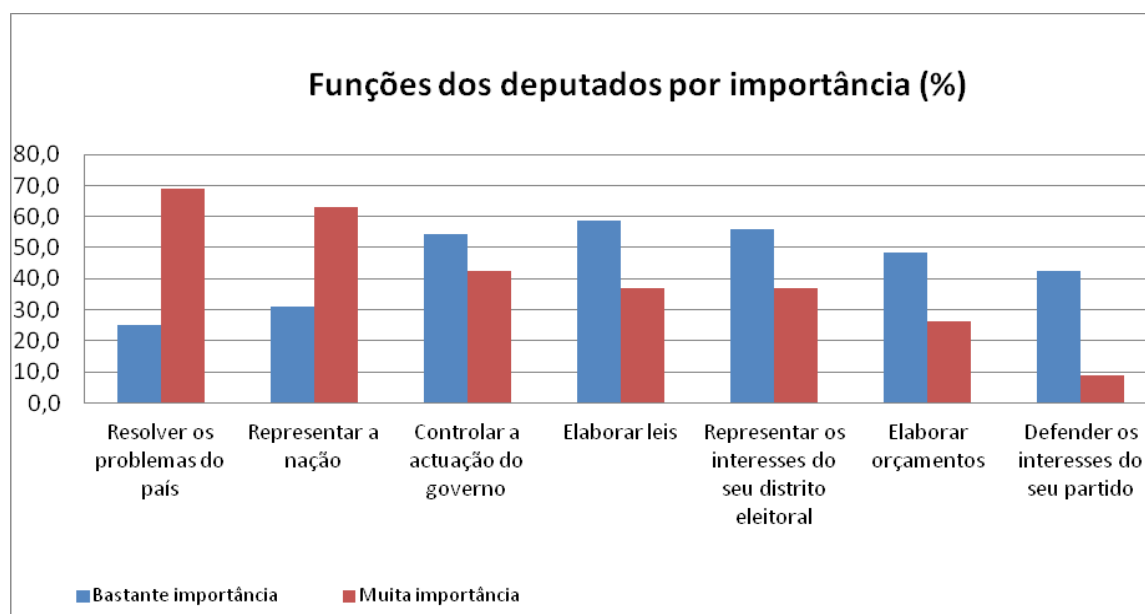
Fonte: CIES-IUL

À semelhança dos anteriores, estes gráficos mostram o grau de concordância dos cidadãos (2008, 2012) e dos deputados (2009, 2011) com uma outra afirmação: “Os interesses têm demasiada influência na criação das leis”, isto é, se as leis são formuladas com base nos grupos de pressão que defendem interesses específicos que beneficiam somente alguns ou se são feitas tendo em conta o aumento do bem-estar comum. Neste caso, ambos os grupos entrevistados concordam com esta afirmação, sendo que os deputados até o fazem com mais veemência, provavelmente por terem um maior contacto com o que de facto decorre no processo de elaboração das leis. Esta percepção degradou-se entre a primeira e a segunda recolha em ambos os grupos. Em 2012, o volume de cidadãos que responderam “Concordo totalmente” ou “Concordo” ascendeu aos 77.8%. Em 2011, o mesmo com os deputados chegou aos 76.3%.

Estes questionários também procuram saber os assuntos que deputados e cidadãos acham mais urgente resolver (só não foram incluídas essas perguntas no primeiro, realizado aos cidadãos

em 2008). Neste campo, ambos os lados parecem estar em sintonia. O desemprego é o principal problema, mencionado transversalmente entre grupos e anos. Logo de seguida, vem a crise económica e as dificuldades que a rodeiam (défice orçamental, por exemplo). Também apontados como prioridade, os cidadãos referiram o mau funcionamento do sistema de saúde em 2012 e os deputados, falhas no funcionamento do sistema político em 2009 e exclusão e desigualdades sociais em 2011, que está relacionado com a crise, mas mais numa perspectiva social.

Gráfico nº 33 - Funções dos deputados por ordem de importância



Base: Total de 68 entrevistados.

Fonte: CESOP - Universidade Católica

Este último gráfico resulta de uma pergunta que foi permitida à autora desta dissertação incluir num estudo levado a cabo pelo Centro de Estudos de Sondagens e Opinião (CESOP), da Universidade Católica, respeitante ao Quadro Financeiro Europeu. Na representação, tomou-se partido somente dos segmentos de resposta “Muita importância” e “Bastante importância”, pois são os que deixam antever as rubricas que os deputados valorizam e quão as valorizam. O

objectivo desta pergunta prende-se com a importância que os deputados atribuem a cada uma das suas funções. Em geral, valorizam todas estas tarefas que têm em mãos, mas consideram umas mais prementes que outras. Os três papéis mais classificados como tendo “Muita importância” são, por ordem, “Resolver os problemas do país”, “Representar a nação” e “Controlar a actuação do governo”. Os mais classificados com “Bastante importância” são “Elaborar leis”, “Representar os interesses do seu distrito eleitoral” e, mais uma vez, “Controlar a actuação do governo”. “Representar a nação”, tal como se esperava, reúne mais adeptos do que “Representar os interesses do seu distrito eleitoral” devido à representação a nível nacional que os deputados têm previsto na lei¹¹⁴. O aspecto menos valorizado é “Defender os interesses do seu partido” e, em penúltimo, “Elaborar orçamentos”. Estas rubricas são as menos valorizadas, mas estranhamente são das mais presentes no panorama político português. Pelo contrário, “Controlar a actuação do governo”, que é o mais popular das rubricas, é também aquele que mais reforço pede na A.R. A realização de orçamentos tem sido a parte mais polémica nos últimos anos do país e a disciplina partidária, ou seja, a convivência do deputado com os interesses do seu partido é notoriamente forte em Portugal. Resta saber se estas incongruências surgem por os deputados acharem que estas funções já têm muito peso na agenda política, se responderam mais pelo politicamente correcto do que pela sua opinião pessoal ou se, de facto, acham isso mas não conseguiram ainda promover como peça central das responsabilidades do deputado. Portanto, resolver os problemas do seu país e controlar a acção do governo parecem ser as funções que recebem maior destaque dos membros do parlamento. As funções de defender os interesses do seu partido e contribuir para a elaboração de orçamentos são os menos mencionados.

114

Artigo 1º do Estatuto dos Deputados.

Capítulo 4. Considerações finais

O pós-materialismo é um fenómeno que tem atraído atenção nas democracias estabelecidas dos países industrializados. Advoga uma mentalidade de desvalorização dos bens materiais, e uma valorização da individualidade e liberdade. Opõe-se ao materialismo, em que o bem-estar material é o mais importante. O crescimento económico, desempenha um papel neste desenvolvimento valorativo. No nível inicial de sobrevivência, algum crescimento económico faz uma diferença incremental na forma como a vida é percebida e valorizada pelos demais. No entanto, à medida que se vai ficando mais economicamente confortável, esse ganho extra proveniente do crescimento económico vai se tornando cada vez mais irrelevante. Nesse estado, atinge-se uma espécie de planalto de bem-estar (*plateau*) em que se passa a desenvolver outras capacidades e outros interesses, como se pode observar essa menor importância dada aos bens materiais e maior aos valores mais abstractos. Isto traz novas potencialidades para a democracia e a participação da população no processo político. Nos anos 70, Inglehart escreveu sobre mudanças a efectuar-se nas sociedades dos países industrializados, em particular nos seus valores: “ (...) a apologia da participação e da intervenção política dos cidadãos, assim como para a promoção de mecanismos e adopção de procedimentos de aproximação dos centros de poder político, ou ainda para a defesa da melhoria do funcionamento democrático das instituições políticas” (Inglehart, 2008, pág. 131). O eleitorado destes países é cada vez mais educado e informado, de rendimento de classe média e concentra-se em centros urbanos. A maior sofisticação do público traz, conseqüentemente, maiores exigências à elite política. As instituições políticas provam-se insuficientes para fazer face a expectativas elevadas de transparência, comunicação e proximidade. Os meios de participação cívica mais tradicionais (através de sindicatos ou de grupos religiosos) continuam a ser utilizados, mas perdem força face a novos movimentos sociais locais ou até globais, que usufruem das novas tecnologias para criar

uma base de apoio popular independente. “A emancipação por que lutam [os NMS] não é política mas antes pessoal, social e cultural. As lutas em que se traduzem pautam-se por formas organizativas (democracia participativa) diferentes das que presidiram às lutas pela cidadania (democracia representativa).” (Santos, 1991, pág. 167). É uma luta política, mas para surtir efeitos no quotidiano. O protesto generalizou-se como expressão de descontentamento, mas assumiu novas formas, como é o caso do crescimento do número de petições nos parlamentos destes países. Dalton apelidou esta postura de Nova Política. As sociedades tradicionais têm tendência a obedecer mais à autoridade sem a questionar e, por isso, o *status-quo* mantém-se mais facilmente. As sociedades pós-materialistas, por seu lado, não temem a autoridade e, dessa forma, tornam-se mais dinâmicas e inovadoras. Os pós-materialistas acreditam mais em si mesmos e na sua capacidade de contribuir positivamente para o seu meio. Sentem-se mais empowered (com capacidade de auto-poder), o que resulta numa invalidação da obediência a ordens estatais, que não sejam devidamente explicadas ou contrárias às suas crenças. Esta característica da menor deferência à autoridade é muito relevante, pois denota uma disposição diferente em relação ao poder e às organizações. As hierarquias rígidas são ameaçadas neste contexto. As organizações tomam-se cada vez mais estruturas horizontais (em oposição ao que acontecia anteriormente em que havia uma hierarquia muito mais vertical), em que todos têm uma tarefa e poder de decisão. Isto faz com que os pós-materialistas não se detenham perante o que acham injusto, não se resignem facilmente e não obedeçam a preceitos que não lhes façam sentido. Esta é uma oportunidade sem igual para que a decisão política seja precedida por um diálogo. Os pós-materialistas ficam dificilmente satisfeitos com decisões feitas no sentido *top-down*. A democracia num cenário pós-materialista possivelmente reunirá condições para ser mais *bottom-up* que alguma vez se concebeu. “Ainda mais surpreendentemente, tal como Inglehart e Welzel (2005) demonstram, a mudança na direcção dos valores da auto-expressão conduz a uma boa

governança (governance) e à expansão e florescimento das instituições democráticas.”¹¹⁵
(Inglehart, 2008, pág. 143).

Este fenómeno não se generalizou ainda por estas sociedades na sua totalidade. Há uma mistura de pessoas materialistas e pós-materialistas. Ambas as tipologias coexistem na sociedade, como também nos indivíduos, que têm muitas vezes traços dos dois perfis em si mesmos. Os dados apontam para um aumento proporcional dos pós-materialistas ao longo do tempo. No entanto, a crise financeira recente pode introduzir mais receios e precariedade na população, comprometendo o desenvolvimento desta mentalidade.

Por isso, é bom ganhar ímpeto e alimentar essa transformação, antes que os efeitos nefastos da crise adiem a evolução destas sociedades. As atitudes de participação política mais acérrima, tipicamente pós-materialistas, contribuem para aumentar a qualidade da democracia. Esta não pode melhorar verdadeiramente sem ter os cidadãos a apoiar a mudança. Podem transformar-se as instituições, mas, sem envolver o público, não se promove uma verdadeira novidade. Este seria o próximo passo lógico no aprofundamento democrático.

Espera-se, pois, uma mudança de paradigma social. Dito isto, o que se pode fazer para incentivar uma cidadania mais activa? O papel das instituições é essencial para facilitar e estimular esta participação cívica mais intensa. O parlamento, órgão legislativo e de legitimação, é o que parece ser mais adequado para essa aproximação. As instituições parlamentares nunca foram tão criticadas e desacreditadas, mas também nunca foram tão abertas e activas. Leston-Bandeira (2002) defende que se assiste a uma confusão do eleitorado português entre a avaliação do parlamento com a do desempenho do governo ou da economia (programa), ou mesmo com a confiança no sistema político. Com efeito, muitos aperfeiçoamentos se têm empreendido na AR, mas que ainda não atingiram todo o seu potencial. Portugal é uma democracia relativamente

115

Tradução livre de “*Even more strikingly, as Inglehart and Welzel (2005) demonstrate, the shift toward self-expression values is conducive to good governance and the spread and flourishing of democratic institutions.*”

recente. Ainda pesa sobre si o legado histórico ditatorial do regime não-democrático. A AR padece de recursos escassos e do uso pouco eficiente destes. Tem muitos documentos normativos e práticas que ainda não estão muito sedimentadas, mas que já foram alteradas muitas vezes. “A preocupação de aproximação entre parlamento e cidadãos constitui, sem dúvida, um «luxo» de instituições parlamentares democraticamente consolidadas.” (Leston-Bandeira, 2002, pág. 157).

Mais acessibilidade, mais visibilidade e transparência são elementos-chave para as instituições políticas se adaptarem à Nova Política. Em Portugal, os deputados têm ainda pouco contacto directo com os cidadãos. Isto é, em parte, fruto do sistema eleitoral, em parte, fruto da herança do caciquismo. Houve várias discussões para se alterar o sistema eleitoral, mas sem efeito. Seria bom considerar a mudança para um sistema misto, inspirado no que os alemães fizeram, mas adaptado às condições do contexto português. Por outro lado, as trocas de favores estão enraizadas na cultura política. O caciquismo promoveu a centralização do contacto com os cidadãos. O exemplo alemão também pode servir de inspiração na cultura de proximidade que leva a cabo. No *Bündestag*, os partidos têm muito poder e um lugar central, mas o sistema continua a favorecer o contacto directo com os cidadãos. Isto é devido ao sistema eleitoral e à forma como o sistema político está disposto (corpo legal). Mais importante, existe pressão dos pares! Os deputados são mal-vistos pelos outros MPs se não visitarem o seu círculo. Poderia também adoptar-se uma espécie de “*surgery*” (consultas pessoais dos deputados aos eleitores do seu círculo eleitoral). Esta prática pode ser bastante benéfica. Ajuda a auscultar os problemas dos cidadãos mais directamente, a melhorar a relação parlamento-cidadão e aumentar a auto-estima de ambos os deputados e dos cidadãos. Dos deputados, porque sentem que ajudam directamente. Dos cidadãos, porque sentem que são ouvidos. Por vezes, os cidadãos nem procuram outras consequências. Basta-lhes sentirem que o parlamento não é completamente hermético e que, se precisarem, existe pelo menos um deputado dedicado a ouvi-los.

Os partidos, outrora principais meios de comunicar os problemas dos seus eleitores, parecem ter adquirido demasiado peso no sistema, limitando o espaço de acção dos deputados e a possibilidade de participação cívica por outras vias. Ao mesmo tempo, parecem ter ideologias mais abrangentes (e menos claras) e serem constituídos por elites cada vez mais afastadas das reais necessidades da população. A disciplina partidária é muito rígida e submete demasiado o indivíduo ao grupo. Dar mais espaço aos deputados para poderem discordar dos seus partidos e tomar decisões de acordo com a sua consciência poderá ajudar. Portugal parece ainda não ter partidos com traços pós-materialistas, pelo que há também esse vazio na cena política. Os recentes partidos Movimento 3D e o Partido Livre, preparados para as próximas eleições europeias, parecem providenciar essas alternativas, mas mais investigação será necessária no assunto. Quanto a uma maior profissionalização do papel de deputado, uns apoiam, defendendo que os deputados ficam mais independentes dos interesses em jogo. Outros criticam, dizendo que promove a distância entre o MP e o eleitorado, os seus problemas e aspirações. Mas, mais importante do que a profissionalização do deputado é a “profissionalização” da condição de cidadão.

Da análise comparativa, retirou-se que ambos cidadãos e deputados concordam que, em Portugal, os interesses têm demasiado peso na elaboração das leis. As petições têm aumentado, mas continuam sem grande visibilidade ou resultado concreto. Seria útil à AR criar uma Comissão de Petições, complementada por um relatório anual sobre as mesmas e lançado para o conhecimento do público em geral, tal como acontece na Alemanha. Também seria de interesse considerar algum processo de aprovação legislativa com participação de cidadãos ou de proposta legislativa com origem nos mesmos. O peso que a sociedade civil tem na criação legislativa é muito desproporcional ao impacto que essa mesma legislação terá nela.

O escrutínio ao governo e a outras instituições políticas, em Portugal, ainda é algo condicionado e o público pouco tem que ver com ele. Não está muito envolvido, a não ser nas

manifestações ou na possibilidade de ler documentos disponibilizados pelas instituições. Alguns argumentam que os eleitores é que estão (aparentemente) afastados da política, que não se interessam e não querem participar. Mas quem participará em algo que não acredita ou em que acha que a sua opinião não terá efeito? Parece ter-se perdido um pouco do laço emocional com os parlamentos, resultando numa visão dos mesmos como algo separado e não como representantes (os mais próximos) do público que são. Van der Meer (2010) sugere que estabelecer laços emocionais com o público pode ser mais importante do que qualquer nova lei ou capacidade técnica! Leston-Bandeira (2012) também explica que a representação simbólica tem sido descurada na actividade parlamentar portuguesa, sendo muito importante para a identificação com a instituição. A AR precisa de retomar o seu lugar como símbolo de representação popular.

A aposta na cultura democrática é outra das vertentes. O nível de “analfabetismo político” é exasperante. Os jovens são centrais neste aspecto. Este grupo-alvo poderá capitalizar uma alteração mais significativa na sociedade. É importante que se aprenda noções básicas políticas na escola desde uma idade precoce. É importante que se saiba discutir os assuntos, em conjunto, numa assembleia e que se saiba negociar e fazer compromissos desde novo. A ciência política é essencial na escola, mesmo que seja integrada noutra disciplina mais ampla (como “Cidadania”, por exemplo). Os partidos costumavam constituir uma boa iniciação aos jovens, mas isso não acontece actualmente em Portugal. As juventudes partidárias são, mais do que centros de partilha de interesses e ideologias, nos dias de hoje, um banco de novos potenciais candidatos dos partidos, mas completamente subservientes. As juventudes partidárias providenciam algum treino no processo político. No entanto, não servem para ensinar como mover-se na política, em geral, mas sim, como funcionar com a ideologia do partido em questão. Ora, antes de se poder fazer uma escolha informada, será necessário conhecer todos, ou, pelo menos, muitos. Essa educação torna-se necessária cá fora, no seio da sociedade civil, antes de alguém decidir associar-se a algum partido por outras razões que não a vocação própria. As associações cívicas são também

uma boa fonte de prática e aprendizagem neste sentido, válida para qualquer idade. A proliferação dos novos movimentos sociais e o uso das novas tecnologias podem estimular a participação dos jovens como membros da sociedade civil e incentivar o seu desejo por ter um papel mais preponderante. É preciso tempo e capacidade para estudar a fundo e formar uma opinião sobre os vários assuntos na agenda política. Ora, tal como Drucker (2012) menciona, a sociedade pós-industrializada caminha para uma nova realidade, em que a maioria das pessoas terá educação secundária e, uma grande porção, mais do que isso, acompanhado de uma flexibilização como nunca se viu do trabalho, ou seja, do tempo que o trabalho pago ocupa na vida das pessoas. Aqui, o crescimento do voluntariado ou participação em associações cívicas também contribui, com formação nos assuntos, em si, e nos processos para os influenciar. Isto dará oportunidade ou criará espaço para que o político entre no quotidiano de uma forma mais construtiva/produziva. Assim, o cidadão terá oportunidade de tomar tempo para aprofundar o seu conhecimento nos temas que lhe interessarem e tomar partido na luta pela causa ou causas que lhe são mais próximas. Os apoiantes de cada causa competirão entre si pela atenção da classe política. Claro que, no princípio, este processo pode parecer muito caótico, mas todas as mudanças passam por um período de adaptação, ainda mais numa mudança estrutural. Os cidadãos seguirão uma curva de aprendizagem que levará eventualmente a um equilíbrio. Cada indivíduo na sociedade passa a ser um cientista político amador, tomando em si a responsabilidade que lhe cabe pelo que acontece no seu próprio país. Existem também, hoje em dia, vácuos de poder que poderiam ser preenchidos pelo chamado empreendedorismo social. O cidadão comum, face a um problema que tenha implicações sociais mais ou menos graves e cuja resolução é evitada ou ignorada pelas autoridades, pode tomar em si ou no seu grupo a responsabilidade de criar uma solução viável para tal dificuldade.

Drucker (2012) apresenta também um conceito japonês interessante - o *Kaizen* - que pode ser aplicado ao trabalho da AR com os cidadãos. Traduz-se num processo de melhoria

constante. Este método de trabalho é popular entre os japoneses, em que não é suficiente a inovação momentânea. Procuram-se soluções para um problema e, quando se chega a alguma, não se fica por aí. Continua-se, sim, com uma investigação contínua para arranjar soluções cada vez melhores e mais eficientes. Este sistema de inovação contínua e sistemática permite uma evolução quase constante. Uma curiosidade é que recentes descobertas na neurologia provam que o próprio cérebro funciona da mesma forma, por um aperfeiçoamento contínuo, organizado e, de certa forma, democrático. É por isso que, quando alguma lesão cerebral acontece, é possível a recuperação por meio do reforço ou criação de caminhos neurológicos alternativos. O conceito de participação cívica adoptado para a AR poderia ser similar nesse sentido. Ao longo da discussão dos vários assuntos, o público poderia dar a sua opinião aos encarregados das leis em questão. Mesmo que um determinado tema tenha sido solucionado, não é fechado, dando oportunidade aos cidadãos de o revisitarem e fazerem mais sugestões ou mudarem aquilo que desejam ou acham pertinente. É um trabalho contínuo, mas que poderá conferir resiliência à AR. A organização na sociedade do conhecimento tem de aprender a inovar constantemente, pois fica facilmente obsoleta. Outro conselho de Drucker para as organizações, mas que se adapta aqui ao tipo de organização específico que é a AR, é a descentralização. As organizações ficam cada vez maiores e mais complexas, precisando, por isso, de poder mais diluído para manter a sua unidade, por mais paradoxal que isto possa parecer. Cada subdivisão (comissões, por exemplo) precisa que lhe seja conferido mais poder, para que possa tomar decisões sem recorrer à estrutura centralizada. Isto ajuda a agilizar os processos em mãos. Os mecanismos mais específicos requerem mais investigação, mas assentariam nesta filosofia. A expressão “*crowd*” aparece como prefixo em várias novas palavras, expressando a actividade partilhada. Ouve-se falar em “*crowdfunding*” e “*crowdsourcing*”. Porque não uma política decidida por todos e com origem em todos? Porque não uma “*crowdpolity*”? O objectivo é a dissolução progressiva de barreiras e o reconhecimento da interdependência dos vários agentes na sociedade.

O pós-materialismo pode contribuir para a um aprofundamento da democracia. Talvez não seja apenas uma ideia otimista. Evocam-se as palavras de Pippa Norris, quando diz que a democracia poderá reemergir como uma fénix das cinzas, mais forte do que alguma vez foi, com mais pessoas envolvidas, com mais diversidade e mais criatividade na resolução dos problemas do quotidiano.

Referências bibliográficas

Abramson, P. R., & Inglehart, R. (1995). *Value change in global perspective*. Ann Arbor: Univ. of Michigan Press.

Almond, G. A., & Verba, S. (1963). *The civic culture: Political attitudes and democracy in five nations*. Princeton, N.J: Princeton University Press.

Aschen, C. H. (1978). *Measuring representation*, American Journal of Political Science, 22, 475-510

Belchior, Ana Maria (2008). *Party Political Representation in Portugal*. South European Society and Politics, 13:4, 457-476

Belchior, Ana Maria (2008). *Democracia nos Partidos Políticos Portugueses*. Problemas e Práticas, nº 58 (pp. 131-154)

Belchior, Ana Maria (2010). *Party Democracy and Party Representation: an Assessment of Post-Materialist Forecasts*. CIES e-working paper nº 88. Lisboa.

Boaventura de Sousa Santos (1991). *Subjectividade, Cidadania e Emancipação*, Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 32, 135-191

Boaventura de Sousa Santos & João Arriscado Nunes (2004). *Introduction: Democracy, Participation and Grassroots Movements in Contemporary Portugal*, South European Society and Politics, 9:2, 1-15

Brehm, John & Rahn, Wendy (1997). *Individual Level Evidence for the Causes and Consequences of Social Capital*. American Journal of Political Science, 41, 999-1023.

Cardoso, Gustavo; Cunha, Carlos & Nascimento, Susana (2006). *Bridging the e-democracy gap in Portugal*, Information, Communication & Society, 9:4, 452-472.

Converse, P. E., Clausen, A. R., & Miller, W. E. (1965). *Electoral myth and reality: The 1964 election*. Indianapolis: Bobbs-Merrill.

Crozier, M.; Huntington, S. & Watanuki, J. (1975). *The Crisis of Democracy*. New York: New York University Press.

Crepaz, M. M. L. (January 01, 1990). *The impact of party polarization and postmaterialism on voter turnout: A comparative study of 16 industrial democracies*. European Journal of Political Research, 1990, 183-205.

Crewe, I. (1975). "Electoral reform and the local MP", em Finer, S.E. (ed.), *Adversary Politics and Electoral Reform*.

Dalton, Russell (2008). *Citizen politics: Public opinion and political parties in advanced industrial democracies*. Chatham, N.J: Chatham House.

Drucker, Peter (2012). *Sociedade Funcional*. Lisboa: D. Quixote.

Hough, Richard (2012). *Do Legislative Petitions Systems Enhance the Relationship between Parliament and Citizen?* , *The Journal of Legislative Studies*, 18:3, 479-495.

Huntington, S. P. (1981). *American politics: The promise of disharmony*. Cambridge, Mass: Belknap Press.

Diamond, L. (1994). *Toward Democratic Consolidation*, *Journal of Democracy*, 5:3, 4-17

Linz, J. J., & Stepan, A. C. (1996). *Problems of democratic transition and consolidation: Southern Europe, South America, and post-communist Europe*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

Freire, André (2001). “Religião e política em Portugal, na Irlanda e na Noruega”, em José Machado Pais, Manuel Villaverde Cabral e Jorge Vala, *Religião e Bioética. Atitudes sociais dos Portugueses 2*, Lisboa, ICS

Freire, André (2002). *O Parlamento Português: Uma reforma necessária*. Lisboa, Portugal: Imprensa de Ciências Sociais.

Freire, André (2004). *Issue Voting in Portugal: The 2002 Legislative Elections*, *West European Politics*, 27:5, 779-800

Inglehart, R. (1971). *The silent revolution in Europe: Intergenerational change in post-industrial societies*, *The American political science review*. Indianapolis: The Bobbs-Merrill company.

Inglehart, R. (1990). *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton, N.J: Princeton University Press.

Inglehart, R. (2000). *Modernization, Cultural Change, and the Persistence of Traditional Values*, *American Sociological Review*, 65:1, 19-51

Inglehart, R. & Welzel, C. (2005). *Modernization, cultural change, and democracy: The human development sequence*. Cambridge, UK: Cambridge University Press

Inglehart, R. (2008). *Changing Values among Western Publics from 1970 to 2006*, *West European Politics*, 31:1-2, 130-146

Ilonszki, G., & Papp, Z. (2012). *The Paradoxes of Parliament-Citizen Connections in Hungary: A Window on the Political System*. *The Journal of Legislative Studies*, 18, 334-350.

Jackman, Robert (1972). *Political elites, mass publics, and support for democratic principles*. *Journal of Politics* 34, 753-773.

Leston-Bandeira, Cristina (2001). *The Portuguese parliament during the first two decades of democracy*. *West European Politics*, 24:1, 137-156

Leston-Bandeira, Cristina (2002). *Da Legislação à Legitimação: o Papel do Parlamento Português*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa

Leston-Bandeira, Cristina (2012a). *Parliaments' Endless Pursuit of Trust: Re-focusing on Symbolic Representation*. *The Journal of Legislative Studies*, 18:3-4, 514-526

Leston-Bandeira, Cristina (2012b). *Developing Links Despite the Parties*. *The Journal of Legislative Studies*, 18:3, 384-402

Leston-Bandeira, Cristina & Griffith, Jeffrey (2012). How are Parliaments Using the New Media to Engage with Citizens?, *The Journal of Legislative Studies*, 18:3, 496-513

Lipset, S. M., & Rokkan, S. (1967). *Party systems and voter alignments: cross-national perspectives: [Contributors: Robert R. Alford and others]*. Nova Iorque: Free Press.

Marshall, T.H. (1950) *Citizenship and Social Class and Other Essays*. Cambridge, Cambridge University Press.

Maslow, A. H. (1954). *Motivation and personality*. New York: Harper.

Méndez-Lago, M. & Martínez, A. (2002). *Political Representation in Spain: an Empirical Analysis of the Perception of Citizens and MPs*, *Journal of legislative studies*, 8:1, 63 -90

Mezey, M. L. (1979). *Comparative legislatures*. Durham, N.C: Duke University Press.

Norris, P. (1999). *Critical citizens: Global support for democratic government*. Oxford: Oxford Univ. Press.

Norton, P. (1990a). *Legislatures*. Oxford: Oxford University Press.

Norton, Philip (1990b). Parliaments: a framework for analysis, *West European Politics*, 13:3, 1-9

Norton, Philip (2002). *Parliaments and citizens in Western Europe*. London: Frank Cass.

Norris, Pippa (2002). *Democratic phoenix: Reinventing political activism*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

Packenham, R. (1970), "Legislatures and Political Development", em Kornberg, A. & Musolf, L.D., *Legislatures in Development Perspective*, Durham NC; Duke University Press, 521-537.

Pharr, S.; Putnam, R. & Dalton, R. (2000). *A Quarter-Century of Declining Confidence*, *Journal of Democracy*, 11:2, 5-25.

Pitkin, H. F. (1967). *The concept of representation*. Berkeley: University of California Press.

Polsby, Nelson W. (1975). "Legislatures", *Handbook of Political Science*, 257-319

Powell, G. B. (1986). *American voting turnout in comparative perspective*, American Political Science Review 80, 17-44

Putnam, R. D., Leonardi, R., & Nanetti, R. (1993). *Making democracy work: Civic traditions in modern Italy*. Princeton, N.J: Princeton University Press.

Putnam, R. D. (1995). *Bowling Alone: America's Declining Social Capital*, Journal of Democracy, 6:1, 65-78

Sáez, M. A. (2008). *Politicians and Politics in Latin America*. Londres, UK: Lynne Rienner Publishers, Inc.

Tilly, C., Ardant, G., & Social Science Research Council (U.S.). (1975). *The Formation of national States in Western Europe*. Princeton, N.J: Princeton University Press.

Van der Meer, Thom (2010). *In what we trust? A multi-level study into trust in parliament as an evaluation of state characteristics*. International Review of Administrative Sciences, 76, 3, 517-536

Verba, S., Schlozman, K. L., & Brady, H. E. (1995). *Voice and equality: Civic voluntarism in American politics*. Cambridge, Mass: Harvard University Press.

Websites e documentos online:

Assembleia da República (Página oficial). Disponível em: <http://www.parlamento.pt/Paginas/default.aspx>

Assembleia da República portuguesa (2005). *Constituição da República Portuguesa*. Disponível em: <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/constpt2005.pdf>

Assembleia da República portuguesa (2010). *Regimento da Assembleia da República*. Disponível em: http://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/Regimento_AR_Versoes.pdf

[Assembleia da República portuguesa \(2013\). *Estatuto dos Deputados*. Disponível em: http://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/Legislacao_Anotada/EstatutoDeputados_Simples.pdf](http://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/Legislacao_Anotada/EstatutoDeputados_Simples.pdf)

Banco Mundial. *Mortality rate under 5 (per 1000 live births)*. Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator/SH.DYN.MORT>

EVS (página oficial). Disponível em: <http://www.europeanvaluesstudy.eu/evs/about-evs/>

EVS (2011): European Values Study Longitudinal Data File 1981-2008 (EVS 1981-2008). GESIS Data Archive, Cologne. ZA4804 Data file Version 2.0.0, [doi:10.4232/1.11005](https://doi.org/10.4232/1.11005)

Eurobarómetro (1999). *Eurobarómetro Report*. Disponível em: http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb52/eb52_ann.pdf

Eurobarómetro (2004). *Eurobarómetro Report*. Disponível em: http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb62/eb_62_en.pdf

Eurobarómetro (2009). *Eurobarómetro Report*. Disponível em: http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb72/eb72_anx_en.pdf

Eurobarómetro (2013). *Eurobarómetro Report*. Disponível em: http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb80/eb80_anx_en.pdf

Eurostat. *Taxas de turnout em eleições legislativas*. Disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&init=1&language=en&pcode=tsdgo310&plugin=0>

Organização Mundial de Saúde (página oficial). Disponível em: <http://apps.who.int/gho/data/node.main.ChildMort-2?lang=en>

Partido livre (página oficial). Disponível em: <http://livrept.net/>

Transparency International (página oficial). Disponível em: <http://www.transparency.org/research/cpi/overview>

Bases de dados:

CESOP (2013). *Que meios para o nosso futuro: o próximo quadro financeiro da UE*. Comissão Europeia & CIEJD

CIES-IUL (2011). *Eleições, liderança e responsabilização: a representação política em Portugal, uma perspectiva longitudinal e comparativa* - deputados. ISCTE-IUL

CIES-IUL (2008). *Eleições, liderança e responsabilização: a representação política em Portugal, uma perspectiva longitudinal e comparativa* - população. ISCTE-IUL

CIES-IUL (2012). *Eleições, liderança e responsabilização: a representação política em Portugal, uma perspectiva longitudinal e comparativa* - população. ISCTE-IUL

Freire, André, e Viegas, José Manuel Leite (2010), "Inquérito aos Candidatos a Deputados nas Eleições Legislativas de 2009 - Base de Dados", in André Freire e José Manuel Leite Viegas (coords.) (2008-2010), projeto "Os Deputados Portugueses em Perspetiva Comparada: Eleições, Liderança e Representação Política" (PTDC/CPO/64469//2006), 2008-2010, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, CIES-IUL

Anexos

i) Lista de perguntas do EVS

1. Variable a004: how important in your life: politics

Master question in EVS 1990 (ZA4460, Q116); EVS 1999 (ZA3811, Q1); EVS 2008 (ZA4800, Q1):

Please say, for each of the following, how important it is in your life.

Politics

Response categories in EVS Longitudinal Data File:

- 5 other missing
- 4 question not asked
- 3 not applicable
- 2 no answer
- 1 don't know
- 1 very important
- 2 quite important
- 3 not important
- 4 not at all important

2. Variable a006: how important in your life: religion

Master question in EVS 1990 (ZA4460, Q116); EVS 1999 (ZA3811, Q1); EVS 2008 (ZA4800, Q1):

Please say, for each of the following, how important it is in your life.

Religion

Response categories in EVS Longitudinal Data File:

- 5 other missing
- 4 question not asked
- 3 not applicable
- 2 no answer
- 1 don't know
- 1 very important
- 2 quite important
- 3 not important
- 4 not at all important

3. Variable a025: love and respect parents always/earned

Master question in EVS 1990 (ZA4460, Q451); EVS 1999 (ZA3811, Q47); EVS 2008 (ZA4800, Q49):

Which of these two statements do you tend to agree with?

A: Regardless of what the qualities and faults of one's parents are, one must always love and respect them;

B: One does not have the duty to respect and love parents who have not earned it by their behaviour and attitudes

Response categories in EVS Longitudinal Data File:

-5 other missing

-4 question not asked

-3 not applicable

-2 no answer

-1 don't know

1 tend to agree with statement A

2 tend to agree with statement B

3 neither <in Denmark (1999)>

4. Variable a035: learn children at home: tolerance + respect

Master question in EVS 1990 (ZA4460, Q453); EVS 1999 (ZA3811, Q49); EVS 2008 (ZA4800, Q52):

Here is a list of qualities which children can be encouraged to learn at home. Which, if any, do you consider to be especially important? Please choose up to five.

Tolerance and respect for other people

Response categories in EVS Longitudinal Data File:

-5 other missing

-4 question not asked

-3 not applicable

-2 no answer

-1 don't know

0 not mentioned

1 important

5. Variable a042: learn children at home: obedience

Master question in EVS 1990 (ZA4460, Q453); EVS 1999 (ZA3811, Q49); EVS 2008 (ZA4800, Q52):

Here is a list of qualities which children can be encouraged to learn at home. Which, if any, do you consider to be especially important? Please choose up to five.

Obedience

Response categories in EVS Longitudinal Data File:

-5 other missing

-4 question not asked
-3 not applicable
-2 no answer
-1 don't know
0 not mentioned
1 important

6. Variable a080: do you belong to: none

Master question in EVS 1990 (ZA4460, Q131a); EVS 1999 (ZA3811, Q5a); EVS 2008 (ZA4800, Q5a):

Please look carefully at the following list of voluntary organisations and activities and say ... a) which, if any, do you belong to?

None

Response categories in EVS Longitudinal Data File:

-5 other missing
-4 question not asked
-3 not applicable
-2 no answer
-1 don't know
0 not mentioned
1 mentioned

7. Variable a124_09: don't like as neighbours: homosexuals

Master question in EVS 1990 (ZA4460, Q216); EVS 1999 (ZA3811, Q7); EVS 2008 (ZA4800, Q6):

On this list are various groups of people. Could you please sort out any that you would not like to have as neighbours?

Homosexuals

Response categories in EVS Longitudinal Data File:

-5 other missing
-4 question not asked
-3 not applicable
-2 no answer
-1 don't know
0 not mentioned
1 mentioned

8. Variable a165: people can be trusted/cant be too careful

Master question in EVS 1990 (ZA4460, Q241); EVS 1999 (ZA3811, Q8); EVS 2008 (ZA4800, Q7):

Generally speaking, would you say that most people can be trusted or that you can't be too careful in dealing with people?

Response categories in EVS Longitudinal Data File:

- 5 other missing
- 4 question not asked
- 3 not applicable
- 2 no answer
- 1 don't know
- 1 most people can be trusted
- 2 cannot be too careful

9. Variable b001: environment: giving part of income

Master question in EVS 1990 (ZA4460, Q124); EVS 1999 (ZA3811, Q3); EVS 2008 (ZA4800, Q85):

I am now going to read out some statements about the environment. For each one read out, can you tell me whether you agree strongly, agree, disagree or strongly disagree?

I would give part of my income if I were certain that the money would be used to prevent environmental pollution

Response categories in EVS Longitudinal Data File:

- 5 other missing
- 4 question not asked
- 3 not applicable
- 2 no answer
- 1 don't know
- 1 strongly agree
- 2 agree
- 3 disagree
- 4 strongly disagree

10. Variable c061: follow instructions at work/must be convinced first

Master question in EVS 1990 (ZA4460, Q279); EVS 1999 (ZA3811, Q19); EVS 2008 (ZA4800, Q20):

People have different ideas about following instruction at work. Some say that one should follow instructions of one's superiors even when one does not fully agree with them. Others say that one

should follow one's superior's instructions only when one is convinced that they are right. Which of these two opinions do you agree with?

Response categories in EVS Longitudinal Data File:

- 5 other missing
- 4 question not asked
- 3 not applicable
- 2 no answer
- 1 don't know
- 1 should follow instructions
- 2 must be convinced first
- 3 depends

11. Variable e014: good/bad: less emphasis on money

Master question in EVS 1990 (ZA4460, Q537), EVS 1999 (ZA3811, Q57); EVS 2008 (ZA4800, Q62):

Here is a list of various changes in our way of life that might take place in the near future. Please tell me for each one, if it were to happen whether you think it would be a good thing, a bad thing, or don't you mind?

Less emphasis on money and material possessions

Response categories in EVS Longitudinal Data File:

- 5 other missing
- 4 question not asked
- 3 not applicable
- 2 no answer
- 1 don't know
- 1 good thing
- 2 don't mind
- 3 bad thing

12. Variable e025: political action: signing a petition

Master question in EVS 1990 (ZA4460, Q472); EVS 1999 (ZA3811, Q51); EVS 2008 (ZA4800, Q55):

Now I'd like you to look at this card. I'm going to read out some different forms of political action that people can take, and I'd like you to tell me, for each one, whether you have actually done any of these things, whether you would/might do it or would not/never, under any circumstances, do it/any of them.

Signing a petition

Response categories in EVS Longitudinal Data File:

- 5 other missing
- 4 question not asked
- 3 not applicable
- 2 no answer
- 1 don't know
- 1 have done
- 2 might do
- 3 would never do

13. Variable e026: political action: joining in boycotts

Master question in EVS 1990 (ZA4460, Q472); EVS 1999 (ZA3811, Q51); EVS 2008 (ZA4800, Q55):

Now I'd like you to look at this card. I'm going to read out some different forms of political action that people can take, and I'd like you to tell me, for each one, whether you have actually done any of these things, whether you would/might do it or would not/never, under any circumstances, do it/any of them.

Joining in boycotts

Response categories in EVS Longitudinal Data File:

- 5 other missing
- 4 question not asked
- 3 not applicable
- 2 no answer
- 1 don't know
- 1 have done
- 2 might do
- 3 would never do

14. Variable e027: political action: attending lawful demonstrations

Master question in EVS 1990 (ZA4460, Q472); EVS 1999 (ZA3811, Q51); EVS 2008 (ZA4800, Q55):

Now I'd like you to look at this card. I'm going to read out some different forms of political action that people can take, and I'd like you to tell me, for each one, whether you have actually done any of these things, whether you would/might do it or would not/never, under any circumstances, do it/any of them.

Attending lawful demonstrations

Response categories in EVS Longitudinal Data File:

- 5 other missing
- 4 question not asked
- 3 not applicable
- 2 no answer

- 1 don't know
- 1 have done
- 2 might do
- 3 would never do

15. Variable e028: political action: joining unofficial strikes

Master question in EVS 1990 (ZA4460, Q472); EVS 1999 (ZA3811, Q51); EVS 2008 (ZA4800, Q55):

Now I'd like you to look at this card. I'm going to read out some different forms of political action that people can take, and I'd like you to tell me, for each one, whether you have actually done any of these things, whether you would/might do it or would not/never, under any circumstances, do it/any of them.

Joining unofficial strikes

Response categories in EVS Longitudinal Data File:

- 5 other missing
- 4 question not asked
- 3 not applicable
- 2 no answer
- 1 don't know
- 1 have done
- 2 might do
- 3 would never do

16. Variable e029: political action: occupying buildings/factories

Master question in EVS 1990 (ZA4460, Q472); EVS 1999 (ZA3811, Q51); EVS 2008 (ZA4800, Q55):

Now I'd like you to look at this card. I'm going to read out some different forms of political action that people can take, and I'd like you to tell me, for each one, whether you have actually done any of these things, whether you would/might do it or would not/never, under any circumstances, do it/any of them.

Occupying buildings or factories

Response categories in EVS Longitudinal Data File:

- 5 other missing
- 4 question not asked
- 3 not applicable
- 2 no answer
- 1 don't know
- 1 have done
- 2 might do
- 3 would never do

17. Variable e123: democracy: best political system

Master question in EVS 1999 (ZA3811, Q63); EVS 2008 (ZA4800, Q67):

I'm going to read off some things that people sometimes say about a democratic political system. Could you please tell me if you agree strongly, agree, disagree or disagree strongly, after I read each of them?

Democracy may have problems but it's better than any other form of government

Response categories in EVS Longitudinal Data File:

- 5 other missing
- 4 question not asked
- 3 not applicable
- 2 no answer
- 1 don't know
- 1 agree strongly
- 2 agree
- 3 disagree
- 4 disagree strongly

18. Variable f034: are you a religious person

Master question in EVS 1990 (ZA4460, Q340); EVS 1999 (ZA3811, Q28); EVS 2008 (ZA4800, Q28):

Independently of whether you go to church or not, would you say you are ...

Response categories in EVS Longitudinal Data File:

- 5 other missing
- 4 question not asked
- 3 not applicable
- 2 no answer
- 1 don't know
- 1 religious person
- 2 not religious person
- 3 convinced atheist

19. Variable e069_07: how much confidence in: parliament

Master question in EVS 1990 (ZA4460, Q545); EVS 1999 (ZA3811, Q58); EVS 2008 (ZA4800, Q63):

Please look at this card and tell me, for each item listed, how much confidence you have in them, is it a great deal, quite a lot, not very much or none at all?

Parliament

Response categories in EVS Longitudinal Data File:

- 5 other missing

- 4 question not asked
- 3 not applicable
- 2 no answer
- 1 don't know
- 1 a great deal
- 2 quite a lot
- 3 not very much
- 4 none at all

20. Variable e123: democracy: best political system

Master question in EVS 1999 (ZA3811, Q63); EVS 2008 (ZA4800, Q67):

I'm going to read off some things that people sometimes say about a democratic political system. Could you please tell me if you agree strongly, agree, disagree or disagree strongly, after I read each of them?

Democracy may have problems but it's better than any other form of government

Response categories in EVS Longitudinal Data File:

- 5 other missing
- 4 question not asked
- 3 not applicable
- 2 no answer
- 1 don't know
- 1 agree strongly
- 2 agree
- 3 disagree
- 4 disagree strongly

21. Variable g001: belong to geographic group - most

Master question in EVS 1990 (ZA4460, Q648A), EVS 1999 (ZA3811, Q67); EVS 2008 (ZA4800, Q69):

Which of these geographical groups would you say you belong to first of all?

Response categories in EVS Longitudinal Data File:

- 5 other missing
- 4 question not asked
- 3 not applicable
- 2 no answer
- 1 don't know
- 1 locality or town where you live
- 2 region or country where you live
- 3 country as a whole
- 4 Europe
- 5 the world as a whole

Para a Alemanha:

GEOGRAPHICAL GROUPS BELONGING TO FIRST - STANDARDIZED COUNTRY-SPECIFIC VARIABLE

[(To) Which of these geographical groups would you say you belong to first of all?]

Response categories in EVS Longitudinal Data File:

- 5 other missing
- 4 question not asked
- 3 not applicable
- 2 no answer
- 1 don't know
- 276001 DE: Locality or town
- 276002 DE: Region
- 276003 DE: Your country
- 276004 DE: Europe
- 276005 DE: The world as a whole
- 276006 DE: Germany (FRG and GDR together)

22. Variable g006: how proud are you to be a ... (country) citizen

Master question in EVS 1990 (ZA4460, Q650); EVS 1999 (ZA3811, Q71); EVS 2008 (ZA4800, Q72):

How proud are you to be a [COUNTRY] citizen?

Response categories in EVS Longitudinal Data File:

- 5 other missing
- 4 question not asked
- 3 not applicable
- 2 no answer
- 1 don't know
- 1 very proud
- 2 quite proud
- 3 not very proud
- 4 not at all proud

23. Variable g007_01: do you trust other people in country

Master question in EVS 1990 (ZA4460, Q671); EVS 1999 (ZA3811, Q71a):

in EVS 1990 (ZA4460): I now want to ask you how much you trust the following groups of people:

Using the responses on this card, could you tell me how much you trust [NATIONALITY]/ [NATIONALITY] people in general?

Response categories in EVS Longitudinal Data File:

- 5 other missing
- 4 question not asked

- 3 not applicable
- 2 no answer
- 1 don't know
- 1 trust them completely
- 2 trust them a little
- 3 neither trust nor distrust them
- 4 do not trust them very much
- 5 do not trust them at all

ii) **Lista de perguntas de outras bases de dados**

1. **Eurobarómetro**

a) I would like to ask you a question about how much trust you have in certain media and institutions. For each of the following media and institutions, please tell me if you tend to trust it or tend not to trust it.

Political Parties; National Parliament

Tend to trust; Tend not to trust, D K

b) On the whole, are you very satisfied, fairly satisfied, not very satisfied or not at all satisfied with the way democracy works in Portugal?

Very satisfied

Fairly satisfied

Not very satisfied

Not at all satisfied

c) Which of the following statements best reflects your household situation?

Your current situation does not allow you to make any plan for the future. You live day by day.

You know what you will be doing in the next six months.

You have a long-term perspective of what your household will be in the next 1 or 2 years.

Other

2. CESOP

- a) What do you think is the most important problem facing Portugal today?
- b) What do you think is the second most important problem facing Portugal today?
- c) What do you think is the third most important problem facing Portugal today?
- d) Citizens have ample opportunity to participate in political decisions

Totally agree

Agree

Neither agree nor disagree

Disagree

Totally disagree

- e) Special interests have too much influence on law making.

Totally agree


Agree

Neither agree nor disagree

Disagree


Totally disagree


iii) Questionário CESOP



Estudo de Opinião
Que meios para o nosso Futuro: o próximo
quadro financeiro da União Europeia

Iniciativa





Desenvolvimento/conceção

* O CIEJD enquanto Organismo Intermediário no quadro do Financiamento Institucional entre o Governo Português e a Comissão Europeia, através da sua Representação em Portugal.

Como vão ser usados os fundos europeus no período de 2014 a 2020? E como deveriam ser utilizados? Qual o futuro da Política Agrícola Comum, que está a assinalar os seus 50 anos? Onde vai a União Europeia buscar os meios financeiros para as suas políticas? São eles suficientes? Estas são algumas das questões a que este inquérito procura responder, recolhendo a opinião dos cidadãos e avaliando o seu grau de conhecimento e envolvimento nas políticas europeias.

Este estudo surge no âmbito do Plano de Comunicação para informação sobre a União Europeia em Portugal, da responsabilidade do Centro de Informação Europeia Jacques Delors (CIEJD), Direção-Geral dos Assuntos Europeus – Ministério dos Negócios Estrangeiros. Desenvolvido pelo Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica Portuguesa (CESOP-UCP), procura recolher elementos que ajudem a definir um Plano de Comunicação destinado a informar os cidadãos sobre o Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020, explicitando e debatendo as Políticas da União, os respetivos meios financeiros, e procurando apurar de que forma a coesão económica, social e territorial será assegurada por este quadro financeiro. Procurar-se-á ainda assinalar os 50 anos da Política Agrícola Comum (PAC), motivando o debate sobre os seus resultados e sobre a reforma em curso.

Mais Europa? Como financiar as nossas ambições?

P1. Para cada uma das áreas seguintes, indique a prioridade que lhe deve ser atribuída quanto ao financiamento através do orçamento comunitário. Use, por favor, uma escala na qual 0 (zero) significa “nenhuma prioridade” e 10 (dez) significa “máxima prioridade”:

	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
	Nenhuma prioridade										Máxima prioridade
Agricultura	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pescas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Infra-estruturas transeuropeias de transportes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Infra-estruturas transeuropeias de energia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Infra-estruturas transeuropeias de comunicação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Políticas ambientais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Combate às alterações climáticas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Investigação e Inovação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Cooperação e desenvolvimento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Apoio às PME's	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Programas de educação e formação profissional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Política marítima europeia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Segurança e proteção das fronteiras externas da UE	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Política externa europeia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Futuros alargamentos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Programas de proteção social	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Seguro europeu de saúde ou equivalente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outra. Qual? _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

P2. Está sempre em discussão o alargamento das competências comunitárias. Em geral, considera que nos próximos anos as competências comunitárias deveriam ser aumentadas, diminuídas ou manterem-se como estão?

Deveriam ser aumentadas, independentemente do impacto no aumento do orçamento comunitário

Deveriam ser aumentadas, caso não tenham impacto no orçamento comunitário

Deveriam ser diminuídas

Deveriam manter-se

P3. O aumento das competências comunitárias deve implicar o crescimento nominal (i.e., valor efetivo) e relativo (i.e., percentagem da riqueza produzida na UE) do orçamento comunitário?

Sim

Não

P4. Tendo em conta as alterações introduzidas pelo Tratado de Lisboa, o número de funcionários da UE deverá ser aumentado, diminuído ou manter-se?

Ser aumentado

Manter-se

Ser diminuído

P5. O futuro programa de financiamento da Investigação e Inovação *Horizon 2020* deve dar prioridade a que preocupações?

Incentivar e financiar a participação de PME's e centros de investigação da UE

Incentivar e financiar a participação de PME's e centros de investigação da UE, em particular dos Estados-Membros com menores recursos

Incentivar e financiar o desenvolvimento da investigação e inovação na Europa, independentemente de se tratar de PME's, centros de investigação ou grandes empresas

P6. Na sua opinião, os salários dos funcionários comunitários devem ser aumentados, manter-se, ou serem diminuídos?

Ser aumentados

Manter-se nos níveis que estão

Ser diminuídos

As Políticas da União versus os recursos financeiros

P7. Como sabe, está em discussão o orçamento da UE para os próximos 7 anos (2014-2020). Tem uma ideia aproximada do valor global em causa?

Cem milhões de euros (100 000 000 €)

Quinhentos milhões de euros (500 000 000 €)

Mil milhões de euros (1 000 000 000 €)

Cem mil milhões de euros (100 000 000 000 €)

Quinhentos mil milhões de euros (500 000 000 000 €)

Um milhão de milhões de euros (1 000 000 000 000 €)

Dez milhões de milhões de euros (10 000 000 000 000 €)

Não sei, nem mesmo de forma aproximada, qual o valor em causa

P8. O valor em causa será de cerca de 1 milhão de milhões de euros (1 000 000 000 000 €). Na sua opinião, este é um valor suficiente, ou, pelo contrário, considera que ele deveria ser aumentado ou reduzido?

Suficiente

Deveria ser aumentado

Deveria ser reduzido

P9. **Tem ideia de quanto este valor representa em percentagem do PNB dos Estados-Membros?**

Aproximadamente 0,5%

Aproximadamente 1%

Aproximadamente 5%

Aproximadamente 7%

Aproximadamente 10%

Não tenho ideia

P10. **O orçamento da UE representa 1,2% do PNB dos Estados-Membros. Na sua opinião, esta é uma percentagem adequada?**

É adequada

Deveria ser superior. Quanto? _____ %

Deveria ser inferior. Quanto? _____ %

P11. **Quanto ao financiamento do orçamento, em que medida concorda ou discorda com as seguintes frases?**

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
As receitas do orçamento deverão continuar a ser essencialmente contribuições dos Estados-Membros conforme a prosperidade de cada um	O	O	O	O
As receitas do orçamento deveriam ser cada vez mais recursos próprios	O	O	O	O

P12. **Deve existir um governo económico europeu?**

Concordo totalmente

Concordo

Discordo

Discordo totalmente

P13. **Quais deverão ser as competências de um governo económico europeu?**

Apenas a fiscalização das políticas económicas e orçamentais

Coordenação e fiscalização das políticas económicas e orçamentais

Coordenação, fiscalização e poder de iniciativa e direção nas políticas económicas e orçamentais

P14. **Como avalia o reforço dos poderes orçamentais do Parlamento Europeu resultantes do Tratado de Lisboa?**

Concordo com o reforço e avalio positivamente o papel desempenhado pelo Parlamento Europeu

Concordo com o reforço mas avalio negativamente o papel desempenhado pelo Parlamento Europeu

Discordo do reforço dos poderes orçamentais do Parlamento Europeu

P15. **O Parlamento Europeu deveria participar no processo de decisão quanto às receitas do orçamento da UE?**

Concordo totalmente

Concordo

Discordo

Discordo totalmente

P16. **Concorda com a atribuição à Comissão Europeia de um poder de veto dos Orçamentos de Estado dos Estados-Membros?**

Concordo

Concordo, apenas para os Estados-Membros da Zona Euro
Discordo

6

P17. Deve proceder-se à harmonização fiscal entre os Estados-Membros?

Sim

Sim, mas apenas no IRC

Sim, mas só se existir dumping fiscal

Não. É desejável que os Estados-Membros tenham políticas fiscais que concorram entre si

A coesão-económica, social e territorial da União é assegurada no próximo quadro financeiro?

P18. Em que medida concorda ou discorda com as seguintes frases:

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
As medidas de austeridade, que implicam a redução da despesa pública a nível nacional, deveriam ser estendidas ao orçamento comunitário e, conseqüentemente, determinar a redução do seu montante total em termos nominais e relativos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Em período de retração económica, em vários países comunitários, cabe à União Europeia apresentar políticas orçamentais expansionistas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Deveria haver dois orçamentos comunitários, distinguindo os países da zona Euro dos restantes Estados-Membros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O orçamento comunitário deve estar envolvido nos apoios do Mecanismo Europeu de Estabilidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Deve-se recorrer a PPPs como forma de alavancar o investimento público europeu sem aumentar o orçamento da UE, mas assumindo mais risco orçamental	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Deveria haver um mecanismo de estabilidade e crescimento que considerasse o défice agregado de todos os Estados-Membros e não apenas Estado a Estado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

P19. Concorda com a associação de condições a nível macroeconómico (cumprimento das metas de défice e de dívida pública, designadamente) à concessão de fundos europeus aos Estados-Membros?

Concordo totalmente

Concordo

Discordo

Discordo totalmente

P20. Na sua opinião, deve ser criada uma categoria de regiões de transição, para incluir as regiões que ultrapassaram os objetivos de convergência mas ainda se encontram abaixo da média europeia?

Sim

Não

P21. Em geral, a possibilidade de a UE lançar e cobrar impostos/taxas diretamente seria uma boa ou uma má opção?

Boa opção

Má opção SALTA A PRÓXIMA

P22. Que impostos/taxas poderia a UE cobrar/lançar? Assinale, por favor, todos aqueles que considerar boas opções para o financiamento da UE.

Imposto sobre transações financeiras

Imposto sobre o consumo

Imposto sobre o jogo

Imposto sobre o rendimento (IRS)

Imposto sobre o rendimento (IRC)

Outro imposto. Qual? _____

P23. O instrumento “Interligar Europa” pode ser uma forma de estimular o crescimento económico europeu?

Sim

Não

Não conheço o instrumento

P24. As obrigações-projeto (Project bonds) são uma boa opção para financiar projetos pan-europeus e/ou considerados estruturantes a nível da UE?

Sim

Não

P25. A União Europeia deveria poder emitir dívida diretamente para financiar os seus compromissos orçamentais?

Sim

Não

P26. O Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização deve ser aumentado?

Sim

Não

P27. Devem ser incluídos entre os potenciais beneficiários deste Fundo os agricultores cujas produções sejam afectadas pela celebração de acordos comerciais internacionais?

Sim

Não

50 anos de PAC – Os resultados e a reforma em curso

P28. Na sua opinião, a PAC deveria ser:

Mantida

Reformulada

Extinta

P29. O orçamento da PAC representa 40% do orçamento total da UE, menos de 0,5% do PIB da UE. Considera que aquele orçamento deve ser mantido, aumentado ou diminuído?

Aumentado

Mantido

Diminuído

P30. Passados mais de 25 anos da adesão de Portugal à então CEE, o balanço da PAC para a agricultura portuguesa é positivo ou negativo?

Positivo

Negativo

Neuro

10

P31. Quer apontar alguns aspectos que considere positivos e outros que considere negativos?

Positivos: _____

Negativos: _____

P32. Em poucas palavras, quais deveriam ser as prioridades da PAC para Portugal?

P33. Em relação as seguintes afirmações, indique, por favor o seu grau de acordo ou desacordo:

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
Devem ser incluídas na PAC medidas que paguem a diversificação das produções, a rotação da terra e a manutenção de pastos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O contributo das atividades agrícolas para o ambiente e o desenvolvimento rural devem ser tidos em conta nos fundos a desembolsar pela PAC	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Deve ser desenvolvido o financiamento de atividades não agrícolas no âmbito do FEADER (Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Deve haver convergência dos pagamentos da ajuda direta por hectare	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Para finalizar, algumas questões sobre si.

P34. Sexo

Masculino

Feminino

P35. Qual a sua idade?

▮ anos

P36. Indique, por favor, o grau de escolaridade mais elevado que concluiu.

1º Ciclo do ensino básico (ou menos)

2º Ciclo do ensino básico

3º Ciclo do ensino básico

Ensino secundário, ano propedêutico ou curso médio

Frequência de licenciatura ou bacharelato

Licenciatura

Pós-graduação

Mestrado

Doutorado

P37. Grupo parlamentar:

BE
CDS-PP
PCP
PEV
PS
PSD

P38. Indique em que medida se sente identificado com Portugal. Por favor, posicione-se numa escala na qual 0 (zero) significa “nada identificado” e 100 (cem) significa “muito identificado”.

Nada identificado	Muito identificado
0	100

P39. Indique agora em que medida se identifica com a Europa. Use, por favor, a mesma escala na qual 0 (zero) significa “nada identificado” e 100 (cem) significa “muito identificado”.

Nada identificado	Muito identificado
0	100

P40. Quando pensa naquilo que o define como pessoa, o que acha que o define melhor? Entre as seguintes características, por favor, ordene-as por ordem de importância, de 1 a 7. Tenha em atenção que aquela que escolher como 1 será aquela que melhor o define; a colocada em segundo lugar será a segunda característica que melhor o define e assim sucessivamente.

- Idade
- Religião
- Europeu
- Nacionalidade
- Sexo
- Ideologia política
- Cidade/ região de nascimento

P41. Pensando no papel do Estado na economia, como se posiciona no que diz respeito ao seu nível de intervenção? Ou seja, na sua opinião, qual deveria ser o papel do Estado na economia? Por favor, posicione-se na escala onde 0 (zero) significa “nenhuma intervenção” e 100 (cem) significa “total intervenção” do Estado na economia.

Nenhuma intervenção	Total intervenção
0	100

P42. Pensando, agora, no papel do Estado na regulação dos costumes e da vida privada das pessoas, como se posiciona no que diz respeito ao seu nível de intervenção? Utilize a mesma escala, onde 0 (zero) significa “nenhuma intervenção” e 100 (cem) significa “total intervenção” do Estado na regulação dos costumes e da vida privada.

Nenhuma intervenção	Total intervenção
0	100

P43. Pensando no trabalho que desempenha como deputado, qual o grau de importância que atribui a cada um dos seguintes aspetos? Utilize uma escala onde 1 significa “Nenhuma importância”, 2 “Pouca importância”, 3 “Bastante importância” e 4 “Muita importância”.

	Nenhuma importância	Pouca importância	Bastante importância	Muita importância
Representar a nação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Elaborar leis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Resolver os problemas do país	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Controlar a actuação do governo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Defender os interesses do seu partido	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Elaborar orçamentos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Representar os interesses do seu distrito eleitoral	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

P44. Por último, em política é comum as pessoas falarem em "Esquerda" e "Direita". Usando a escala seguinte, assinale com um traço a posição que melhor representa as suas ideias?

Esquerda	Direita
----------	---------